



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LARISSA SALGADO CHICARELI JOSÉ

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM LONDRINA:  
UM OLHAR PARA A COLEÇÃO FOTOGRÁFICA DO MUSEU  
HISTÓRICO DE LONDRINA**

LARISSA SALGADO CHICARELI JOSÉ

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM LONDRINA:  
UM OLHAR PARA A COLEÇÃO FOTOGRÁFICA DO MUSEU  
HISTÓRICO DE LONDRINA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Eliane P. Marques Martinez

Londrina  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

532 CHICARELI JOSE, Larissa SALGADO.  
A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM LONDRINA : UM OLHAR PARA A  
COLEÇÃO FOTOGRÁFICA DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. /  
Larissa SALGADO CHICARELI JOSE. - Londrina, 2020.  
122 f. : il.

Orientador: Cláudia Eliane P. Marques Martinez.  
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina,  
Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História  
Social, 2020.  
Inclui bibliografia.

1. Museu Histórico de Londrina - Tese. 2. Fotografia - Tese. 3. AROL - Tese.  
4. Negros em Londrina - Tese. I. Eliane P. Marques Martinez, Cláudia . II.  
Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas.  
Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

LARISSA SALGADO CHICARELI JOSÉ

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM LONDRINA:  
UM OLHAR PARA A COLEÇÃO FOTOGRÁFICA DO MUSEU  
HISTÓRICO DE LONDRINA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Eliane P. M.  
Martinez  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Maria Nilza da Silva  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dra. Angelita Marques Visalli  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 13 de maio de 2020.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof. Dra. Cláudia Eliane Marques Martinez pela sua dedicada atenção e disponibilidade em atender nos momentos de dúvidas, angústias e de formação de conhecimento. Sempre com uma palavra amiga, mostrando e acreditando que eu poderia conseguir.

Também agradeço ao *Museu Histórico de Londrina – Padre Carlos Weiss*, por apoiar a minha pesquisa e sempre colocar-se à disposição quando das minhas inquietações.

Agradeço à minha família, em especial, ao meu filho, que me deu forças para seguir quando tudo estava confuso.

Por fim, agradeço à banca na realização do trabalho de leitura e apontamentos, ajudando no meu crescimento profissional e pessoal.

E agradeço especialmente à minha mãe, que sempre buscou mostrar que a educação é o melhor caminho.

JOSÉ, Larissa Salgado Chicareli. **A representação do negro em Londrina: um olhar para a coleção fotográfica do Museu Histórico de Londrina.** 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## RESUMO

Essa pesquisa busca traçar uma análise sobre a presença negra em Londrina, tomando como base de investigação o acervo fotográfico do Museu Histórico de Londrina. Assim, o objetivo maior, a partir da análise das fotos, foi compreender o papel social da AROL – Associação de Recreação Operária de Londrina, e como os negros e negras articularam-se durante os primeiros anos da formação da cidade de Londrina a fim de socializarem-se na comunidade. Além da análise da coleção intitulada Oscar Nascimento, recorreremos a um acervo extra-muros -conceito desenvolvido por Ulpiano, para referir-se aos acervos fora do espaço musealizado - que contemplasse dissertações acerca da AROL como temática central, e outros documentos produzidos pela própria associação. Para a realização dessa pesquisa, utilizamos, como base metodológica, o estudo de alguns conceitos-chave, como a definição de museu elaborada por Dominique Poulot (2013), e de coleção abordado por Pomian (1984). Foram utilizadas, para a análise das imagens, as concepções do Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2012) e Jérôme Baschet (1996). Foi necessário, ainda, compreender o contexto de (re) ocupação da cidade de Londrina, bem como a própria formação do MHL, local onde estão presentes as fotografias analisadas. Por fim, foi realizada uma análise mais verticalizada sobre os movimentos que antecederam a formação da AROL, e o estudo da coleção Oscar Nascimento, propriamente.

**Palavras-chave:** Arol. Negro. Museu Histórico de Londrina. Coleção. Fotografia.

JOSÉ, Larissa Salgado Chicareli. **The representation of black people in Londrina: a look at the photographic collection of the Londrina Historical Museum.** 2020. 121 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

### **ABSTRACT**

This research seeks to trace an analysis of the black presence in Londrina, taking as research base the photographic collection of the Historical Museum of Londrina. Thus, the main objective, from the analysis of the photos, was to understand the social role of AROL – Workers' Recreation Association of Londrina, and how blacks and blacks articulated during the first years of the formation of the city of Londrina in order to socialize in the community. In addition to the analysis of the collection entitled Oscar Nascimento, we used an extrawalled collection - a concept developed by Ulpiano, to refer to the collections outside the musealized space - which included dissertations about AROL as a central theme, and other documents produced by the association itself. To carry out this research, we used, as a methodological basis, the study of some key concepts, such as the definition of a museum elaborated by Dominique Poulot (2013), and a collection addressed by Pomian (1984). For the analysis of the images were used the conceptions of Ulpiano Bezerra de Meneses (2012) and Jérôme Baschet (1996). It also made it necessary to understand the context of formation of the city of Londrina, and the propria formation of the MHL, where the photographs analyzed are present. Finally, a more verticalized analysis of the movements that preceded the formation of AROL was performed, and the study of the Oscar Nascimento collection itself was carried out.

**Keywords:** Arol. Black, black. Historical Museum of Londrina. Collection. Photo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Divisão de terras pela CTNP.....	22
<b>FIGURA 2</b>	Coleção José Juliani– Maria, filha de Juliani, Déc.1930.....	24
<b>FIGURA 3</b>	Coleção Oscar Nascimento – Homens abrindo a estrada no meio da mata (1939).....	55
<b>FIGURA 4</b>	Coleção Oscar Nascimento – Sede AROL. Rua Araguaia esq. com Capiberibe – Vila Nova.....	66
<b>FIGURA 5</b>	Fotos da exposição .....	67
<b>FIGURA 6</b>	Fotos da exposição .....	68
<b>FIGURA 7</b>	Coleção Oscar Nascimento – Crianças no Baile (1959) .....	71
<b>FIGURA 8</b>	Coleção Oscar Nascimento – Dr. Oscar Nascimento num dia de prova na Escola da AROL com a professora inspetora.....	72
<b>FIGURA 9</b>	Coleção Oscar Nascimento – Festa do dia das crianças.....	72
<b>FIGURA 10</b>	Coleção Oscar Nascimento – Crianças desfilando com faixa escrita “ESCOLA AROL” (13/05/1960).....	74
<b>FIGURA 11</b>	Coleção Oscar Nascimento – Sem legenda.....	75
<b>FIGURA 12</b>	Coleção Oscar Nascimento – Desfile da escola de Samba da AROL. Vendo-se Senhorita Santina Pereira dentro de um carro em frente à Drogeria Farmácia Maria Isabel .....	76
<b>FIGURA 13</b>	Coleção Oscar Nascimento – Prefeito M. R. Meneses – desfile (13/05/1961).....	77
<b>FIGURA 14</b>	Coleção Oscar Nascimento – Membros da AROL .....	78
<b>FIGURA 15</b>	Coleção Oscar Nascimento – Oscar Nascimento dançando com uma mulher. Fotógrafo Francisco Hostert.....	80
<b>FIGURA 16</b>	Coleção Oscar Nascimento – Baile na AROL. Juiz de Direito Dr. Aldo Fernandes.....	81
<b>FIGURA 17</b>	Coleção Oscar Nascimento – Moças e um homem reunidos em uma mesa, talvez de um restaurante, fazendo pose para foto.....	82
<b>FIGURA 18</b>	Coleção Oscar Nascimento – Elga Coneia, Manoel Jacinto da AROL e grupo de associação com Cypriano Manoel.....	83
<b>FIGURA 19</b>	Coleção Oscar Nascimento – Apresentação de banda, provavelmente, em baile da AROL. Fotógrafo Cruzeiro.....	84

<b>FIGURA 20</b>	Coleção Oscar Nascimento – Várias pessoas da AROL reunidas, vendo-se que, da esquerda para a direita, o segundo homem é o Oscar Nascimento.....	83
<b>FIGURA 21</b>	Coleção Oscar Nascimento – “Raul Zanoni, Rádio difusora” (1956).....	84
<b>FIGURA 22</b>	Coleção Oscar Nascimento – Primeira Escola de Samba da AROL .....	85
<b>FIGURA 23</b>	Coleção Oscar Nascimento – Desfile da Escola de Samba da AROL [...] Princesa Neusa – Av. Higienópolis.....	85
<b>FIGURA 24</b>	Coleção Oscar Nascimento – Escola de Samba da AROL, onde se vê várias pessoas reunidas .....	86
<b>FIGURA 25</b>	Coleção Oscar Nascimento – Comemoração, vendo-se placa ao fundo escrita em branco “Ao Prefeito Fernandes Sobrinho a gratidão dos Operários de Londrina”. AROL 28-XII-1958 .....	88
<b>FIGURA 26</b>	Coleção Oscar Nascimento – Rainha e Princesa – AROL.....	88
<b>FIGURA 27</b>	Coleção Oscar Nascimento – Coroação de Santina Pereira, a primeira rainha do Clube AROL em 13 de maio de 1959.....	89

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b>	Registro de empregados da Companhia de Terras do Norte do Paraná.....	103
<b>Anexo 2</b>	Registro de empregados da Companhia de Terras do Norte do Paraná.....	105
<b>Anexo 3</b>	Estatutos da Sociedade Recreativa Princesa Isabel.....	107
<b>Anexo 4</b>	Estatutos da Associação de Recreação Operaria de Londrina – AROL .....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AROL	Associação de Recreação Operária de Londrina.
ASAM	Associação de Amigos do Museu.
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná.
DH	Departamento de História.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MHL	Museu Histórico de Londrina.
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro.
PIBID	Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência.
PR	Paraná
PSD	Partido Social Democrático
UEL	Universidade Estadual de Londrina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 A AROL E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE LONDRINA</b> .....	17
<b>2 A COLEÇÃO, O MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA E A AROL</b> .....	29
2.1 DEFINIÇÃO DE MUSEU PELA PERSPECTIVA DE DOMINIQUE POULOT .....	29
2.2 O MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA (MHL) – PADRE CARLOS WEISS .....	34
2.3 A COLEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA AROL NA PERSPECTIVA DO MHL: SIGNIFICADOS E POSSIBILIDADES DE PESQUISA .....	46
<b>3 A COLEÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO: DA AROL AO MHL</b> .....	53
3.1 O CLUBE QUADRADO .....	54
3.2 SOCIEDADE BENEFICENTE PRINCESA ISABEL.....	56
3.3 UMA SOCIEDADE OPERÁRIA: A LUTA DE UM POVO DENTRO DA LUTA DE MUITAS CLASSES .....	59
3.4 A COLEÇÃO OSCAR NASCIMENTO .....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98
<b>ANEXOS</b> .....	102
ANEXO 1 Registro de empregados da Companhia de Terras do Norte do Paraná .....	103
ANEXO 2 Registro de empregados da Companhia de Terras do Norte do Paraná .....	105
ANEXO 3 Estatutos da Sociedade Recreativa Princesa Isabel .....	107
ANEXO 4 Estatutos da Associação de Recreação Operaria de Londrina –AROL.....	112

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa busca traçar uma análise sobre a presença negra em Londrina, tomando como base de investigação o Museu Histórico de Londrina. Levando em consideração que o museu é um espaço de memória, seguindo as concepções de Pierre Nora (1993), nosso enfoque de investigação é o acervo fotográfico da referida instituição. Haja vista, que ao longo dessa pesquisa iremos discutir qual o espaço destinado aos negros na exposição e no próprio acervo técnico do MHL, trazendo uma reflexão sobre a ausência de uma parte da população na construção da narrativa histórica e dos registros musealizados.

Assim, para problematizarmos, a presença negra em Londrina, o enfoque foi estudar o papel desempenhado pela AROL (Associação de Recreação Operária de Londrina), na década de 1960. A AROL foi uma associação voltada para os operários, mas acabou adquirindo, ao longo da sua existência, um papel complexo e dinâmico na sociedade londrinense, questão essa que pretendemos investigar ao longo da pesquisa. Dentro do amplo espectro de pontos que podem ser abordados, trataremos a referida associação como *berço/locus* das ideias que moveram parte dos movimentos sociais relacionados ao negro na cidade.

Para entender o papel desempenhado pela AROL e a importância desse espaço de sociabilidade para a comunidade negra, realizamos estudo e coleta de fotografias, localizadas no *Museu Histórico de Londrina* (MHL), bem como documentos escritos e disponibilizados por outros pesquisadores, e a coleção fotográfica doadas pela família do Senhor Oscar Nascimento ao NEAB – *Núcleo de Estudos Afro-brasileiro*.

É importante estudarmos o negro, mas, além disso, importa compreender o que é ser negro, no Brasil, hoje. E, para nós, resta compreender e responder à questão: o que era ser negro em Londrina nos seus primeiros anos de (re) ocupação? Será que havia espaço para o negro socializar-se naquele momento histórico? Qual espaço a ele era destinado? E quais as representações temos dos negros em nossa sociedade hoje? Logo, nas palavras de Heloisa Buarque de Hollanda no prefácio do livro *O Negro no Museu Brasileiro: Construindo Identidades* de Raul Lody (2005), “pensar o negro no museu brasileiro, antes de mais nada, é uma tarefa arriscada”, pois envolve questões complexas de nossa sociedade. (HOLLANDA, 2005, p. 13.) Para Myrian Sepúlveda dos Santos

(2005) uma dessas questões complexas, é a representação que se faz do negro em muitos museus, ligando-o ao período escravocrata com imagens de tortura. Por isso, “é importante resgatar as contribuições positivas feitas por descendentes de africanos no Brasil”. (SANTOS, 2005, p. 41).

Todas essas inquietações não nos são novas, algumas vêm de um processo de formação acadêmica. Logo, a fim de explicar as motivações que levaram a esta pesquisa, acreditamos que seja oportuno à mestranda explicar a sua jornada acadêmica<sup>1</sup>.

Durante o curso de graduação em História, participei, juntamente de outros alunos, do projeto PIBID – *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência* e, ao longo da pesquisa, fomos separados em equipes para entendermos e dialogarmos com os alunos da rede básica de ensino sobre as ausências de alguns atores sociais no referido museu. Naquele momento, o grupo de que participávamos ficou responsável pela discussão da presença feminina, em especial, uma dentista, a Severina Colabelli Alho. Foi realizado, com os alunos, um questionário de conhecimento prévio sobre o museu, e entre as perguntas relacionadas, se haveria alguma ausência na exposição permanente do MHL, por exemplo. Dentre as respostas citadas, a percepção da ausência do negro na expografia foi a resposta mais recorrente. Muitos alunos, à época, chegaram a indagar-nos se não haveria negros pioneiros na História de Londrina. E esses questionamentos permearam o meu imaginário.

Após terminar a faculdade, entrei no programa de especialização em *História e Patrimônio*, e, como trabalho final, abordei o público espontâneo do MHL - PÚBLICO ESPONTÂNEO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA(2016). Dessa vez, tive oportunidade de estar mais perto do museu, dos funcionários e, também, da própria exposição, acervo e reversa técnica. Por meio dessa experiência, mais uma vez, surgiu, como questionamento, a ausência do negro enquanto representação social na exposição. Quando decidi realizar o mestrado, tinha em mente que iria abordar, então, questões pertinentes à comunidade negra. Foi quando me deparei com um acervo fotográfico repleto

---

<sup>1</sup> Ao longo desse trabalho, a mestranda mostrará as condições pelas quais decidiu pela pesquisa, expondo sua trajetória pessoal, suas dúvidas e conquistas. Nesses momentos, o leitor perceberá que o texto será apresentado na primeira pessoa do discurso no singular. Nos outros momentos, voltará à primeira pessoa do discurso no plural.

de possibilidades interpretativas – a coleção de fotos doada ao MHL pelo advogado e membro da AOL, Oscar Nascimento. É uma coleção interessante não somente pela fotografia em si, mas, principalmente, pelo conteúdo e pela estética. Embora fosse constituído de um acervo pequeno, com – no máximo – 35 fotos, as imagens indicavam a participação de mulheres e homens em vários ambientes, situações e contextos. A coleção, sobretudo, possibilita estudar os negros e negras retratados como agentes da sua própria história.

Para problematizar essas questões, foi necessário entender o contexto dos primeiros anos de (re)ocupação das terras norte-paranaense, e como o negro esteve presente, nesse período. Para o enfoque desse momento histórico, o trabalho de Richard Gonçalves André (2014) *O paraíso entre luzes e sombras: representações de natureza em fontes históricas (Londrina, 1934 – 1944)*, é importante. O estudo busca entender como as imagens e propagandas foram importantes ferramentas utilizadas pela *Companhia de Terras do Norte do Paraná* (CTNP) nas vendas dos lotes. As reflexões de Paulo César Boni sobre a formação da cidade e a transformação da paisagem urbana, também, ganharam destaque na realização desta pesquisa.

Sobre a trajetória de formação da cidade e formação do MHL, utilizamos a tese de doutoramento do professor Edson José Holtz Leme (2013), na qual discute a formação do museu até a sua consolidação no espaço que hoje está presente. Esse autor também traz uma série de informações sobre as ausências que permeiam o imaginário social e acadêmico. Assim, falaremos sobre *a AROL e a formação da cidade de Londrina*, abordando como ocorreu esse processo e os agentes envolvidos.

Depois, pretendemos discutir *A coleção, o Museu Histórico de Londrina e a AROL*, trazendo as concepções acerca dos museus e coleções, tendo como suporte a formação do MHL e das coleções presentes hoje na instituição. A fim de explanarmos a definição e concepção do que seja museu, utilizamos as definições propostas por Dominique Poulot (2013), abordadas em um ensaio epistemológico sobre o que é um museu e quais as suas funções. Corroborando com as ideias de Poulot, englobamos as problematizações de José Bitterncourt (2003) e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1985) sobre o conceito de cultura material, uma vez que a coleção estudada pertence a esse campo de estudo.

Sobre a formação do MHL, como já citado, abarcamos as

problematizações de Edson José Holtz Leme (2013), e apresentamos a discussão de Cláudia E. P. Marques Martinez e Angelita Visalli (2018), principalmente no âmbito que envolve a gestão da instituição, pois, como veremos, a concepção de museu e de aquisição de acervo vai ser diretamente influenciada pela perspectiva de quem está no poder. Para compreendermos o conceito de coleção, utilizamos as ponderações de Krysztof Pomian (1984) e a visão empreendida no livro *Conceitos-Chave de Museologia* (2013).

Em seguida, falaremos sobre *a coleção e a representação do negro: da AROL ao MHL* a partir de uma análise mais verticalizada sobre a coleção de fotos Oscar Nascimento. Dessa forma, será complexificado a trajetória dos vários grupos e movimentos até a formalização da AROL. Para a discussão desses pontos levantados, utilizamos dois trabalhos que envolvem em seu corpo o tema AROL: o primeiro foi realizado em 2002 por José Donizetti Brandino de Oliveira, que dissertou procurando estabelecer um paralelo entre os vários movimentos negros que ocorreram no Brasil nas décadas de 1940 até 1990, e os movimentos negros desenvolvidos em Londrina.

Já o trabalho de Larissa Mattos Diniz (2015) é uma análise sobre os primeiros movimentos que antecederam a oficialização da associação. Contudo, o seu foco de discussão é que, apesar de a AROL ser uma associação de negros – e feita por negros – havia uma experiência contraditória: ela era excludente, pois dentro do próprio grupo não eram todas as pessoas que poderiam frequentar aquele espaço. Ao definir algumas regras de convívio no estatuto da AROL, alguns negros e negras sentiram-se coibidos de participarem. Outro ponto abordado na análise é a rigidez exigida pelo fundador da associação. E isso, para Diniz (2015), ocorre devido a uma postura conservadora adotada por Cypriano Manoel, presidente e peça fundamental da associação. Essa postura conservadora, para a autora, ocorre principalmente pelo contexto da época, na qual Cypriano Manoel, recebe fortes influências do período Integralista<sup>2</sup>.

Por fim, problematizaremos o papel social empregado pela AROL e como o estudo dessa coleção de fotografias presentes no MHL pode descortinar uma gama de possibilidades para entender o negro, suas ações e movimentos de

---

<sup>2</sup> O Integralismo foi um movimento brasileiro fundado em 1932, que tinha por objetivo, o resgate da cultura nacional, o conservadorismo, o moralismo, a preservação da sociedade hierárquica entre outras ações ultranacionalistas.

socialização, bem como compreendê-los como agentes de sua própria história.

## 1. A AROL E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE LONDRINA

A (re)ocupação<sup>3</sup> da região de Londrina remete a meados do primeiro quartel do século XX. No entanto, o discurso de ‘ocupação do Norte do Paraná’, por muito tempo, enalteceu e valorizou apenas a concepção de colonização realizada pela CTPN, negando, no imaginário<sup>4</sup>, a presença de brasileiros. Tanto a produção acadêmica quanto o discurso circulante na sociedade privilegiavam essa versão ‘oficial’. Contudo, a partir da década de 1990, pesquisadores, começaram a problematizar essa visão e, posteriormente, até revisá-la. Marcia Elisa Teté Ramos (2017) disserta em sua pesquisa a respeito das percepções de alunos da rede básica de ensino, o esteriótipo de pioneiro e a narrativa histórica presente na cidade de Londrina. Para a autora o discurso de ocupação do Norte do Paraná, em que engloba essa versão de ‘História oficial’ são:

[...]aquelas narrativas mais tradicionais recorrentes em álbuns, jornais, discursos, exposições museais, monumentos, livros didáticos e também em determinada historiografia. Alguns pesquisadores reproduziram o discurso oficial quanto à história da cidade, como, por exemplo, Cecília Westphalen, Ruy Wachowicz, Pedro Callil Padis, Jorge Cernev e France Luz. [...]. Na História Oficial da cidade, em síntese, prevalece certa narrativa histórica que se pautam na ideia de desenvolvimento, progresso e empreendedorismo na formação da cidade pelas mãos dos chamados “pioneiros”, a despeito de outros grupos. Neste tipo de história, na época da colonização da região haveria um “vazio demográfico”, ou seja, haveria apenas mata densa quando na chegada destes “pioneiros”, o que resultaria em uma ocupação pacífica da região. (RAMOS, 2017, p. 289).

Para Nelcio Dácio Tomazi (1997), não houve, durante anos, uma preocupação, nem sequer um questionamento de “como a história da ocupação

---

<sup>3</sup> O conceito de (re)ocupação foi apropriado de Nelson Tomazi (1997, p. 10) - (RE)OCUPAÇÃO - como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar essas terras, consideradas "vazias", ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A ideia que sempre esteve presente era que a história de uma determinada região ou território, inicia-se quando a sociedade burguesa consegue penetrar e assumir a terra. Tudo o que ocorreu antes é considerado pré-histórico e arcaico. (1997, p. 68).

<sup>4</sup> Durante a participação na graduação do PIBID, pude perceber que os alunos não compreendiam outros participantes nos primeiros anos de (re)ocupação das terras ao norte do Paraná ou quando existiam outros personagens, apenas serviram como mão de obra braçal e estavam limitados ao campo do trabalho. Durante a pesquisa do PIBID e a pesquisa desenvolvida na especialização, pude observar que os visitantes do MHL também não reconheciam a presença negra em Londrina. O discurso circulante entre os alunos e os visitantes é o proposto pela CTNP.

e da (re)ocupação foi contada e transmitida e, muito menos, como ela se realizou [...]. Não se preocupou em nenhum momento perceber outras histórias possíveis”. (TOMAZI, 1997, p. 36). Dessa forma, estudar a presença negra, a partir do viés do papel da AROL e a sua sociabilidade, permite-nos pensar além da visão e do discurso de pioneiro<sup>5</sup>. O que, nas palavras de Tomazi (1997, p. 36), tomando como referência Walter Benjamin, é “analisar outras vozes que insistem em falar”.

Portanto, logo após a década de 1990, surgiram novas bibliografias sobre o processo de (re)ocupação das terras ao norte do Paraná, outras vozes e versões foram sendo incorporadas ao discurso circulante. Alguns autores dissertam não apenas sobre a CTNP, mas, agora, indígenas, negros, mulheres, e tantas outras populações podem ter sua história reescrita. Dentre os muitos trabalhos no campo da História e das Ciências Sociais, podemos citar alguns como: Sonia Adum (1991) – Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930 – 1960). Rosimeire Aparecida Angelini Castro (1994) – O cotidiano e a Cidade: Práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930 – 1960). José Miguel Arias Neto (1998) – O Eldorado: Representações da política em Londrina (1930 – 1975). Rogério Ivano (2000) – Crônicas de Fronteira: Imagem e Imaginário de uma terra conquistada, entre outros que foram utilizados nessa dissertação.

Lucio Tadeu Mota (2009) problematiza a luta dos *Kaingang* e os seus enfrentamentos diante das ocupações e crescente desterritorialização das terras indígenas. Em uma série de relatos, Mota aborda como os *Kaingang* enfrentaram os colonizadores brancos. O autor elenca, ainda, que sempre circulavam, nessa região, viajantes, criadores de gado – os chamados tropeiros, alguns comerciantes e aventureiros.

[...] nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir de 1930, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravo”. As terras do setentrião, do oeste e sudoeste paranaense, para o colonizador dos anos de 1920 aos anos de 1950 estavam desabitadas, vazias, prontas para serem ocupadas e

---

<sup>5</sup> Os pioneiros [...] são apresentados como os ‘novos bandeirantes’ que abrem o sertão para a civilização através da luta incessante contra a ‘mata virgem’ e os animais peçonhentos. (TOMAZI, 1997, p. 59)

colonizadas. É o mito do vazio demográfico. (MOTA, 2009, p.14).

Analisando as colocações do Lúcio Tadeu Mota (2009), vemos como o discurso da CTNP e do vazio demográfico eram presentes nas construções textuais sobre a região. As terras ao norte do Paraná que eram “habitada(s) por comunidades indígenas, passa a ser projetado como um espaço vazio improdutivo, pronto a ser ocupado pela economia nacional produtiva” (MOTA, 2009, p. 19). Nelson Dacio Tomazzi (1997) faz uma análise englobando que a (re)ocupação não ocorreu apenas pelos interesses da CTNP; para esse estudioso, houve mais fatores que culminaram na exploração e ocupação dessas terras.

Procurando entender melhor a (re)ocupação do território da região em estudo, é necessário deixar claro que ela não está desvinculada dos processos mais amplos que estão ocorrendo no Brasil e fora dele. Esta região esteve desde o início da (re)ocupação, umbilicalmente ligada e plenamente integrada ao plano nacional. A São Paulo, através do fluxo de pessoas e mercadorias. A Curitiba, pelo fato da ligação políticoadministrativa, bem como pelas principais ações políticas no sentido de se implementar a (re)ocupação. Desde o século passado, a ligação ao nível internacional está presente e fica clara, quando a preocupação são os caminhos para o Mato Grosso, tendo em vista a Guerra contra o Paraguai e mais tarde, quando companhias estrangeiras se interessam em construir ferrovias e (re)ocupar as terras existentes, na região em estudo, e se propõem a colonizá-las, no contexto de um empreendimento comercial e financeiro. Com os processos imigratórios de estrangeiros, e depois com a sua ligação com o comércio internacional, inicialmente com a madeira, depois com o café e, mais recentemente, com a soja amplia-se a sua ligação com o exterior. Isso também se deve ao fato de que o Brasil ao se incorporar ao espaço produtivo capitalista internacional, fez com cada uma de suas regiões, sofressem os efeitos desta articulação, resultando daí sua integração ao mercado nacional e, por intermédio deste, ao mercado mundial. (TOMAZZI, 1997, p. 18)

Nas palavras de Tomazzi (1997), a articulação entre mercado e interesses nacionais estão em comunhão com mercado mundial. Em uma digressão, podemos entender esse processo utilizando, como base de análise, os estudos de Richard Gonçalves André (2014). Desde a vinda da Família Real, o Brasil recebe auxílio da Inglaterra para financiar e custear muitas das obras empreendidas, tanto durante o período joanino quanto após a sua

independência, em 1822, acarretando dívidas externas que reverberariam ainda no século XX (ANDRÉ, (2014) apud IVANO, 2014). Com o aumento dos empréstimos para financiamento de estradas para escoamento das produções, e sem dinheiro para custear e abater o saldo da dívida externa, o presidente do Brasil, Artur Bernardes (1922 – 1926) decidiu realizar um novo empréstimo junto aos bancos ingleses com o objetivo de criar um banco central do Brasil, liquidar as dívidas, e organizar todo o sistema financeiro brasileiro. Nesse contexto de novos empréstimos, criou-se a *Missão Montagu*.

Os banqueiros ingleses condicionaram o empréstimo a uma avaliação do estado das finanças, a ser feita por representantes ingleses. Foi assim que surgiu a idéia de uma missão que viria ao Brasil para estudar as modificações que deveriam ser feitas na estrutura institucional e operacional de implementação das políticas monetária, fiscal e do café, para que o país tivesse condições de amortizar a dívida externa. Na verdade, o objetivo da missão era fornecer informações aos banqueiros para que eles se habilitassem a prestar assistência ao governo brasileiro. (ABREU, --, CPDOC)

A missão tinha como principal objetivo verificar se o Brasil teria como pagar por mais esse empréstimo; a solução encontrada foi a exploração da produção de algodão, que servia de base para movimentar a indústria têxtil, em grande expansão, desde a Revolução Industrial. A responsabilidade por verificar essas produções ficou a cargo do barão Lord Lovat. A convite de produtores de café do estado de São Paulo e de Cambará, no Paraná, Lovat visitou a região que hoje conhecemos por Londrina; ele ficou “impressionado com o potencial produtivo da região [...] e **formulou** um plano que despertasse o interesse de investidores britânicos”. (BONI, 2014, p. 23, grifo nosso).

Em uma convergência de interesses entre Brasil, mais especificamente Paraná e Inglaterra, firma-se a *Paraná Plantation Ltd.* com sede em Londres. Na época, a legislação brasileira não permitia a compra de terra por estrangeiros; criou-se, então, em São Paulo, a CTNP, com 99,86% de capital britânico. De 1925 a 1927, a CTNP comprou 515.000 alqueires paulistas de terra do estado do Paraná a preços relativamente baixos, e isso pode ser explicado por dois motivos: o primeiro envolve o interesse do governo paranaense em ‘ocupar’ a região; segundo, as ‘dificuldades’ que a CTNP encontraria. Era necessário fazer

‘a limpa’ no terreno, desmatando as árvores nativas para, depois, a empresa responsabilizar-se por “desenvolver o progresso no local”, firmando, ainda, o compromisso de construção da rede ferroviária, que cortaria o norte do Paraná de leste à oeste. (BONI, 2014). Para Richard Gonçalves André (2014), as facilidades oferecidas pelo governo brasileiro eram enormes, mas a Companhia, em troca, deveria

(...) desenvolver no local a civilização, entendida, no interior o discurso progressista de época, como a abertura de clareiras na mata, a promoção de queimadas, a criação de vias de comunicação, o assentamento de casas, serrarias, sedes administrativas, permitindo a entrada de progresso no sertão. (ANDRÉ, 2014, p. 81).

Como o interesse inicial em produção de algodão mostrou-se impraticável, os empreendedores ingleses vislumbravam um grande potencial comercial: o mercado imobiliário. Seguindo os trilhos das ferrovias, a ocupação e a colonização das terras seguiriam como uma marcha para oeste. O plano para a construção seguiria uma ordem: a cada 100 quilômetros, um núcleo urbano de médio porte, e, por volta de 15 quilômetros, núcleos menores para abastecimento. Os lotes para venda foram divididos em porções a fim de facilitar a venda em prestações. Em sua maioria, os lotes seguiam um padrão de topografia: de um lado, o terreno era voltado para a estrada; do outro, para algum córrego ou qualquer outro recurso hídrico (ANDRÉ, 2014).

Na imagem<sup>6</sup> retirada do *Google Maps* da região de Cambé, podemos ver essa divisão de terras realizadas pela CTNP. Do lado esquerdo, vemos uma porção bem nítida de mata ciliar que envolve o leito do córrego *Ribeirão Vermelho*, localizado ao lado esquerdo da estrada da prata – PR 536. E, seguindo pelo mapa, na porção central, cruzando na vertical a PR – 536, e as estradas rurais adjacentes na horizontal, pelo lado esquerdo.

No quadrante superior direito, verificamos a mesma lógica de abertura de lotes: também podemos ver a sequência se seguimos observando por toda a porção direita. Não ficou capturado o córrego *Ribeirão Barra Grande*, mas, ao fundo dos lotes da direita, temos o recurso hídrico para essas porções de terra.

---

<sup>6</sup> Informação obtida no curso de formação de professores realizado pela Secretaria de Educação de Cambé.

**Figura 1** – Divisão de terras realizadas pela CTNP



**Fonte:** Google Maps. Acesso em 20 jul. 2019.

Agora que os planos estavam concretizados, era necessário começar, de fato, a ‘ocupação’. Em 1929, foi enviado um grupo chefiado por George Craig Smith para abertura da mata. Entre esse grupo, estavam engenheiros e técnicos em agrimensura, mateiros – (responsáveis pela lenha), cozinheiros, entre outros profissionais. O objetivo era abrir a mata, pois as estradas e demais acessos iam apenas até Jatahy, hoje município de Jataizinho. A madeira reirada da mata foi aproveitada para a construção de abrigo para os expedicionários. (BONI, 2014).

Após a abertura inicial da mata, novos trabalhadores foram enviados pela Companhia para prosseguir na efetivação da exploração da região. Assim, criaram um local para hospedar os compradores; servia, ainda, de escritório para controle e administração das vendas. Para atrair novos compradores, a CTNP “adotou a fotografia como principal estratégia de convencimento” (BONI, 2014, p. 26). Essas fotografias eram, em sua maioria, vinculadas às propagandas que circulavam no Brasil e no exterior.

Richard Gonçalves André (2014) aborda em seu livro *O paraíso entre luzes e sombra* um ensaio epistemológico sobre como a representação da natureza foi importante para o empreendimento da CTNP.

Ao promover ocupação dos sertões, as representações que

circulavam no país por intermédio de jornais, do rádio e de outros veículos de comunicação eram apropriadas do imaginário natural construído [...]. Exaltava-se a natureza nacional de solos férteis, de bons ares, de grandes rios navegáveis, chamando a atenção para a necessidade de explorá-la e transformá-la em desenvolvimento. (ANDRÉ, 2014, p. 79).

O recurso da fotografia, permitia aos futuros compradores observarem as belezas das terras promissoras do norte do Paraná. Muitas das propagandas destacavam como as terras eram prósperas, um lugar de muita fartura, onde poderia enriquecer quem comprasse as terras. Era o sonho do “eldorado”, descrito por José Miguel Arias Neto (2008). Podiam-se encontrar em algumas propagandas que os ares da região serviriam ainda para a cura de muitas moléstias.

As fotografias de Juliani, durante as décadas de 1930 e 1940, circularam nos instrumentos publicitários elaborados pela CTNP, como panfletos, cartilhas, e pôsteres, alcançando circulação significativa, não somente entre brasileiros, mas entre imigrantes de diversas nacionalidades, como ingleses, japoneses, italianos e alemães. (ANDRÉ, 2014, p. 97).

Com todo o investimento em propagandas, muita gente ficou interessada em adquirir os lotes; cada vez mais eram veiculadas notícias, panfletos e cartazes informando sobre a qualidade da terra e do enriquecimento fácil proporcionado na região. Algumas dessas propagandas utilizavam recursos visuais a fim de ludibriar os compradores. Um dos exemplos de recursos de imagens para gerar uma ilusão de ótica, é a foto da filha de José Juliani - fotógrafo da CTNP, - ao lado de uma cabeça de couve-flor. A imagem reflete o tamanho da fertilidade das terras, representado, hiperbolicamente, pelo tamanho do vegetal. “No conjunto de fotografias de Juliani, observa-se a apropriação e a ressignificação dos lugares-comuns paradisíacos [...] convertido em recurso natural transformado pelo homem”. (ANDRÉ, 2014, p. 128).

**Figura 2** – *Coleção José Juliani*– Maria, filha de Juliani, Déc.1930.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina, José Juliani.

Chegaram, então, pessoas de várias nacionalidades. Segundo registros<sup>7</sup> feitos pela própria companhia, verificamos a quantidade de lotes vendidos durante os anos de 1930 – 1935, bem como a nacionalidade de cada comprador.

NÚMERO DE LOTES	NACIONALIDADE
1266	Brasileira
479	Alemã
476	Italiana
434	Japonesa
216	Espanhola
156	Portuguesa
98	Polonesa
75	Húngara
60	Ucraniana
41	Tchecoslovaca
32	Russa
20	Austríaca
19	Suíça
15	Lituana

<sup>7</sup> A tabela foi retirada do livro do Paulo Boni, *Retratos da Cidade* (2014).

08	Romena
06	Iugoslávia
06	Inglesa
21	Outras nacionalidades

Um dado relevante é a venda de lotes para os ingleses que adquiriram, durante o período, apenas 06 glebas. Esse destaque para o lote dos ingleses se dá graças ao imaginário de que a cidade de Londrina tenha sido colonizada pelos ingleses<sup>8</sup>.

Contrariando a visível diversidade étnica-racial presente em Londrina desde o início da colonização, só é conhecida a história da cidade o que diz respeito a determinados grupos étnico-raciais, sendo o destaque italianos, alemães, japoneses e, sobretudo, aos ingleses, ao passo que se silencia e renega a planos inferiores ou mesmo ao esquecimento a existência e importância dos povos negros, indígenas e brasileiros nordestinos, mineiros e paulistas na formação sociocultural do município. (PANTA, 2013, p. 64-65).

Para Edson Holtz Leme (2013), “no lugar de reconhecer a presença negra e de outros grupos nacionais no processo de formação da sociedade londrinense, **buscou-se europeizar a sociedade com o mito britânico**” (LEME, 2013, p. 221, grifo nosso).

A partir dos dados presentes na tabela, notamos que o maior número de lotes foi vendido aos brasileiros, mas não fica evidente de qual região eram esses compradores. Recorremos, então, para entender sobre quem eram esses brasileiros, ao trabalho sobre os processos migratórios da população negra londrinense de Mariana Panta. Essa estudiosa apontou que “as zonas Leste do Brasil (principalmente Minas Gerais e Espírito Santo) e Nordeste foram as que mais forneceram contingentes migratórios” para a região norte do Paraná (PANTA, 2013, p. 81).

Para Mariana Panta e Nikolas Pallisser (2015), no estado do Paraná, houve um esforço hercúleo, de vários municípios, em associar a formação da

---

<sup>8</sup> Há uma bibliografia diversificada sobre essa versão londrina, que engloba uma crítica sobre alguns monumentos construídos para homenagear à Inglaterra. A exemplo de Marcia Elisa Teté Ramos, que aborda em vários artigos relacionados à visão dos alunos sobre a narrativa da cidade de Londrina, uma crítica ao discurso e as homenagens que se fazem sobre o pioneirismo, e em especial aos monumentos com caráter londrino.

cidade com as raízes europeias.

E o caso do norte do Paraná não é diferente, verifica-se que o negro não aparece como agente ativo ainda que seja comprovada a sua participação efetiva na economia local desde os primeiros tempos de colonização dos municípios, principalmente como mão de obra nas lavouras de café nos anos de 1940 -1980. (PANTA & PALLISSER, 2015, p. 1).

Como nosso objeto maior de estudo é o negro, o interesse recai sobre essa população. Thiago Lima (2014) abordou a memória e o esquecimento da trajetória negra em Londrina. Para ele, a população negra não ganhou destaque na historiografia, sendo omitida nas histórias oficiais, ou, quando lembrada, é de modo muito singelo se comparada a outros grupos populacionais que chegaram nos primeiros anos de (re)ocupação. Segundo Lima (2014), há uma amnésia sobre os personagens negros ou, ainda, há um esforço para apagar a memória do negro da história. E isso ocorreu, em especial, “com o grande incentivo às imigrações europeias após a abolição [...] afim de atender a uma política de branqueamento e alcançar o progresso nacional” (LIMA, 2014, p. 135).

Em consonância com a política nacional, Londrina também foi marcada em sua história a enaltação dos pioneiros brancos em detrimento de outros povos que a esta cidade chegaram, em especial, o negro.

Apesar das contribuições sociopolíticas, econômicas e culturais da população negra na edificação e consolidação da cidade, a semelhança com a situação do negro em âmbito nacional permanece a mesma. Quando muito, a relevância do negro em relação à memória coletiva da região está geralmente vinculada tão-somente à dança, ao samba, à capoeira, à feijoada. (LIMA, 2014, p.136).

Embora o negro estivesse à parte da história, a sua “invisibilidade não significa inexistência” (LIMA, 2014, p. 143). Nos primeiros anos de (re)ocupação, foram vários os negros que vieram para a região, das mais diversas profissões. Podemos destacar alguns nomes já conhecidos, como o Senhor Cypriano Manoel, importante liderança para a AROL; o Senhor Oscar Nascimento, advogado que lutou contra a discriminação racial; o Reverendo Jonas, exemplo de resistência; o Dr Justiniano Clímaco, médico e, também, deputado. Mas há muitos outros que não tiveram os seus nomes em destaque; são anônimos,

como o Sr Athanazio<sup>9</sup>, que hoje entraram para História e para dentro dos museus em razão de novas políticas e das novas concepções museais<sup>10</sup>:

Considerando que a população negra não é mencionada na historiografia oficial da cidade, tornar conhecida as trajetórias de personalidades como estas, possibilita o conhecimento da história de Londrina sob outra perspectiva, esta por sua vez, analisada não mais por uma ótica hegemônica, mas pelo olhar daqueles que, mesmo limitados pelas desigualdades econômicas, sociais e raciais, marcaram de forma imprescindível a história da cidade. (PANTA & PALLISSER, 2015, p. 2).

Com a venda crescente dos lotes, Londrina se desenvolveu. Em menos de 6 anos, toda a estrutura da cidade estava formada, o que possibilitou a emancipação política, pois, até então, pertencia ao município Jatahy, administrativamente. Em 03 de dezembro de 1934, o interventor Manoel Ribas assinou o Decreto Estadual nº 2.519, e em 10 de dezembro do mesmo ano, ocorreu a instalação como município. Nesse mesmo dia, tomou posse como prefeito o Senhor Joaquim Vicente de Castro, indicação de Manoel. Nesse período, Londrina já contava com muitos serviços básicos, como “abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, estruturação de serviços de saúde e outros” (BONI, 2014, p. 26). Muitos desses serviços foram desenvolvidos pela própria CTNP.

Além dessa organização básica, Londrina começava a se estruturar socialmente. Nesses primeiros anos, locais foram articulados para o lazer. Construiu-se, na sede da CNTP, uma quadra de tênis – a primeira de Londrina, possivelmente destinada aos funcionários do alto escalão. Outro espaço criado para a sociabilidade de um grupo específico foi a *Escola Alemã*, fundada onde se encontra o atual *Patrimônio Heimtal*. Essa escola foi a primeira de Londrina, e tinha como caráter, além da formação educacional, a promoção de encontros para a comunidade alemã se sociabilizar, nesses espaços (DINIZ, 2015).

Em meio à estrutura precária dos ranchos de palmito e à vida

---

<sup>9</sup> Sobre o Sr Athanazio, ver mais no artigo **Entre palavras e imagens: famílias negras no Museu Histórico de Londrina/PR (1970-2016)**. REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, v. 23, p. 321-343, 2018 - Claudia Eliane Parreiras Marques Martinez.

<sup>10</sup> Sobre as novas concepções museais e políticas de aquisições, verificar o Capítulo 2.

cheia de desafios, que incluíam as doenças e a convivência com animais selvagens, os colonizadores alemães, preocupados com a alfabetização e a educação de seus filhos, perceberam a necessidade de fundar uma escola. A comunidade, então, se uniu em esquema de mutirão para construir o primeiro estabelecimento de ensino da região, com madeira do entorno, cortada e serrada pelos próprios moradores da colônia. Assim nascia a Escola Alemã, inaugurada em 26 de julho de 1931. A escola tinha apenas duas salas de aula, suficientes para acomodar os cerca de 20 alunos, comandados pelos primeiros professores, Edmund Stark e Herman Westphalen. (SARIS, in Jornal Folha de Londrina, 2017).

Já no final da década de 1930, outros grupos começaram a articular espaços para o lazer. Um desses grupos encontrava-se na casa do Senhor Cypriano Manoel, funcionário pessoal do Sr Arthur Thomas – diretor da CTNP. Por sua posição enquanto motorista, Cypriano presenciava os encontros que a elite realizava, e ansiava construir um clube para os seus pares, também. Assim, no final da década de 1940, criou o *Clube Quadrado*. Já na década de 1940, com outros enfrentamentos, não voltado apenas para o divertimento, mas pensado para a discussão do racismo, o clube passou a ser denominado *Sociedade Beneficente Princesa Isabel*. Ao final dos anos 1950, passou a chamar-se AROL, que falaremos mais adiante.

A doação de parte da coleção de Senhor Oscar Nascimento ao MHL possibilitou a novos pesquisadores acesso e conhecimento acerca da história de Londrina e de tantas outras histórias silenciadas. “Por isso, pesquisar as histórias dos Clubes Sociais Negros e propor políticas para a sua preservação é um desafio que se coloca diante de uma sociedade que não se reconhece racista e não admite que homens e mulheres negras também construíram este país com sua força de trabalho.” (ESCOBAR, 2010, p. 24). Estudar novos espaços, novas personagens, novas histórias, só é possível com a fabricação do imortal<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O termo *fabricação do imortal* foi apropriado do livro *Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, da pesquisadora Regina de Abreu. Esse livro aborda como a coleção do Miguel Calmon chegou ao Museu Histórico Nacional, qual motivo levou a esposa Alice da Porciuncula Camon a doar todos os objetos ligados à vida pública de seu esposo, tornando-o imortal dentro do museu.

## **2. A COLEÇÃO, O MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA E A AROL**

### **2.1. Definição de Museu pela perspectiva de Dominique Poulot**

Dominique Poulot (2013, p. 11) afirma que “o museu se revela como uma instituição central e incontestável de cultura ocidental”. Assim, o museu é um espaço no qual podemos encontrar a ‘cultura’ de uma sociedade e, em especial, a cultura da sociedade ocidental. Deixamos o termo cultura em evidência, pois sabemos que não existe apenas um tipo de cultura, nem somente um único tipo de suporte, o de cultura material. José Bittencourt (2003), dialogando com Bucalle e Pesez, entende que a cultura material seria “a expressão material das relações humanas” (BITTENCOURT, 2003, p. 153), podendo dividi-la em três aspectos: o primeiro refere-se à topologia, que envolve as transformações naturais e os resultados obtidos por meio desta, sendo visíveis na sociedade. Há, também, a cultura material cronológica, relacionada aos processos evolutivos da sociedade. A última categoria defendida por Bittencourt é a social, que “produz diferenças no interior de um mesmo conjunto humano, sendo possível observar níveis de cultura material que separam os grupos sociais” (BITTENCOURT, 2003, p. 153). Compreendemos, nas ideias de Bittencourt, que a cultura material está relacionada ao vestígio material da ação humana ao longo da história.

Já Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1985) reflete que, por muito tempo, o uso da cultura material teve o seu valor limitado a três questões básicas, a saber: a primeira refere-se à marginalização, ou seja, sem consideração ao seu valor como fonte documental, a sua utilização não problematizava o contexto de produção; a segunda questão envolve, para Ulpiano (1985), a postura mais utilizada, que é a de decretar à fonte material o valor de instrumento – ou mais – como sendo a comprovação do que está sendo abordado. O último faz referência à didatização ou à ilustração do que se é estudado; a cultura material está empregada apenas para ilustrar o que foi elencado.

Nos três aspectos, a cultura material não tem o seu potencial de fonte evidenciado, servindo apenas como anseios auxiliares. "Essas três posturas partem de algumas poucas alegações equivocadas sobre a natureza da

documentação material ou sobre a dificuldade de seu emprego" (MENESES, 1985, p. 106).

Depois de discutir essas problemáticas do uso da cultura material, Meneses (1985), expõe que essas ideias ocorreram, principalmente, porque alguns estudiosos entenderam que a documentação material não é total, mas sim fragmentos dos fenômenos históricos. Explica, ainda, que esses fragmentos eram considerados aleatórios, pois, até chegar aos estudiosos, ocorriam vários processos de triagens, sendo, alguns deles, naturais e, outros, culturais. O autor apresenta, também, que as documentações materiais costumavam ser vistas como um fosso intransponível, mais caracterizado como o lixo humano.

Rebatendo essas concepções, Ulpiano (1985) argumentou que cabe ao historiador entender que a cultura material procede por "inferência e abstração", devendo, assim, criar significação, apropriar-se desse tipo de fonte e entender a sociedade que os "produziu e consumiu". É criar as devidas significâncias "evidenciando os diversos pontos marcantes da trajetória do artefato", pois a cultura material não é autoexplicativa. (MENESES, 1985, p. 108). Sendo assim, Ulpiano (1985) elenca que:

Por cultura material, poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social, convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do mundo físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais inclui os objetos e projetos. Assim, o conceito pode abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (...) e, também o próprio corpo como medida em que ele é passível de manipulação, (...) ou ainda, os seus arranjos espaciais. (MENESES, 1985, p. 112).

Ao problematizar as fotos da *Coleção Oscar Nascimento* referentes à AROL, presentes no acervo do MHL, criamos significados para esse tipo de documento, e temos o papel de mostrá-lo como importante elemento na construção da memória da trajetória e da sociabilidade do negro em Londrina.

Voltando o foco ao museu, Poulot, ao escrever o livro *Museu e Museologia* (2013), proporcionou-nos uma *viagem* ao conceito de museu, bem como às transformações que essa instituição sofreu ao longo da história. Nesse contexto, o autor explica que, o museu, em sua "etimologia clássica", remete "a uma

pequena colina, o lugar das Musas”, e que é referência a um “duplo estereótipo: conservatório do patrimônio da civilização e escola das ciências e das humanidades”. Ou seja, nesse local está reunido o patrimônio da civilização e é também uma escola para se apreender sobre a sociedade em que o indivíduo está inserido, um “lugar de acúmulo de riquezas intelectuais e lugar de sacralização do conhecimento” (Poulot, 2013, p. 15-16). Logo, compreendemos que o museu, por muito tempo, teve caráter de ser um único local onde reuniam-se todo o conhecimento de uma determinada comunidade. Por outro lado, Pierre Nora (1993) problematizou em seu artigo *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, que a sociedade moderna tem uma preocupação enorme em criar locais para preservar a memória de um povo.

Poulot (2013) seguiu essa *viagem* dialogando com a grande transformação que o conceito de museu sofreu a partir do surgimento do ICOM (Conselho Internacional de Museus), em 1946. Por meio desse conselho, passou a incentivar uma utilidade social, adotando uma definição que abrange não apenas o local sagrado de todo o conhecimento de uma determinada sociedade, mas, agora, a instituição museal abrange outros aspectos. Dessa forma, segundo o ICOM, o museu é uma

[...] instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, e que faz pesquisas relacionadas com testemunhos materiais do ser humano e de seu ambiente, tendo em vista a aquisição, conservação, transmissão, principalmente, exposição desse acervo com a finalidade de estudo, educação e deleite. (POULOT apud ICOM 2013, p. 18).

Logo, os museus sofreram um grande alargamento em suas funções, já que não será mais considerado o ‘lugar das Musas’. Agora, a sua função será, também, a de reunir testemunhos materiais, bem como a de servir com ações voltadas ao estudo, à educação e ao deleite.

Segundo Claudia E. Marques Martinez (2018), inspirada nas concepções de Poulot, as últimas décadas do século XX foram muito importantes para a ampliação e a discussão dos acervos museais. Houve uma “ampla reformulação dos museus (em especial, os de caráter histórico); agora, atentos não só para o diálogo com as novas correntes historiográficas, mas também preocupados em se aproximar de um público mais amplo” (MARTINEZ, 2014, p. 123). Seguindo

as tendências mundiais, o MHL também foi reformulado, tanto à concepção de museu quanto ao processo de aquisição do acervo. Explicaremos mais a respeito no tópico específico sobre o MHL.

Ao abrir o campo para a área de estudo, os museus permitiram aos pesquisadores problematizarem a exposição, criando novas representações, de acordo com o seu lugar de produção. Segundo, ainda, Poulot (2013), todas essas transformações foram possíveis graças ao crescimento de investimentos, tanto público quanto privado. O que aconteceu, também, com o MHL: a parceria pública–privado possibilitou a criação e a ampliação da exposição de longa duração, presente no MHL, atualmente. Essa parceria não ocorreu somente nos anos 2000, quando algumas famílias patrocinaram salas para a exposição, mas desde os primeiros anos da formação do museu, quando os alunos doaram e ajudaram na criação do primeiro acervo do MHL, bem como quando muitas famílias doaram seus acervos particulares para serem imortalizados.

De acordo com Poulot (2013),

[...] seu crescimento espetacular no último quartel do século XX é o resultado de consideráveis investimentos – público e privados – que permitiram a emergência ou a recomposição de coleções; a criação, a extensão ou a renovação de prédios; a multiplicação de exposições; e o surgimento de novos serviços. (POULOT, 2013, p. 11).

Quando o autor salienta que uma das funções do museu é a de proporcionar a pesquisa com os materiais humanos e da sua sociedade, além de poder adquirir cada vez mais peças para esse espaço, reforça que o museu também tem o dever de conservar e fazer com que a sua mensagem chegue ao público. As novas políticas de aquisição e disposição do acervo propiciaram que mais narrativas sejam contempladas, podendo – tais narrativas – chegarem ao museu por meio das coleções e, até mesmo, estarem presentes em pesquisas diversas. Ainda de acordo com Poulot (2013), conforme as missões definidas pelo ICOM, o museu tem por função “conservar, restaurar, estudar e enriquecer suas coleções” tornando-as acessíveis aos diversos públicos (POULOT, 2013, p. 19). Dessa forma, a pesquisa e o estudo do acervo do MHL estão fundamentados nas concepções apontadas por Poulot.

Sendo assim, é necessário, primeiramente, explanarmos sobre o acervo

do MHL, como chegou até ao museu e o que dele é mostrado. Posteriormente, faremos o recorte do nosso objeto – o acervo fotográfico – e, a partir dele, discorreremos sobre como ocorrem a aquisição de novas fotografias, como estão organizadas, incluindo desde o armazenamento dos arquivos físicos até a base de dados digitais que, ultimamente, estão inseridas. Para isso, será necessário realizar uma explanação sobre as coleções existentes e, em seguida, pontuaremos como ocorrem a aquisição dessas fotografias, a forma como são conservadas – incluindo os aspectos de armazenamento, catalogação, indexação na base de dados e demais processos, até chegar à transmissão desse acervo.

Para as questões metodológicas do uso da imagem, recorreremos, novamente, ao Ulpiano, quando discorre sobre *História e Imagem* (2012). Para o autor, é importante que o pesquisador não se deixe enganar acerca do uso de figura apenas como documento visual, pois, lembrando o que é cultura material, a fotografia se insere dentro desse tipo de documento, não devendo ser usada nem como a comprovação da realidade – documento visual – ou, apenas, como ilustração dos fatos abordados. É necessário entender as “inúmeras variáveis que definem a natureza da imagem e a multiplicidade de significados e papéis que ela pode assumir historicamente” (MENESES, 2012, p. 243). Assim, como Ulpiano (2012) acredita que esse gênero não verbal pode assumir múltiplos significados a partir de seu contexto de produção e análise, utilizamos também as concepções empreendidas por Jérôme Baschet (1996), que compreende que o conceito de “a Bíblia dos iletrados”, expressão muito recorrente quando se trabalha com imagens referente ao medievo já está superada. É necessário então “suspender a análise interna, formal e iconográfica; falar não do que a obra representa, mas do que ela é e para o quê ela serve. Em suma, estudar a imagem saindo dos limites que a margeiam materialmente”. (BASCHET, 1996, p. 3).

No entanto, Baschet (1996) salienta que não podemos entender que daremos conta de esgotar todas as possibilidades de análise de figuras estudadas:

Deve-se reconhecer que não se pode dar conta completamente da forma e dos temas de uma imagem, invocando a adaptação à sua função. Isto parece bastante ilusório a partir do momento

em que se lembra do caráter múltiplo e variável das funções de uma mesma imagem, bem como das tensões e contradições que podem existir entre elas (BASCHET, 1996, p. 16).

Para Baschet (1996), as funções das imagens são múltiplas: “trata-se de integrar plenamente a análise das imagens no estudo global de uma dada sociedade sem, no entanto, reduzi-las ao estatuto de reflexo do real” (BASCHET, 1996, p. 16). Logo, ao estudar as fotografias da *Coleção Oscar Nascimento*, podemos entender as fotos não como um congelamento de um momento histórico para a comunidade negra, mas elucubrar acerca da função que tal coleção adquire ao adentrar o museu; a sua representatividade como análise de pesquisa e a possibilidade de novas interpretações e releituras sobre a história de Londrina.

## 2.2 O MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA (MHL) – PADRE CARLOS WEISS

O MHL é um museu universitário situado no centro da cidade de Londrina, ao lado do *Terminal Central de Ônibus*, da *Praça Rocha Pombo* e do *Planetário Municipal*. Está localizado em uma região estratégica da urbe por onde circulam, diariamente, centenas de pessoas; atrai um público espontâneo de média de 25 pessoas<sup>12</sup> durante os dias da semana, duplicando esse número aos finais de semana. Cláudia E. P. Marques Martinez (2014)<sup>13</sup> teceu um paralelo entre o MHL e o *Museu de Artes e Ofícios de Minas Gerais* (MAO), englobando a ressignificação que ambos tiveram ao serem transformados em locais de memórias.

Os dois museus estão situados em uma região estratégica da cidade, e ambos estão alocados em um espaço que foi projetado para abrigar a estação ferroviária e ser espaço de muitos transeuntes. Por consequência, atraem muitas pessoas que estão apenas de passagem em seu entorno para a visitaçãõ.

O público do MHL é bem diversificado: são pessoas que estão pelo centro

---

<sup>12</sup> Dados obtidos na coleta de pesquisa realizada para a obtenção do título de especialista em *Patrimônio e História*, em 2016.

<sup>13</sup> O trabalho da professora Doutora Cláudia E. P. Marques Martinez serviu de base para a minha pesquisa de qualificação na especialização em *Patrimônio e História*, finalizada em 2016. Assim como o ensaio apresentado no artigo aqui exposto, o objetivo era visualizar “a percepção e a interação que os usuários do metrô (potenciais visitantes de museu) estabelecem (ou não) com a instituição museal” (2014, p. 123). O meu objetivo era entender as ausências percebidas pelo público espontâneo do MHL, tomando como base o público espontâneo da instituição.

urbano, ou que desejam esperar algum conhecido, e encontram, no museu, uma forma de refúgio; ou, ainda, utilizam esse espaço como recurso de imagem para ensaios fotográficos. Cada visitante tem uma história para contar. Não podemos nos esquecer dos visitantes que não utilizam o espaço do museu como local de conhecimento ou fruição; há muitos civis em situação de rua, ou até trabalhadores em redor do museu que frequentam o espaço para descansar ou utilizar alguns dos serviços básicos (banheiro ou bebedor, por exemplo), que se encontram ao lado de fora do prédio que abriga a exposição. No entanto, durante a pesquisa<sup>14</sup>, quando os visitantes eram questionados se havia alguma lacuna na expografia, identificavam, na instituição, a falta da história dos negros, das mulheres, dos nordestinos, dos indígenas e demais personagens que ajudaram a construir a história de Londrina.

Além de estar no coração da cidade, o MHL ocupa, desde 1986, o prédio da antiga *Estação Ferroviária de Londrina*. Porém, seu início está vinculado à antiga *Faculdade de Letras e Filosofia* (sediada, à época, nos porões do atual *Colégio Hugo Simas*).

Naquela época, o MHL, denominado “Museu Geográfico e Histórico do Norte do Paraná”, encontrava-se sediado nos porões do Grupo Escolar Hugo Simas. Também nesse colégio eram ministrados, no período noturno, os cursos da antiga Faculdade Estadual de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Londrina. (MARTINEZ & VISALLI, 2018, p. 243)

Segundo Edson Leme (2013), o MHL foi idealizado por alunos e professores da antiga *Faculdade Estadual de Filosofia*, no final da década de 1960. O projeto da instituição museal constituiu-se a partir de um movimento de coleta de materiais referentes à Londrina e de outras localidades próximas a partir de ‘estímulos’: os alunos que realizassem tal tarefa receberam, em troca, notas em seus respectivos cursos. Como o enfoque estava relacionado à cidade de Londrina, os pioneiros foram os mais privilegiados, enaltecendo, assim, aqueles que já obtinham certo destaque social, o que nos leva a conjecturar que essa ação pode ser explicada pelo fato de que o acesso às universidades, naquele período, devia-se às classes mais abastadas em detrimento das

---

<sup>14</sup> Essas informações foram coletadas durante a pesquisa para a especialização em *Patrimônio e História*, em 2016.

demais. (LEME, 2013). Esse caráter de pioneiro vai ganhar ainda mais destaque a partir da segunda gestão de diretores do MHL.

O museu, enquanto futura instituição de memória, pelo fato de estar sendo organizado por professores de uma Faculdade, promoveu certo recorte na seleção do que seria privilegiado como objeto e documento, merecedores de serem preservados enquanto acervo histórico para a cidade. Para tanto, é importante lembrar que a maioria dos professores desse período não era formada em História. Havia poucos historiadores no departamento. (LEME, 2013, p. 128).

O caráter formativo dos professores que assumiram a direção do museu era permeado por um rigor tradicionalista em História (aquela que privilegiava apenas os grandes nomes) ou não tinham formação na área, ocasionando o privilégio desse estereótipo de pioneiro no MHL, homens que venceram a mata e conseguiram progredir social e economicamente. (LEME, 2013).

Essa diversidade de profissionais não graduados em História, aliada a uma formação mais tradicional, do ponto de vista historiográfico, por parte dos poucos historiadores docentes, influenciou na elaboração do conceito de museu que se estava criando. A perspectiva tradicional pode ser identificada pelo fato de se valorizarem a coleta de objetos e documentos textuais de "valor histórico", relacionados à grande epopeia da colonização da cidade. (LEME, 2013, p. 129).

De acordo com Edson Holtz Leme (2013), com a coleta dos materiais, todo o acervo adquirido ficou abrigado em um porão na *Faculdade de Letras e Filosofia* (FFFCLL). Todavia, esse local não era o mais apropriado para abrigar os objetos e as fontes coletadas, pois era muito fechado e abafado, além de estar com a parte hidráulica em condições precárias. Outro problema enfrentado era o tamanho do espaço, obrigando todo o acervo a ficar exposto. Segundo Leme (2013), remetia a um gabinete de curiosidade<sup>15</sup>.

Esta primeira fase do museu mais lembrava um gabinete de curiosidades. A falta de espaço para uma reserva técnica obrigava os responsáveis pelo museu em deixá-las no entorno das salas do porão. Os objetos, dos mais

---

<sup>15</sup> A expressão gabinete de curiosidade, refere-se ao século XVI e XVII, na qual existiam lugares aonde se colecionavam uma multiplicidade de objetos de diferentes materialidades.

diversos, como chaleiras, utensílios domésticos, pequenos móveis e aparelhos, eram alocados neste espaço evidenciando-se apenas uma divisão entre peças indígenas e objetos relacionados ao processo de colonização da cidade. (LEME, 2013, p. 131).

É importante salientar que, nesse período, em que Holtz (2013) denomina como “gabinete de curiosidades”, quem estava à frente do MHL era o Pe. Carlos Weiss, alemão e filho de um conservador de museus. A partir de seu contato com esse universo através de seu pai, quando ainda morava na Alemanha, Padre Carlos Weiss viu, à época, a oportunidade de direcionar o museu em uma concepção que reunia um acervo variado, peças de caráter indígena, bem como as que, para o Padre Carlos Weiss, retratava o cotidiano da cidade.

Nas palavras que Edson Holtz Leme (2013), a visão de museu, para Weiss, estava ligada às concepções de um *Museu de História Natural*, seguindo os princípios europeus e as tendências regionais e nacionais. (MARTINEZ & VISALLI, 2018, p. 241). Mesmo tendo objetos ligados à história da cidade, muitas peças tinham relações com a História Antiga; algumas dessas foram trazidas pelo padre durante algumas viagens para a Europa.

A perspectiva museológica de Weiss era a de formatação de um Museu que contemplasse tanto a História da cidade e região como também a chamada História Natural. A forte influência museológica europeia, do século XIX, especialmente relacionada à concepção dos chamados Museus de História Natural, ficou evidente no modelo que Weiss desejava consolidar para o Museu de Londrina. (LEME, 2013, p. 135).

Para Cláudia e Angelita (2018), a coleção administrada pelo Padre Carlos Weiss tinha uma forte referência às peças arqueológicas e etnográficas, mas também havia objetos ligados às diferentes regiões do Brasil. Edson Holtz Leme (2013) também salientou que Weiss contemplou os diferentes grupos que vieram para Londrina, em especial, os nordestinos. Para as autoras, a formação acadêmica e a própria referência pessoal do Padre foram fundamentais para a composição do acervo, pois foi na sua gestão que se “angariou um acervo significativo de artefatos arqueológicos e etnográficos”. (MARTINEZ & VISALLI, 2018, p. 248). Com Carlos Weiss à frente do museu, apesar do caráter, segundo Edson Holtz Leme (2013), ser mais parecido com o gabinete de curiosidade, o

museu pôde contar com um acervo mais plural. “A experiência da constituição das primeiras coleções dialoga com uma conjuntura regional e nacional num processo dinâmico e contínuo” (MARTINEZ & VISALLI, 2018, p.241).

Em 1970, é criada a *Universidade de Londrina*, e, em 1974, o museu passa a ser considerado um órgão suplementar da Universidade. Porém, sua sede continua sendo os porões da antiga faculdade. Em 1976, o Padre Carlos Weiss falece, e quem assume o seu lugar é a professora Conceição Geraldo, que ficou à frente do museu até 1979, quando deixou a direção para realizar um mestrado em Curitiba, retornando em 1994 até 2002, como diretora. Foi na gestão da Conceição Geraldo que alguns rumos do museu tomaram contornos diferentes. Em sua primeira gestão, alguns pontos de destaque merecem ser pontuados. Primeiramente, a iniciativa de um *Projeto de História Oral*, cujo intuito era a de “coletar depoimentos dos pioneiros de Londrina e região” (LEME, 2013, p. 138). Em seguida, a transferência de sede; com as condições precárias do porão, Conceição visualizou um novo espaço para reunir o acervo do MHL. Depois de algumas tentativas, conseguiu, junto do prefeito à época, Antonio Casemiro Belinati, articular a mudança para a antiga estação ferroviária de Londrina. Para Cláudia e Angelita (2018),

Depois da morte de Weiss, em 1976, ‘a política de aquisição’ e formação do acervo assumiu contornos distintos. Nos anos 1990, o MHL chegou a ‘descartar’ alguns artefatos, provenientes da aquisição do primeiro diretor, que em suas viagens trazia diversas peças, ou doação (peças de cestarias, ferramentas etc). Enfim, objetos que deixaram de interessar à política que envolveu a reorganização do Museu entre os anos de 1996 e 2000, quando, a partir do projeto ‘Memória Viva’, a instituição adota a figura do ‘pioneiro’, e da atuação da Companhia de Terras, da prosperidade e riqueza econômica advinda do trabalho. (MARTINEZ & VISALLI, 2018, p. 248).

Durante os anos de 1979 a 1994, período em que Conceição Geraldo esteve ausente do museu para realizar os seus estudos, Olímpio Luiz Westphalen assumiu a direção do MHL. Segundo Edson Holtz Leme (2013),

Westphalen, em seu mandato, de 1979 a 1994, (...) deu continuidade ao trabalho que Weiss e Conceição Geraldo imprimiram à gestão museal. Manteve a perspectiva de priorizar o enaltecimento aos pioneiros e à CTNP dentro do processo de colonização de Londrina e região Norte do Paraná. (2013, p.

141).

Com uma formação bem tradicional, o diretor Westphalen imprimiu, à frente do museu, um viés que valorizava ainda mais a figura do prioneiro. Em alguns trechos apresentados por Leme (2013), verificamos a presença marcante do mito fundador cuja imagem estava vinculada a de “homens que enfrentaram e venceram o sertão inóspito do norte do Paraná” (2013, p. 144). Uma das ações de destaque do então diretor foi a tentativa de criação de uma *Associação de Amigos do Museu*, conhecida como ASAM. Todavia, sua efetivação só ocorreu em 1995, quando Conceição Geraldo já havia retornado à direção do MHL. Nessa mesma época, Westphalen afastou-se da direção para tratamento médico, pedindo sua aposentadoria logo após. A grande marca de Conceição, em sua segunda gestão, foi a reforma no novo espaço do MHL.

Após a instalação no novo prédio, o MHL funcionou por alguns anos e foi fechado para uma reforma, abrindo as portas novamente em dezembro de 2000:

O museu, após passar quatro anos fechado visando um processo de revitalização e reformas em seus espaços internos e externos, bem como em sua concepção museal, reabriu suas portas para o público com novas galerias e modernos expositores. (LEME, 2013, p. 19).

A nova forma de exposição recebeu ajuda financeira de vários órgãos até mesmo de famílias de posses de Londrina. Conseqüentemente, essa ajuda proporcionou alguns benefícios aos doadores, que puderam ver seus pares representados em alguns espaços do museu.

[...] os cenários que compunham a exposição de longa duração reafirmavam uma narrativa, a qual referendava a versão tradicional da história da cidade, omitindo e excluindo outros atores sociais, também partícipes desse processo histórico. Também ficamos surpresos e decepcionados, ao constatar a efetivação de um processo de apropriação de alguns cenários e espaços internos do museu, por empresas e famílias, vinculadas às chamadas elites da cidade. (LEME, 2013, p. 19-20).

Fazendo um paralelo, José Bittencourt (2003), ao analisar o *Museu Histórico Nacional* da época de Gustavo Barroso, emitiu observações importantes sobre o nome das salas e a composição da exposição:

Em princípio, o Museu Histórico Ihes fazia tal homenagem pelo fato de essas pessoas terem se constituído como grandes benfeitoras da instituição. Era, claramente, um recurso propagandístico que visava a atrair benfeitores, numa época de pouca ajuda governamental. Procurava chamar a atenção da sociedade para uma possibilidade, que envolvia, por sua vez, um regime de “trocas simbólicas” – os indivíduos podiam juntar a própria memória à memória nacional preservada pelo Museu. Este pacto, entretanto, não era selado com qualquer um. (BITTENCOURT, 2003, p. 160).

Diante dessas observações percebemos lacunas que permeiam o imaginário<sup>16</sup> da população e da academia; a ausência de determinados grupos sociais, dentre eles, negros, nordestinos, mulheres, índios. Mas será que essas pessoas não estão representadas? E, se estão representadas, cabe analisar como e onde se encontram na exposição e/ou instituição museal? Quais espaços estavam – e estão – destinados a esses negros? Voltamos à afirmação inicial do Poulot (2013), que o museu é um local incontestável da cultura de uma sociedade. Mas que sociedade está representada no museu? Em relação à Londrina, quem os elegeram como representação da memória da sociedade londrinense?

Para Poulot (2013, p. 12), “O museu [...] exerce uma reflexão coletiva a propósito do patrimônio, do ponto de vista da filiação e identidade, bem como da experiência relativamente à alteridade”. Ou seja, o indivíduo tanto pode reconhecer-se e identificar-se como pertencente quanto negar-se ou, até mesmo, não se reconhecer nesse espaço. Dessa forma, José Bittencourt (2001) discorreu sobre a seleção dos objetos expostos no Museu:

[...] comer, todo mundo come, e em pratos – quase todo mundo, pelo menos. Mas comer em pratos de “finíssima qualidade” é atributo apenas de alguns. Esta mensagem, mais do que uma etiqueta contendo um texto escrito, se constrói através de um jogo sutil de inclusão/exclusão, tornado possível na medida em que o receptor conhece os objetos como significantes de seu cotidiano e se remete o tempo todo a eles. (2001, p. 162-163)

Logo, por preservarem indícios de memória, como afirma Júnia Pereira (2008), os museus propõem:

[...] chaves de interpretação de realidade sócio-histórica. São,

---

<sup>16</sup> Acerca do imaginário, embasamo-nos a pesquisa por mim realizada durante a especialização em *Patrimônio e História*. (2016).

dessa maneira, instituições testemunhais, cenários convocados: convocantes [...]. São expressões de uma sociedade que nos convoca a testemunhar memórias, evidentemente, silenciando ou ignorando tantas outras... São, em grande medida, o registro da eleição de histórias que pessoas, grupos e/ou nações elegem no tempo para perpetuar diante da inevitabilidade da evasão inerente à própria vivência histórica. (PEREIRA, 2008, p. 1).

Os museus são fundamentais quando se deseja estudar e ter acesso à memória coletiva em um só espaço. Devemos, contudo, levar em consideração que o museu, mais precisamente, seu curador, museólogo e/ou organizador, bem como grupos envolvidos, realizam uma seleção das memórias a serem preservadas. Dessa forma, pensá-lo como lugar de memória envolve um projeto político, pois, muitas vezes, suas exposições são pautadas por perspectivas que enaltecem uma determinada vertente da História, deixando 'às escuras' algumas hipóteses, versões, memórias e histórias. Paulo Knauss (2008, p.304) entende que a relação do “patrimônio cultural não se define como dado, mas como uma construção social e histórica que se oferece a interpretação histórica.”

A apreensão do espetáculo museal passa pela relação que se estabelece entre sua grande “vitrina” institucional, que é a exposição, e o público que a consome. Ao contemplar uma narrativa histórica em um museu, nem sempre o público percebe que, nas entrelinhas da memória ali consagrada, além das que são evidenciadas, outras vezes permanecem silenciadas. Intencionais ou não, perceptíveis ou não, as escolhas efetuadas no espaço museal refletem uma relação de forças pela disputa de uma pretensa hegemonia na construção da memória pública. (LEME, 2013, p. 219).

José Bittencourt (2003) discute a ideia de museu sem povo ao analisar que o *Museu Histórico Nacional*, na época de Gustavo Barroso, é um museu de elite.

O discurso museológico que analisamos deixa, em alguns momentos, forte impressão de que seus formuladores concebiam a Nação brasileira como uma formação histórica sem povo, apenas com uma elite política, econômica e intelectual (BITTENCOURT, 2003, p. 163).

Refutando essa concepção, Bittencourt (2003) criticou, pertinentemente, a partir do pensamento de Gustavo Barroso, diretor do *Museu Histórico Nacional*,

durante as décadas 1920 até 1950, salvo alguns períodos em que esteve afastado da direção. Para Barroso o museu do povo deveria ser um museu folclórico destinado às profissões rústicas e de tradições populares.

[...] o museu de história não é o lugar nem para a cultura popular nem para seus testemunhos, que deveriam ser instalados em repartições específicas, pois constituíam um campo de estudos particular, ocupado com fenômenos fora dos limites do intelecto e, por conseguinte, da história. (BITTENCOURT apud BARROSO, 2003, p. 164).

Logo, qual seria o lugar do povo? Fadados apenas aos museus de cultura popular? Por meio desse pensamento, e pelo biônimo entre inclusão/exclusão, é que Bittencourt tentou compreender a qual espaço está destinado os excluídos nos museus. E, assim como José Bittencourt (2003), também tentaremos entender o lugar do negro dentro do MHL.

Knauss (2008) afirma que, a partir do processo de redemocratização no Brasil na década de 1980, e a Constituição Federal, os grupos até então marginalizados e discriminados passaram a figurar em pauta, colocando em debate a diversidade e a desigualdade. Cláudia e Angelita (2018) fundamentadas nas concepções de Poulot (2013), abordam que:

Ao longo desses quase cem anos, as concepções, os procedimentos de salvaguarda, os instrumentos de proteção, as formas de reconhecimento e legitimação social do patrimônio foram (re)inventados para dar conta da complexidade assumida pela sociedade brasileira, especialmente do processo de democratização dos direitos culturais. (MARTINEZ & VISALLI, 2018, p. 242).

No entanto, sabemos que tudo acerca da questão sobre representação, bem como do discurso presente no museu, envolvem uma problemática muito maior. Compete-nos, pois, tencionar onde podemos encontrar esse negro e sua representação nesse espaço, pois, com a abertura da nova exposição do MHL nos anos 2000, patrocinada pelas famílias de posses da cidade, era visível quem estava representado no interior desse lugar.

A ausência de objetos tridimensionais representativos da cultura negra constitui um dos grandes gargalos para o estudo do grupo social negro, tomando como referência o Museu Histórico de

Londrina. Nem seria necessário dizer que a etnia teve ampla participação social, econômica e cultural na (re)ocupação recente – durante o século XX – do norte do Paraná (MARTINEZ, 2018, p. 332).

Assim, como vimos ao longo da discussão, o MHL carece de uma representatividade maior do negro em sua exposição. Mas como conhecer o cotidiano desses homens e mulheres que trabalharam, viveram e construíram suas histórias? Foi pela falta de representatividade na exposição permanente é que se fez presente a escolha de trabalhar com o acervo audiovisual. “Se, de um lado, a ausência de objetos tridimensionais relacionados à cultura negra constitui um fator frustrante, de outro, o pesquisador se surpreende ao se deparar com o acervo audiovisual” (MARTINEZ, 2018, p. 332 - 333).

Esse acervo audiovisual só pode estar presente hoje no museu graças à nova visão apresentada no MHL. Após a abertura da nova exposição, ainda na gestão da Conceição Geraldo, frisava-se apenas as famílias pioneiras. Aos indígenas, ficou reservado uma espécie de sala de entrada que faz alusão ao período pré-histórico; porém, aos outros grupos, coube o silêncio. De acordo com Matinez (2018), “com a saída de Conceição Geraldo da direção, em 2002, a instituição inicia outra fase”: há uma mudança de paradigma, o museu passa a se aproximar e a dialogar mais com o *Departamento de História da UEL* (DH), o que não acontecia até aquele período, principalmente, pelo conflito de concepções históricas que a direção do museu adotava, diferentemente da visão empreendida pelo departamento (MARTINEZ, 2018, p. 330).

Após a relação entre a direção do MHL e a do DH estarem mais próximas, novas políticas de exposição começaram a ser repensadas. No período em que José Cesar dos Reis esteve à frente (2003), foi organizado uma exposição temporária intitulada *O povo que fez Londrina*, na qual personagens esquecidos, como os negros, índios e os nordestinos, tiveram representatividade.

O restabelecimento das relações entre DH e MHL, após a curta cisão ocorrida em 2007/2008 (período que esteve à frente Débora Martins, docente de Educação Física), concretizou-se com a direção da professora de História Medieval Angelita Marques Visalli (2008-2012). (MARTINEZ, 2018, p. 332).

Tanto na direção da professora Angelita Visalli quanto da Regina Célia

Alegro<sup>17</sup> (2012 – 2019) foi “possível identificar ações e políticas voltadas para os grupos antes não contemplados dentro da instituição” (MARTINEZ, 2018, p. 332).

Podemos destacar como ações desenvolvidas durante essas gestões, as exposições itinerantes, que possibilitaram o acesso a outros espaços do MHL, como a sala de exposição de curta duração, e o próprio entorno do prédio. Assim, surgiram novas possibilidades leituras para o acervo da reserva técnica, ou do acervo de outras instituições, possibilitando que os estagiários e outros funcionários do Museu, criassem exposições que contemplam as ausências da expografia permanente.

Dentre algumas das exposições podemos citar a comemoração dos 40 anos do Museu, com a *Expressão Visual de um autodidata: José Juliani, o colono – fotógrafo* (2010). Esta coleção visa mostrar ao visitante o cenário capturado pelo fotógrafo, principalmente no que refere-se a mudança do cenário da cidade de Londrina, nos primeiros anos de (re)colonização. Juliani foi o fotógrafo contratado pela CTNP e “esteve a serviço do congelamento das intenções e essa obstinação é ainda reconhecida no esforço do retoque, no acabamento pelos pequenos ajustes que, no entanto, não pretendiam alterar o fotografado”. (LONDRINA, 2010, p. 2). A mostra não apresentou todas as fotos de Juliani, mas procurou demonstrar:

[...] não somente [...] as imagens mais conhecidas ou emblemáticas, mas também [...] outras que, no conjunto, ajudam-nos a perceber uma coerência, a perspectiva de um mundo ordenado, como se seus fotografados não pudessem estar em outro local que não aquele, onde estava ele próprio. (LONDRINA, 2010, p. 2 – 3).

A exposição *Povos Indígenas no Norte do Paraná* (2011), de organização de Priscila Rosalen Passeto de Almeida.

[...] reflete sobre presença das diversas etnias que habitaram e ainda habitam a região norte do estado. Em especial, as populações próximas à Londrina, desde a chegada dos primeiros ancestrais caçadores-coletores no estado do Paraná, entre 8 e 10 mil anos atrás até seus remanescentes. (LONDRINA, 2011, p. 2).

---

<sup>17</sup> Professora do DH de Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina.

A mostra aborda fotografias em painéis sobre a cultura Guarani e Kaikang, além da localização das terras indígenas próximas a Londrina. Há também representações da natureza e espaço de convivência dos indígenas. Outro painel mostra a representação que as crianças das aldeias fizeram da sua própria terra. E a representação realizada por pintores do século XIX.

A exposição *Cuidar, Curar, Lembrar: Memória da saúde em Londrina* (2012), procurou abordar “questões relativas à saúde [...] apresentando a possibilidade de agrupar informações e experiências relativas aos tratamentos da saúde na região de Londrina”, contribuindo assim, “para a preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade”. (LONDRINA, 2012, p.2). A mostra evidenciou não apenas os conhecimentos especializados. Os saberes oriundos da população também ganham evidência no acervo exposto. Um destaque relevante à esta pesquisa, refere-se ao nome do Senhor Justiniano Clímaco<sup>18</sup>, o primeiro médico negro de Londrina.

Para celebrar os 40 anos do Coro da Uel, que estimulou e contribuiu com a produção musical de Londrina o MHL organizou a exposição: *Cantos e Encantos – 40 anos Coro da Uel* (2014). Nessa mostra foram homenageados os regentes e o cantores.

Em 2015, a mostra que ocupou a sala de Exposição Temporária foi a *Fazer, Morar: As casas de madeira do centro de Londrina*. Além de mapear as casas de madeira da região central, apresentava também as experiências do fazer e do morar nas casas de madeira, abordando técnicas construtivas e ferramentas para o uso da carpintaria.

No ano de 2016, foi a vez da lembrança afetiva ganhar destaque. A cultura popular foi palco para o *Natal dos Reis*. Essa exposição tinha por objetivo trazer a Festa dos Reis Magos, com sua alegria e celebrações musicais, além de recordar um momento significativo nos primeiros anos de formação da cidade de Londrina, com a restauração do presépio da Alfaiataria do Sr. Lauro Dutra. O presépio foi montado anualmente de 1951 a 1965, quando a loja fechou. Após a exposição, o presépio ganhou um local fixo dentro do espaço do MHL – agora o

---

<sup>18</sup> Justiniano Clímaco (1908 – 2000) era negro, médico, professor, jornalista e político, atuando, principalmente, no auxílio aos negros e aos mais desfavorecidos. Importante destacar que ele foi o primeiro deputado eleito por Londrina. Sobre o Sr. Clímaco, há uma biografia escrita pela doutora Maria Nilza da Silva e Mariana Panta (2010).

túnel que ligava a antiga estação rodoviária à estação ferroviária tem uma exposição permanente.

Ainda nesse ano, foram criado cinco banners que serviram de material itinerante para o lançamento do 13º Boletim<sup>19</sup> – *Nordestinos no acervo do Museu Histórico de Londrina*. As pesquisas realizadas dentro do museu geram as transmissões de conhecimento, sejam elas por meio da exposição itinerante ou na divulgação dos boletins. Pois, para criar-se uma exposição, é necessário coletar vários dados como: pesquisa do acervo que será exposto, entrevistas, e levantamento bibliográfico.

Outra mudança envolve a política de aquisição de novos acervos, em especial, o acervo imagético. Ambas facilitaram o acesso e a aquisição de novos acervos, privilegiando e valorizando novas concepções de agentes da História. Foi por meio dessas práticas que algumas famílias negras doaram as suas fotografias, adentrando, assim, no museu e no espaço de memória, concedendo aos pesquisadores acesso para utilizar tais recursos em suas pesquisas. Uma dessas coleções é a do Dr. Oscar Nascimento, que veremos detidamente no próximo capítulo dessa dissertação.

### 2.3 A COLEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA AROL NA PERSPECTIVA DO MHL: SIGNIFICADOS E POSSIBILIDADE DE PESQUISA

Maria Nilza da Silva argumenta que “a presença do negro na cidade é lembrada apenas pela memória da própria população negra. Existe uma espécie de culto aos pioneiros da *Pequena Londres*” (SILVA, 2008, p. 1). Segundo Cláudia Martinez (2016, p. 2), “o visitante ou o pesquisador que almejar estudar a cultura negra nessa instituição ficará surpreso (ou não?) com a falta de objetos tridimensionais – tanto na exposição de longa duração, quanto no acervo da reserva técnica”. A instituição possui um acervo audiovisual riquíssimo que possibilita a pesquisa acerca da presença negra em Londrina. Corroborando com essa ideia, Maria Nilza elenca que a presença negra “pode ser constatada nos relatos dos descendentes dos primeiros negros que chegaram à cidade. A

---

<sup>19</sup> No site do Museu Histórico de Londrina é possível encontrar disponíveis os boletins – são 17 edições. Além dos catálogos das exposições itinerantes, e outras informações.

trajetória da população negra, desde a formação de Londrina, pode ser verificada, também, nas fotografias dos álbuns das famílias”. Assim,

[...] se recorrermos ao acervo audiovisual, um leque de possibilidades descortina-se diante do pesquisador interessado. Com efeito, entre as **palavras** (entrevistas e depoimentos) e as **imagens** (fotografias originais, negativos e reproduções digitais), muitas questões podem ser problematizadas. (MARTINEZ, 2016, p. 2 – 3)

O setor responsável pelo acervo audiovisual é o *Setor de Imagem e Som – Eugênio Brugim*. De acordo com os funcionários, o MHL conta com mais de 15.200 fotos catalogadas e indexadas no sistema, e aproximadamente 32 mil apenas catalogadas<sup>20</sup>; a catalogar, mais ou menos, 50 mil. “Entre estes, há fotografias originais, negativos de vidro e flexíveis, filmes de 16 e 35mm, *slides*, discos, reproduções digitais, além de depoimentos e entrevistas” (MARTINEZ, 2018. p. 11). No entanto, o número de fotos inseridas na base aumenta a cada dia em decorrência dos estagiários e funcionários estarem em processo de indexação contínuo. Logo, estudar a presença do negro ajuda a descortinar esse imaginário da inexistência na história de Londrina, e também possibilita cooperar com a instituição na categorização e mapeamento dessas imagens, uma vez que foi necessário investigar, selecionar, separar essas fotografias para o desenvolvimento desse trabalho.

Para a análise dessa pesquisa, foi necessário, primeiramente, compreender o que é museu, bem como o significado de coleção. Em razão disso, utilizamos, como já aventado, as concepções de Dominique Polout e a própria definição feita pelo ICOM. Para esse autor, o museu tem três funções essenciais: a conservação, o estudo e a pesquisa, e a comunicação.

Logo, estudar e mapear as fotografias enquadra-se nessas três categorias. Poulot (2013, p. 23) entende que “alguns museus foram fundados para evitar dispersões, ou seja, para garantir uma conservação patrimonial”. Já o estudo e a pesquisa estão ligados à documentação dessa coleção, com as construções de narrativas feitas a partir dessas, e a comunicação reverbera no

---

<sup>20</sup> Quando uma foto está catalogada, significa que passou pela higienização, recebeu um número de referência, foi separada em pasta de acordo com a coleção, as categorias, subcategorias e demais itens necessários.

diálogo entre a academia e a comunidade. Por isso, é de crucial que as pesquisas voltem para as comunidades; é nos *feedbacks* das pesquisas que as instituições podem repensar (ou não) o seu papel enquanto exposição museal.

A pesquisa acadêmica, permitem que as exposições ganhem possibilidade de um acervo extra-muro, constituindo uma atividade documental. Os conhecimentos produzidos no museu estão associados tanto à coleção quanto à equipe de conservação, “[...] na tradição de descrição de obras ou de objetos em geral, a preocupação acadêmica culmina, antes de tudo, na realização de catálogos” (POULOT, 2013 p. 24).

Esses catálogos ou essa categorização que os funcionários do museu fazem são usados na base organizacional para a instituição e, também, para facilitar a consulta dos pesquisadores. Logo, tanto a consulta como a própria exposição geram resultados, o que, para Poulot (2013), vai denominar-se em comunicação. Todo museu comunica; assim, a exposição gera uma transferência de conhecimentos. Bittencourt (2003) também aborda as práticas comunicativas desses espaços:

A pedagogia praticada pelo Museu baseia-se em um processo comunicativo no qual os visitantes são colocados diante de um texto no qual irão introduzir dados sensíveis, que são suas próprias emoções. É preciso, assim, que o texto não deixe dúvidas, e que todos quantos entrem nas salas tenham a certeza de que ali está a história, comprovada por intermédio de seus testemunhos. Desta maneira, o Museu ensina seus visitantes a ler e entender seu texto, composto por objetos materiais. Aquele deve, por conseguinte, ser suficientemente claro para que o ato comunicativo seja estabelecido e a mensagem transmitida. E, principalmente, para que o observador possa distorcê-lo sem modificar a mensagem essencial, ainda que o emissor não esteja presente para regular a relação comunicativa (BITTENCOURT, 2003, p. 162).

Dessa forma, toda exposição procura estabelecer uma relação entre a mensagem que quer passar e o seu receptor. “Trata-se de um texto particularmente complexo, pois envolve uma relação entre fatos linguísticos e extralinguísticos” (BITTENCOURT, 2003, p.162). Isto posto, todo visitante, ao se deparar com uma exposição, faz uma leitura cuja percepção estará relacionada às suas memórias, pois, ao olhar um objeto, gatilhos de memórias são lançados, tornando a percepção do visitante da exposição diferente. Todavia, como

Bittencourt (2003) abordou, a percepção será da representação; a ideia central abordada pelo curador deverá ser o eixo fulcral.

Outro conceito que deve estar em mente é o de coleção, pois as fotografias são, inicialmente, denominadas e separadas em coleções. Utilizaremos o conceito de coleção abordado por Krzysztof Pomian na *Enciclopédia Einaudi*, publicado em 1984. Assim, coleção é

[...] qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (POMIAN, 1984, p. 53).

As fotografias são objetos produzidos pelo homem e que, ao adentrarem no museu, perdem seu valor de uso, já que ganham um valor simbólico, podendo ser semióforo – à medida que tal objeto é criador de sentido – ou apenas representar significados diante das interpretações. Mas quantos objetos definem uma coleção? Como podemos atermar qual pertence a esta ou àquela coleção? Ainda de acordo com Pomian (1984):

Quando se fala de coleção, supõe-se tacitamente que esta é formada por um certo número de objectos. Por isso, na definição dada no início introduziu-se enquanto *genus proximum* «um conjunto de objectos». Mas quantos objectos são necessários para que exista uma coleção? É evidente que, em abstracto, uma tal questão não tem resposta. Por isso, salvo alguns casos particulares que não serão aqui examinados, não é necessário determinar quantidades. Porque, em geral, o número de objectos que formam a coleção depende do local em que se acumulam, do estado da sociedade, das suas técnicas e do modo de vida, da sua capacidade de produzir e acumular o excedente, da importância que se atribui à comunicação entre o visível e o invisível por intermédio dos objectos, etc. Este número é, portanto, necessariamente muito variável no tempo e no espaço e só excepcionalmente pode servir para distinguir uma coleção de um conjunto de objectos que o não é. O que realmente importa é a função e é esta que se exprime nos caracteres observáveis que definem a coleção (1984, p. 67).

Podemos encontrar também a definição de coleção apresentada no livro *Conceitos-Chave de Museologia* (2013), cuja definição é:

[...] conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se

responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada (DESVALLÉE; MAIRESSE, 2013, p. 32)

Tanto para Pomian quanto para Desvallée e Mairesse, o conceito engloba, em sua essência, objetos de natureza material ou imaterial, que estão à salvaguarda e disponíveis à fruição do olhar. Mas, coleção, para os dois últimos autores, engloba, ainda, conotações, como 'reunir, classificar selecionar e conservar'; ou seja, "é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo" (DESVALLÉE; MAIRESSE, 2013, p. 32).

Quando chega uma nova coleção ao museu, os funcionários categorizam-na seguindo uma lógica: a princípio, verificam de quem são os objetos, no caso, as fotografias; depois, fazem um estudo biográfico dessa pessoa, o momento histórico e o contexto social, tanto da coleção quanto da vida do fotógrafo ou do doador. Assim, a coleção passa a receber um nome, batizada, geralmente, com o de seu doador. Por meio dessa pesquisa, os funcionários tentam identificar se a 'nova coleção' já faz parte de alguma outra ou as fotos serão categorizadas independentemente. Por exemplo, uma doação com fotos de família, ou convívio familiar, etc., entram na categoria da coleção geral 'famílias', mas com o nome desta 'nova coleção' na subcategoria. Feito essa etapa, os funcionários cadastram as fotografias, dando um número para cada uma. Atualmente, há no museu 67 categorias<sup>21</sup> disponíveis para catalogação. É fato, porém, que as categorias surgem e continuam sendo criadas conforme o conteúdo da imagem.

Outro conceito importante é entender o que é fotografia. Por muito tempo, o imaginário era de que as fotografias reproduziam o real, constituindo uma veracidade sobre os fatos. Por isso a necessidade de sempre problematizá-las. Segundo Meneses (2012) é essencial compreender que a imagem não é apenas um documento visual, ela é construtora de sentido, é são múltiplos os significados que podemos analisar de uma mesma imagem. Para o autor, é necessário romper com a leitura iconográfica, pois as possibilidades de análises são amplas e variáveis, devido ao desdobramentos de leituras que podem ser feitas, a partir do campo de quem analisa ou do seu viés.

---

<sup>21</sup> Esse número refere-se a dezembro/2018, ano em que foram coletadas para a pesquisa.

[...] são incessantes os desdobramentos fornecidos pela antropologia, pela sociologia, pela história, pela história das técnicas, pela história da arte, pela psicologia e psicanálise, pelas ciências da percepção e da cognição, da comunicação, da informação e da computação, pela neurofisiologia e neuroestética, pela filosofia e pela estética, pela semiótica e pela linguística, pelos estudos culturais, de cultura material, de cultura visual... (MENESES, 2012, p. 243).

Para Meneses (2012, p. 244), outro ponto importante na análise imagética é a determinação “dos problemas históricos propostos, e [...] a capacidade de as fontes disponíveis (visuais, materiais ou verbais) conseguirem encaminhá-los” ao objetivo levantado. Assim, entender a contextualização da foto, abordando outras fontes é importante para irmos além da análise iconográfica. É importante realizarmos uma análise iconográfica – “a iconologia implica um passo adiante na elaboração de teorias, generalizações, integração de informação e perspectivas” (MENESES, 2012, p. 244). Ou seja, é realizar o tratamento das informações abordando o contexto histórico-cultural, do objeto estudado.

Pautando-se nos estudos de Erwin Panofsky (1892 – 1968) – Meneses aborda a análise iconográfica desdobra-se em “três níveis de significações”. Assim, “o primeiro – o pré-iconográfico – é basicamente descritivo e se fundamenta na experiência cotidiana complementada pelo conhecimento de repertórios para definir informação factual, bem como expressiva”. Ou seja, nessa categoria, o interprete utiliza apenas a sua experiência para realizar a interpretação. “O segundo nível é o da análise iconográfica propriamente dita. Aqui, trata-se das significações secundárias, das convenções, fórmulas, motivos artísticos, temas e conceitos”. Nessa interpretação, além da experiência pessoal, entra em cena também outras imagens da época. (MENESES, 2012, p. 245).

Já a última categoria, é mais complexa, pois envolve “além do senso comum e de uma vasta erudição, é exigível competência em várias áreas das humanidades”. Toda imagem pode ter multissignificados e “apresentar mais do que a aparência e podem conduzir à circunscrição de um inconsciente coletivo, uma cosmovisão, um espírito da época”. (MENESES, 2012, p. 245).

Dessa forma, esses três conceitos-chave auxiliaram-nos a problematizar a presença negra em Londrina durante os primeiros anos de (re)ocupação, e como esses estão representados no museu hoje. Quais as leituras que podemos fazer das coleções e quais leituras estão sendo feitas do negro por essa

instituição? Assuntos e questões que serão tratados no próximo capítulo.

### 3. A COLEÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO: DA AROL AO MHL

As fotografias aqui intituladas de AROL pertencem à coleção doada pelo Senhor Oscar Nascimento, em 11 de novembro de 2014. A intenção de doar as fotos partiu do próprio Oscar após uma entrevista concedida à equipe do MHL, que o contatou para a realização da exposição em comemoração aos 80 anos de Londrina – *Londrina Hoje e Ontem*. A coleção recebeu o seu nome, assim como as legendas, que partiram de suas lembranças ao relatar o conteúdo presente nas imagens.<sup>22</sup>

Foram doadas, segundo o termo de posse, 23 cópias fotográficas digitais<sup>23</sup>, tendo como temas alguns aspectos ligados à AROL e à vida pública do Senhor Oscar Nascimento. São fotografias que retratam, principalmente, os bailes, os desfiles, os concursos de beleza, a escola de samba e a escola da AROL, além de outros momentos particulares da vida do doador.

Como já mencionado o Senhor Oscar Nascimento foi advogado em Londrina, atuando em causas de racismo e demais questões da população negra londrinense, desde o final da década de 1960 até próximo de seu falecimento, em maio de 2019.

Para problematizar a *Coleção Oscar Nascimento*, precisamos pontuar que, antes de se tornar *Associação de Recreação Operária de Londrinense*, houve outras articulações que foram indispensáveis para a formulação e concretização do clube. Isto posto, abordaremos sobre esses movimentos a fim de termos um panorama de como a AROL foi importante para os negros dessa cidade.

#### 3.1 O CLUBE QUADRADO

---

<sup>22</sup> As fotografias doadas foram digitalizadas, ficando em posse dos originais o Sr. Oscar Nascimento, que pretendia criar um museu do negro em Londrina.

<sup>23</sup> Ao longo da pesquisa para a dissertação do mestrado, tentei, por algumas vezes, contatar o Senhor Oscar Nascimento, mas ele esteve impossibilitado por razões de saúde. E, infelizmente, em maio de 2019, veio a falecer. Assim, em novembro de 2019, consegui conversar com o filho do Senhor Oscar, que me informou que havia doado a coleção de fotografias do pai ao NEAB – *Núcleo de Estudos Afrobrasileiros*. Ao entrar em contato com o NEAB, e acessar a coleção doada por Luiz Augusto Nascimento, deparei-me com um acervo bem maior que o existente no museu. No NEAB, encontram-se 201 fotografias; entre elas, 91 referentes à AROL. O Senhor Oscar Nascimento, à época, doou uma foto de cada 'ação' que a AROL realizou: bailes, desfile, escola, reuniões.

Para analisar o *Clube Quadrado*, apresentaremos, antes, o Senhor Cypriano Manoel, nascido em Campinas-São Paulo, em 26 de setembro de 1898 ou 1900. Essa confusão de datas se dá devido a dois documentos oficiais<sup>24</sup>, vinculados à CTNP. Em um, o ano de nascimento é 1898, e está rabiscado e escrito à mão o ano de 1900; em outro, a única data presente é o ano de 1900. Todavia, um dos dados mais relevantes para essa pesquisa é o ano de sua admissão (1936), e o cargo por ele desempenhado. A partir dessas informações, podemos conjecturar que a presença negra em Londrina remete-se, também, aos primeiros anos de (re)ocupação das terras ao norte do Paraná, e que o Senhor Cypriano Manoel, na condição de motorista, não desempenhava um serviço braçal (concepção do senso comum diante dos negros e negras que chegaram no início da (re)colonização).

Na figura 2, observamos o Senhor Manoel à frente de um caminhão. Tanto pela foto quanto pelo registro de admissão, como *Chauffer Mechanico*, podemos inferir que ele era o motorista da CTNP. Logo, chama-nos a atenção o salário apresentado nos registros oficiais. José Donizetti Brandino Oliveira (2002), pautando-se no trabalho de Jorge Cenerv (1997), faz um paralelo do salário recebido por Cypriano e de alguns professores nomeados pelo Estado. Enquanto os professores recebiam, em média, 240 mil réis mensais, o salário do *Chauffer Mechanico* era de 300 mil réis. De acordo com Oliveira (2002) e Diniz (2015), o Senhor Manoel adquiriu muito prestígio dentro da Companhia, o que lhe conferiu, anos mais tarde, ser o motorista particular do ~~Senhor~~ Mister Thomas, quando em viagem ao Brasil.

A foto refere-se aos primeiros anos de re(ocupação) e tem, como tema, a abertura da mata para a construção das estradas no entorno da cidade de Londrina; vemos a imponência do trator com as rodas dianteiras preparadas para a abertura de estradas e, ao fundo da figura, a paisagem ainda natural. No primeiro plano, em cima do trator, usando um chapéu, o Sr. Cypriano Manoel. Na figura, encontramos um paralelo entre os demais fotografados: enquanto os dois homens que estão em pé usavam vestimentas claras, os que estão sentados, ao fundo, apresentavam roupas mais simples.

---

<sup>24</sup> Anexados ao final do trabalho.

A fotografia em questão foi tirada por José Juliani, fotógrafo oficial da CTNP. As suas fotos ficaram conhecidas pelo registro da propaganda sobre a abertura das matas, e a fertilidade do solo das terras adquiridas pela companhia.

**Figura 3** – *Coleção Oscar Nascimento* – Homens abrindo estrada no meio da mata (1937)



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina, José Juliani.

Na condição de motorista do Sr. Thomas, Cypriano, provavelmente, pôde observar muitos encontros e reuniões, podendo, inclusive, acessar o *Clube Redondo*<sup>25</sup>. Ao observar essas reuniões, Cypriano desejava também frequentar um clube. Na época, ele e outros amigos se reuniam, às vezes, em sua casa ou na de algum conhecido, para se distraírem, jogando cartas, dançando, entre outras atividades de lazer.

Com o passar do tempo, mais precisamente no final da década dos anos de 1930, os trabalhadores de base começaram também a se organizar e tirar alguns momentos para se reunirem após o trabalho. Essas reuniões começaram a se tornar frequentes na residência do Sr. Cypriano Manoel,

---

<sup>25</sup> O *Clube Redondo* era um clube na qual apenas os homens brancos e com posses poderiam frequentar.

motorista pessoal do Senhor Sr. Arthur Tomas, [...]. O Sr. Cypriano Manoel era muito articulado no meio político e no alto escalão da Companhia, até pela sua função profissional. Ele vivenciava os usos e costumes dessa elite e essa vivência possibilitou que o Sr. Cypriano tivesse parâmetros para um Clube que já estava se concretizando (DINIZ, 2015, p. 21).

Assim, é criado o *Clube Quadrado*. Existia poucas opções de lazer em Londrina no período em que o *Clube Quadrado* (1937 – 1939) esteve organizado, em especial, para a população mais carente. De acordo com Larissa Mattos Diniz (2015, p. 23), as reuniões ocorriam “predominantemente na casa do Sr. Cypriano Manoel, mas há registros de que também ocorriam na casa do Sr. Leodoro de Oliveria, na época, corretor de imóveis. Outras vezes, o grupo alugava um barracão, onde hoje é a rua Mato Grosso, e lá promovia bailes frequentados não só por negros, mas por diversas classes sociais. Esses bailes ficavam tão cheios que foram apelidados de ‘panela de pressão’ (DINIZ, 2015).

Oliveira (2002, p. 76) explicou que a criação do referido clube seria um grupo de reuniões entre os pares trabalhadores para “discutir os enfrentamentos do cotidiano.” O nome *quadrado* seria uma alusão ao fechado e excludente *Clube Redondo*, onde os negros eram proibidos de frequentar, fosse pela cor de sua pele ou pela situação social e econômica. Para Gesline Giovana Braga pesquisadora dos Clubes Sociais Negros do Iphan/PR (2014) “os negros não adentravam os ‘quadrados’ dos brancos”. Eram os quadrados da segregação. (BRAGA, 2019, p. 7). Em um depoimento colhido por José Donizetti Oliveira com o contemporâneo do Sr. Cypriano Manoel, Senhor Oscar Nascimento comentou que foi criado, na época, um clube só para pessoas brancas, o que fez crescer em Cypriano o desejo de criar um clube para a população negra. Era a vontade de consolidar a luta contra o “racismo, a discriminação racial, as desigualdades e as necessidades básicas da população” (DINIZ, 2015, p. 23).

O Clube Quadrado procurava se constituir em Londrina, de maneira a assumir, plenamente e com orgulho coletivamente, a condição de negro, porque isso lhe daria maiores condições de construir uma identidade positiva de si. [...] Essa solidariedade é o sentimento que os fundadores do Clube Negro em Londrina enalteciam a fim de que fosse possível construir um conjunto de valores culturais que buscasse uma identidade negra comum. (DINIZ, 2015, p. 26).

O *Clube Quadrado*, mais tarde, transformaria-se na *Sociedade Beneficente Princesa Isabel* e posteriormente em AROL. Essa primeira associação, com caráter majoritariamente negro, tinha por objetivo o empoderamento da população negra; almejava que os negros tivessem acesso à educação, saúde e, também, à tomada de consciência de seu papel enquanto cidadão.

### 3.2. SOCIEDADE BENEFICENTE PRINCESA ISABEL

Os idealizadores do *Clube Quadrado* “desejavam ampliar a organização para além dos bailes” (DINIZ, 2015, p. 25). Com o ímpeto de transformar e ampliar o horizonte de possibilidades de acesso às diferentes esferas da sociedade, Cypriano Manoel e os demais líderes do clube negro saíram do imaginário e apenas recreativo *Clube Quadrado* para se consolidarem, em 1939, em uma sociedade organizada: *A Sociedade Beneficente Princesa Isabel*.

“Quando, em 1939, a organização modifica seu nome para Sociedade Recreativa Princesa Isabel, posicionamento que reafirma sua negritude diante da exploração e silenciamento”, (DINIZ, 2015, p. 26), realizou-se uma homenagem à Princesa Isabel. Apesar dos vários estudos, hoje, discutirem o real posicionamento e intenção da Princesa Isabel, essa referência dada, à época, não inviabilizava a luta e a intenção de dar ênfase ao negro e à negritude. Podemos associar também a mudança de nome levando em consideração que o nome Quadrado provoca desconforto na sociedade, uma vez que faz alusão direta ao clube Redondo. Já o nome Sociedade Beneficente Princesa Isabel, vincula à imagem da libertação dos escravos pela elite Imperial. A mudança do nome era como dizer: “a partir da assinatura do documento, em 1888, essa população não poderia ser calada pela perversidade que se utilizava anteriormente” (DINIZ, 2015, p. 26).

O nome da Associação faz uma homenagem à Princesa Isabel, como a responsável pela Abolição da Escravatura, como era considerado na época brasileira. Mais tarde, a data de 13 de maio torna-se uma data de protesto ao racismo e à discriminação racial, sobretudo, com a falta de políticas públicas que atendessem à população negra no pós-abolição. (DINIZ & BORGHI, 2010, p. 5)

Segundo o Art.1º do estatuto da *Sociedade Recreativa Princesa Isabel*,<sup>26</sup> foi fundada em 10 de outubro de 1939; mas o seu registro só ocorreu no dia 1º de outubro de 1951. O Art.2º aborda sobre os seus fins, como propiciar todo tipo de divertimento desde que não envolvessem jogos de azar, pois eram proibidos. O que mais chama a atenção é o terceiro parágrafo, que elenca a finalidade: “fundar escolas para a cultura negra, construir hospital, assistência médica hospitalar, dentista e advogado” (ESTATUTO, 1951, p. 1). O que se destaca, nesse parágrafo, é o objetivo de promover ações voltadas para a raça<sup>27</sup> negra; porém, no Art. 1, ficou claro que a sociedade não faria distinção de raças. “Enquanto a parte recreativa é para todos os sócios, o peso maior da entidade, a questão do assistencialismo cultural, médico e jurídico, é para a raça negra” (OLIVEIRA, 2002, p. 77).

É importante dizer que ‘raça’, no sentido biológico do termo não existe, mas ela prevalece sob o ponto de vista de uma construção histórica, cultural e política das elites dominantes que se utilizam de um discurso racial para manipular ideologicamente as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos, de maneira a legitimar a denominação ‘raças’, supostamente superiores as ‘raças’ supostamente inferiores, impedindo assim que determinados grupos como negros e indígenas, tenham mobilidade social em uma sociedade que se diz plurética e multicultural, como a sociedade brasileira. (ESCOBAR, 2010, p. 23).

Para Larissa Mattos Diniz:

A sociedade Princesa Isabel **tinha como objetivo** a ascensão do grupo negro pela educação, promoção de um sistema de saúde de compromisso com o cuidado da população negra londrinense e, por último, mas não menos importante, a conscientização racial e do preconceito que cotidianamente vinham sofrendo, seja na esfera social, política, educacional ou econômica. (DINIZ, 2015, p.22, grifo nosso).

Segundo Oliveira (2002, p. 77), ao se transformar em *Sociedade Beneficente Princesa Isabel*, o até então *Clube Quadrado* ganhou “personalidade jurídica”, permitindo aos negros mobilizarem-se de fato, pois estavam respaldados perante a lei. Se o Clube tinha um estatuto, as ações poderiam vislumbrar o acesso do negro nas mais diversas esferas da sociedade.

---

<sup>26</sup> Anexado ao final da pesquisa – Anexos 1 e 2.

<sup>27</sup> Foi utilizado o termo raça negra, pois é o mesmo apresentado nos estatutos da instituição.

Para Larissa Diniz (2015), o que almejava a comunidade negra era a possibilidade de construir um diálogo para os enfrentamentos do cotidiano, dentre essas lutas estavam o acesso à cultura, pois era negado o direito dos negros de frequentarem os ‘clubes brancos’, à saúde, e à educação, em especial, pois muitos negros naquele momento ainda eram analfabetos, além da consolidação de uma identidade racial;

Para a autora, esses grupos poderiam seguir por dois rumos: um pautado no objetivo recreativo; outro, nos aspectos intelectuais, “alargando a instrução do grupo negro” (DINIZ, 2015, p. 24). Essa última foi a intenção da criação da *Associação Beneficente Princesa Isabel*.

A sociedade Princesa Isabel, em Londrina, quando exprime seus objetivos e norteia suas atividades em seu estatuto, evidentemente, quer expressar para a sociedade londrinense a sua preocupação de uma identidade coletiva dos seus associados e, sobretudo, proporcionar à comunidade negra meios de ascensão social que, historicamente, lhes foram negadas primeiro pela sua condição escrava e, depois, na República, como forma de cercear qualquer expectativa que vá além dos serviços braçais (DINIZ, 2015, p. 30).

Esse esteriótipo (de que os negros desempenhavam serviços braçais) permaneceu no imaginário da população por muito tempo. Antes mesmo de começar a pesquisa para a dissertação de mestrado, ao conversar com outras pessoas sobre a existência da população negra em Londrina nos primeiros anos de re(ocupação), era perceptível, em muitos relatos, relacionar o negro ao serviço braçal. Por isso, é imprescindível descortinar a concepção de que não existiam negros na sociedade londrinense; mais que isso: mostrar que essas pessoas lutaram por reconhecimento, pois, ao articularem-se nos seus grupos e clubes, não aceitaram pacificamente tudo o que lhes impuseram.

### 3.3 UMA SOCIEDADE OPERÁRIA: A LUTA DE UM POVO DENTRO DA LUTA DE MUITAS CLASSES.

Durante o período em que a *Associação Beneficente Princesa Isabel* funcionou, não existia sede própria para serem realizadas as reuniões. Quando ainda era o *Clube Quadrado*, os eventos ocorriam sempre na casa dos associados; os bailes eram realizados em espaços alugados, conforme a

possibilidade. A partir do reconhecimento como associação, com um caráter mais formal, era necessária uma sede.

Em alguns momentos, as reuniões ocorriam nos salões de alguns sindicatos; em outros, os encontros aconteciam no espaço da *Câmara de Vereadores*, graças à articulação dos dirigentes do clube com o prefeito Antônio Fernandes Sobrinho<sup>28</sup>. À época, o prefeito era do mesmo partido do Sr. Justiniano Clímaco, - Partido Social Democrático - PSD. Não há nenhum registro afirmando que essas articulações entre o Sr. Clímaco e o prefeito ocorreram oficialmente, mas podemos conjecturar que elas facilitaram a realização desse processo (DINIZ, 2015, p. 37).

Com reuniões frequentes nas sedes dos sindicatos, e com o posicionamento mais atuante da *Sociedade Beneficente Princesa Isabel*, houve uma ampliação dos princípios fundadores da associação. Segundo Diniz (2015, p. 37), esse contexto foi “propício para uma mudança na forma como a população negra se organizava”. O Sr. Cypriano, os líderes dos sindicatos e o prefeito viabilizaram a ampliação de inúmeras possibilidades que o clube atendia.

O prefeito teria sugerido ao Sr. Cypriano Manoel ampliar a abrangência da organização de que ele era a liderança, passar de uma organização com prioridades raciais para uma organização social, que aproximasse os trabalhadores e que suas ações, a partir daquele momento, se voltassem com maior ênfase às questões sociais, às demandas trabalhistas. (DINIZ, 2015, p. 37).

Fazendo um paralelo desse contexto, com a análise que Myrian Sepúlveda dos Santos (2005) faz da obra – *Oléo sobre tela – Batalha dos Guararapes*, de Victor Meirelles, “um quadro sobre a Batalha dos Guararapes, evento considerado responsável por uma das maiores derrotas dos holandeses, em sua tentativa de ocupar o território brasileiro. (2005, p. 46), na qual são retratados pretos, índios e brancos, celebrando os heróis da nação, no discurso da união das três raças. Isso só foi possível, pois “na tela de Victor Meirelles, negros e índios tornavam-se heróis à medida que se uniam nas guerras travadas

---

<sup>28</sup> Antônio Fernandes Sobrinho foi prefeito de Londrina durante os anos de 1955-1959 pelo Partido Social Democrático – PSD. Utilizava a mediação como estratégia nas relações entre sindicato e governo, mediação esta que o elegeu naquele momento (DINIZ, 2015, p. 37).

pelos brancos”. Ou seja, quando se ‘ajustam’ aos padrões considerados aceitos entre “a postura física e a conduta moral”. (2005, p. 47).

Logo o prefeito sugerir a associação de negros em se aproximar mais das questões sociais, nos faz levantar essa problemática. Será que a intenção não estaria pautado na justificativa de associar os negros as causas “dita branca”. Não podemos esquecer diante deste cenário colocado, a luta do Senhor Cypriano Manoel na articulação desta Associação. Outro fator interessante de análise, nesse momento, no Brasil há uma efervescência de clubes sociais, principalmente ligados à força sindical.

Assim, surge a *AROL*. A partir daquele momento, a população negra ganharia a força dos sindicatos e dos operários para se articularem nos enfrentamentos do cotidiano, em especial, o *Sindicato dos Ensacadores de Café*.<sup>29</sup> É importante destacar que, apesar de outras lideranças entrarem em cena, quem continuava presidente era o Sr. Cypriano Manoel, que colocava sempre nas pautas de destaques a questão do negro e sua visibilidade na sociedade.

Segundo Larissa Mattos Diniz (2015, p. 43), a união da organização negra com os sindicatos da cidade foi questionada em alguns momentos, tanto por parte de alguns associados quanto nos discursos da população contemporânea. No entanto, já nas primeiras atas, era latente “a questão racial a que se propunha no início da organização negra”. A autora ainda elenca que:

A sociedade Princesa Isabel é, praticamente, retirada de pauta; praticamente, porque o lugar em que ela aparecia era na organização dos bailes anuais de coroação da rainha do Clube. A defesa do Sr. Cypriano consistia em protagonizar a beleza negra. (DINIZ, 2015, p. 43)

A liderança do Sr. Manoel sempre foi muito importante para a articulação e a sociabilidade do negro em Londrina; ele foi peça ímpar na criação do *Clube Quadrado* com seu caráter recreativo; foi imprescindível na ampliação para uma

---

<sup>29</sup> Em entrevista à irmã do Senhor Oscar Nascimento, em 05 de novembro de 2019, D<sup>a</sup> Cida contou que o senhor Cypriano Manoel, ou como ele gostava de ser chamado, seu Manoel, estava sempre em conversas com os ensacadores de café, pois esses homens eram, em sua maioria negros, e frequentavam a *Sociedade Beneficente Princesa Isabel*. Assim, na junção de seus anseios em formar um clube com maior representatividade, e no desejo dos primeiros sindicatos de Londrina em ganhar maior visibilidade, surgiu a intenção de fundir as duas representações de associações.

sociedade beneficente, onde os negros poderiam formular e repensar o seu papel na sociedade. E, mais uma vez, seu posicionamento foi estratégico.

A estratégia de Cypriano com a junção da associação e das lideranças sindicais possibilitava, antes de tudo, o recebimento de ajuda financeira, pois os sindicatos tinham maior visibilidade na comunidade, além de contarem com um número significativo de associados. Logo, esses recursos puderam colocar em prática todos os desejos iniciais dos fundadores do *Clube Quadrado* (DINIZ, 2015).

“Assim foi a intenção dele em rever seus contatos e articular o recebimento de verbas públicas”, pois, com a ajuda financeira, seria possível repensar alguns planos que já estavam no papel, como a construção de uma sede para abrigar a AROL e um espaço para uma escola que “atendesse aos interesses da comunidade negra” (DINIZ, 2015, p. 37). Para Larissa Mattos Diniz (2015), o Sr. Cypriano tinha como prioridade a efetivação de todos os seus planos para AROL e, para isso, utilizaria qualquer meio necessário para concretizar e desenvolver a comunidade negra de Londrina. No entanto, pelo fato de as lutas da comunidade negra estarem sempre em evidência, o Senhor Manoel Cypriano, presidente da *Associação Princesa Isabel*, seria presidente permanente da AROL; o restante da diretoria seria eleito via votação. Todavia, os membros escolhidos permaneceram no comando por muito tempo, apenas um ou outro cargo foi alterado. Nas palavras de Diniz, a diretoria tinha um caráter vitalício (DINIZ, 2015).

Outra articulação em que o Sr. Cypriano esteve à frente foi a luta por uma sede para a AROL; quando aceitou fundir a sua associação com as lutas sindicais, acordou com o prefeito que este ajudaria a encontrar um espaço para sediar a instituição. Segundo a ata<sup>30</sup> da primeira reunião, o nome AROL ainda era provisório, com sede no sindicato dos madeireiros de Londrina, situada na Rua Duque de Caxias, n. 1314. A data do primeiro encontro foi 20 de setembro de 1957, e, já na primeira reunião da AROL, os membros da diretoria reivindicaram esse espaço. O objetivo da primeira reunião foi discutir a elaboração do estatuto que regeria a associação e a formação de uma comissão que iriam reivindicar, junto ao prefeito, o espaço oferecido.

---

<sup>30</sup> Anexado ao final do trabalho. – Anexo 3.

Ficou deliberado que a primeira diretoria, deveria tratar da elaboração dos estatutos, antes, porém, uma comissão escolhida pela diretoria compostas dos seguintes membros: Snr.s Cyprino Manoel, Ernesto Gonçalves Mendes, e David Marujo: deverão ir ao Prefeito Municipal, em virtude de este ter oferecido apoio e incentivado a criação deste órgão de congregação aos operários. (ATA, 1957)

O prefeito, então, consultou os engenheiros, e cedeu um terreno para a associação; o local selecionado foi na atual *Rua Araguaia, 146, Vila Nova* (DINIZ, 2015). De acordo com José Donizetti B. de Oliveira (2002, p. 91), “a sede da AROL foi construída num bairro popular da cidade, chamado *Vila Nova*. Desde o início, a *Vila Nova* foi ocupada por uma população de baixo poder aquisitivo, sendo, muitos, funcionários da CTNP”. Mas isso não era demérito quanto ao local escolhido; ao contrário: se o objetivo da associação era atender os operários e menos necessitados, era crucial que a sua sede fosse próxima ao local de sociabilidade dessas pessoas.

Ainda segundo Larissa Diniz (2015), após os diretores tomarem posse do terreno, era necessário a mobilização para a estrutura física da sede. Logo, foi feito um engajamento coletivo para a arrecadação de material, dinheiro ou qualquer outra coisa que pudesse ajudar na construção. “Aqueles que não conseguiram dispor de tempo para a obra, contribuíram com dinheiro ou materiais necessários” (DINIZ, 2015, p. 39). A ajuda para a efetivação do espaço também partiu da prefeitura. Naquele momento, a prefeitura passava por reformas, e algumas partes, que antes eram de madeira, agora estavam sendo construídas em alvenaria, ato que levou ao descarte dos materiais que seriam utilizados na construção da sede. Outra doação partiu da CTNP; por intermédio de Cypriano, cedeu algumas madeiras para a associação.

Com seu líder nato, a AROL começa abrangendo vários sindicatos, reunindo muitos afro-descendentes. Em seguida, a entidade recebeu a doação de 1.302 m<sup>2</sup> (metros quadrados) de terras da Prefeitura, terreno situado na rua Araguaia, Vila Nova, onde, finalmente, construíram uma sede em madeira. Nas paredes da AROL espalhavam-se quadros de líderes negros, como José do Patrocínio<sup>31</sup> [...] e no baile de inauguração não

---

<sup>31</sup> Nascido em 9 de outubro de 1853, no norte fluminense, na cidade de Campos dos Goytacazes,

teve colher de chá: todos foram de traje a rigor. (ALMEIDA, 2004, p. 69 – 70).

Depois de pronta a sede, a próxima reeinvindicação que esteve em pauta era a construção e a formalização da escola da AROL. Era importante um espaço que contribuísse para a formação intelectual do negro. Na visão de Diniz (2015, p.42, grifo nosso), “a preocupação, **no momento**, estava em fazer com que os negros [...], participassem da vida social da cidade, participando de maneira ativa na vida política, na educação, etc.”

Embora a educação no Brasil tenha sido a principal forma de ascensão social, a limitada presença negra no processo educacional pode ser caracterizada a partir das contradições expressas no sistema educacional, isto é, a cor da pele opera como elemento negativo no desempenho escola e no tempo de permanência na escola. Para a população negra, esse contexto adverso, da inclusão marginal e das práticas de discriminação racial à cidadania continuavam distantes. Nesse contexto é que a população negra se organizou, criando as primeiras associações, considerando a educação como pontapé inicial para a ascensão social do negro (DINIZ, 2015, p. 47).

A educação seria o caminho para atingir o objetivo principal da associação: a luta das classes mais necessitada por acesso às diferentes instâncias da sociedade, pois, com uma educação que atendesse aos interesses desse grupo, poderiam transpor a barreira da discriminação, da desigualdade, do racismo e do preconceito.

### 3.4 A COLEÇÃO OSCAR NASCIMENTO

Antes de falarmos mais propriamente da coleção é importante destacar quem foi o Senhor Oscar Nascimento, não tendo como foco refazer uma biografia de sua vida, mas elucidar o seu grande papel na articulação da AROL e na possibilidade de leituras a partir da doação de suas fotografias.

Maria Nilza da Silva (2014) e outros pesquisadores do Núcleo de Estudos

---

José Carlos do Patrocínio, com sua vida e obra, tornou-se uma das mais importantes figuras do século XIX, no ideário de uma formação de identidade nacional brasileira, livre da escravidão negra. Na condição de filho de um padre branco, João Carlos Monteiro, e de uma escrava negra, Justina do Espírito Santo, os quais, respectivamente, contavam 54 e 13 anos de idade, José do Patrocínio é fruto de uma relação propriamente inconveniente para a época e, principalmente, ilícita, devido à condição sacerdotal de seu pai, que não o reconheceu como filho, embora o manteve sob seus cuidados (SOUZA, 2015, p. 167).

Afro-brasileiros – NEAB da UEL, criaram uma coleção intitulada *Presença Negra em Londrina*<sup>32</sup>, na qual são abordados as trajetórias de personalidades negras que foram muito importantes no contexto de luta e dos movimentos raciais em Londrina. Assim, segundo Silva (2014):

Oscar do Nascimento, mais conhecido em Londrina como Doutor Oscar, nasceu no dia 25 de dezembro de 1929 na cidade de Coroados, estado de São Paulo e passou a residir em Londrina desde a infância. Filho de lavradores, formou-se em Economia e Direito num contexto em que o sistema educacional superior brasileiro, especialmente a universidade pública, era imensamente restrito aos negros, em razão das desigualdades sociais e raciais acumuladas historicamente e que persistem na atualidade. Em 1954, ele deu início ao curso de Economia na Universidade Federal do Paraná, no qual foi o único estudante negro de sua turma. Em 1961 passou a cursar Direito na Faculdade Estadual de Direito de Londrina formando-se em 1965. É advogado, economista e lecionou por 42 anos, atuando como docente no ensino médio, técnico e superior. Após lecionar por mais de quatro décadas, aposentou-se nesse ofício. (SILVA, 2014, p. 11).

Ainda sobre Oscar Nascimento, é importante frisar que foi um dos fundadores da AROL, juntamente com o Senhor Manoel Cypriano, além de ter participado ativamente do Movimento Negro de Londrina. Mas sua busca pelas lutas das minorias, começou quando cursava economia na capital paranaense.

Foi no fim da década de cinquenta, aos 30 anos de idade, enquanto cursava a graduação na capital paranaense, que o então estudante de Ciências Econômicas se engajou na militância política, vinculado à União Nacional dos Estudantes – UNE. É neste momento que Dr. Oscar passou a se preocupar com os rumos da sociedade, buscando intervir participando na realidade social paranaense. Segundo ele, no contexto universitário, o movimento lutava pelo vale-transporte para os estudantes das escolas públicas na região de Curitiba, melhorias no restaurante universitário, entre outras demandas; lutou também quando houve aumento do preço das entradas nos cinemas, tido como abusivo. O movimento buscou a redução da tarifa. (SILVA, 2014, p. 27).

Para Maria Nilza da Silva (2014, p. 28) “este momento histórico, entre os

---

<sup>32</sup> Os outros livros desta coleção são, respectivamente, O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina e Yá Mukumby: a vida de Vilma Santos de Oliveira, disponibilizados no site: <http://www.uel.br/neab/pages/publicacoes.php>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

anos de 1957 e 1964, juntamente com a vivência, consolidaram a visão crítica e a capacidade de solidariedade do Dr. Oscar, sobretudo, para com os socialmente oprimidos”.

Na série de fotos doadas por Oscar Nascimento ao MHL, observamos temas que abordam a escola da AROL; as fotografias contemplam desde a sede onde ocorriam os bailes, reuniões e assembleias e, também, abrigava o ambiente escolar.

**Figura 4** – *Coleção Oscar Nascimento*– Sede Arol, Rua Araguaia, esquina com Rua Capiberibe, Vila Nova.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina, Autor Desconhecido.

Na figura 3, vemos, ao fundo, a construção da sede; na placa,<sup>33</sup> colocada na entrada, há uma indicação de uma festa da escola. Podemos identificar, bem ao centro da figura, uma mulher com roupas claras e blusa de gola V como sendo a Professora Maria Aparecida da Luz Ferreira. Do lado esquerdo da professora, de chapéu e roupas escuras, o Sr. Cypriano Manoel e, do lado oposto ao Cypriano, o Sr. Oscar Nascimento, também de vestimentas escuras. (DINIZ, 2015). Em primeiro plano, temos as crianças, todas vestidas com roupas claras. Ao olhar essa imagem, lembramos da exposição do acervo permanente do MHL,

---

<sup>33</sup> Durante a pesquisa, tivemos acesso à imagem digitalizada na qual conseguíamos aproximar a imagem, possibilitando a leitura de alguns trechos da placa.

onde estão expostas nas figuras 4 e 5. Nas fotos presentes no museu, estão representadas muitas escolas construídas nos primeiros anos da cidade de Londrina, mas em nenhum delas há referência à escola da AROL. Essa semelhança se dá pelo padrão na posição dos fotografados, sendo perceptível a instituição ao fundo e, na frente, os alunos e os professores. Outra semelhança é a vestimenta utilizada nas duas fotografias.

**Figura 5 – Fotos da Exposição**



**Fonte:** Google. Acesso em: 6 jan. 2020.

**Figura 6 – Fotos da Exposição**



Fonte: Google. Acesso em: 6 jan. 2020.

Na legenda disponível no descritor das imagens, não aparecia o nome do fotógrafo nem quando a foto foi tirada. E, segundo o descritor da legenda realizada pelo Senhor Oscar Nascimento, o momento registrava uma festa em comemoração ao dia das crianças. Inferimos que as figuras 3 e 8 foram tiradas no mesmo dia por meio da análise da vestimenta branca das crianças ao fundo da figura 8 e da vestimenta das mulheres ao lado direito da figura 3.

Outra comemoração importante realizada pela escola acontecia no dia 13 de maio, data muito importante para os negros naquele momento. Assim como a associação, antes de virar AROL, homenageava a Princesa Isabel, o dia de comemorações e desfile também celebrava a libertação dos escravos, “não para lembrar de um passado na condição de escravo, mas para construir uma nova perspectiva do ser negro” (DINIZ, 2015, p. 39).

Antes de entrarmos mais a fundo sobre as comemorações do dia 13 de maio, importa salientar que a escola, como podemos observar na figura 3, não atendia somente a população negra; o objetivo era acolher a todos os associados e seus filhos. Para Diniz (2015, p. 52), a diversidade promovida na escola proporcionava “uma maior tolerância em relação à diferença na vida daquelas crianças”. Era por meio da ação escolar que muito dos posicionamentos políticos, e de negritude, faziam-se presentes, fossem pelos quadros pendurados nas paredes ou pelas lutas diárias. Mas, em especial, nos desfiles realizados pela escola, era o momento em que a escola fazia críticas e mostrava o seu posicionamento frente à discriminação racial.

Analisando o 1º estatuto da AROL, observamos que a instituição tinha por objetivo proporcionar espaços de lazer, cultura e educação:

- a) Proporcionar recreação de toda a natureza, tais como: jogos de todas as espécies não proibidos por Lei, baile, reuniões cívicas e culturais, palestras e conferências;
- b) Todas as diversões situadas visavam o bem-estar dos operários, bem como o desenvolvimento físico e intelectual;
- c) Organizar a biblioteca, a discoteca, a sala de leitura e a de jogos para sócios e suas famílias;
- d) Intercâmbio cultural e recreativo com entidades da mesma natureza ou semelhantes existentes no País ou exterior;
- e) Receber visitas de outras entidades ou pessoas gradas;
- f) Empenhar todos os recursos para manter a união da classe operária;
- g) Organizar o departamento de beneficência aos sócios.

Logo, vemos no estatuto o desejo de promover ações voltadas a todos os sócios e seus familiares; todavia, sabemos que não existiam apenas sócios negros, fazendo com que a escola atendesse, também, crianças brancas. Nesse sentido, “a opção da AROL era promover certa harmonia entre os outros grupos raciais” (DINIZ, 2015, p. 42). Ao passo que o Senhor Cypriano Manoel reuniu a *Sociedade Benéfica Princesa Isabel* com as associações operárias, muitos sócios de outras categorias sindicais passaram a se associar também à AROL. Porém, com a atitude contudente do presidente da Associação em colocar sempre em voga os enfrentamentos da comunidade negra, os frequentadores do clube também lutavam por esses objetivos.

Para Oliveira (2002, p. 94), a “foto congela um instante do cotidiano escolar festivo, ou seja, a integração realmente possível em uma sociedade desigual, cultural e economicamente.” Era na escola que a presença de associados brancos faziam-se mais latentes. Como veremos nas fotos referentes aos bailes e aos desfiles, a presença marcante era da comunidade negra.

Na figura 6, temos algumas crianças brincando no espaço que ficava no fundo da sede. Podemos observar, nesta imagem, que o espaço era bem amplo, contendo escorregador, balanço e gangorra. É perceptível, também, que todas

as crianças, aparentemente, são do sexo masculino. Segundo Oliveira (2002), observamos “crianças brancas brincando com crianças negras, superando juntas os obstáculos traçados pela existência do cotidiano” (2002, p.98). Contudo, podemos analisar mais que isso: era a oportunidade de uma comunidade carente ter acesso a momentos de cultura e lazer. Era no ambiente escolar que muitas crianças podiam ser personagens de suas próprias histórias, reconhecidas como pertencentes a um grupo social.

Para José de Almeida (2004), a escola tinha uma função importante na vida e na memória da população negra londrinense:

Em seu apogeu, com a finalidade de ampliar seu leque de atividades, em sua sede começou a funcionar uma escola primária para crianças, com professores cedidas pela Prefeitura, a exemplo de uma assistente social, além de um parque infantil. [...] o clube acaba-se firmando em um importante espaço social para a população afro-descendente (ALMEIDA, 2004, p. 75).

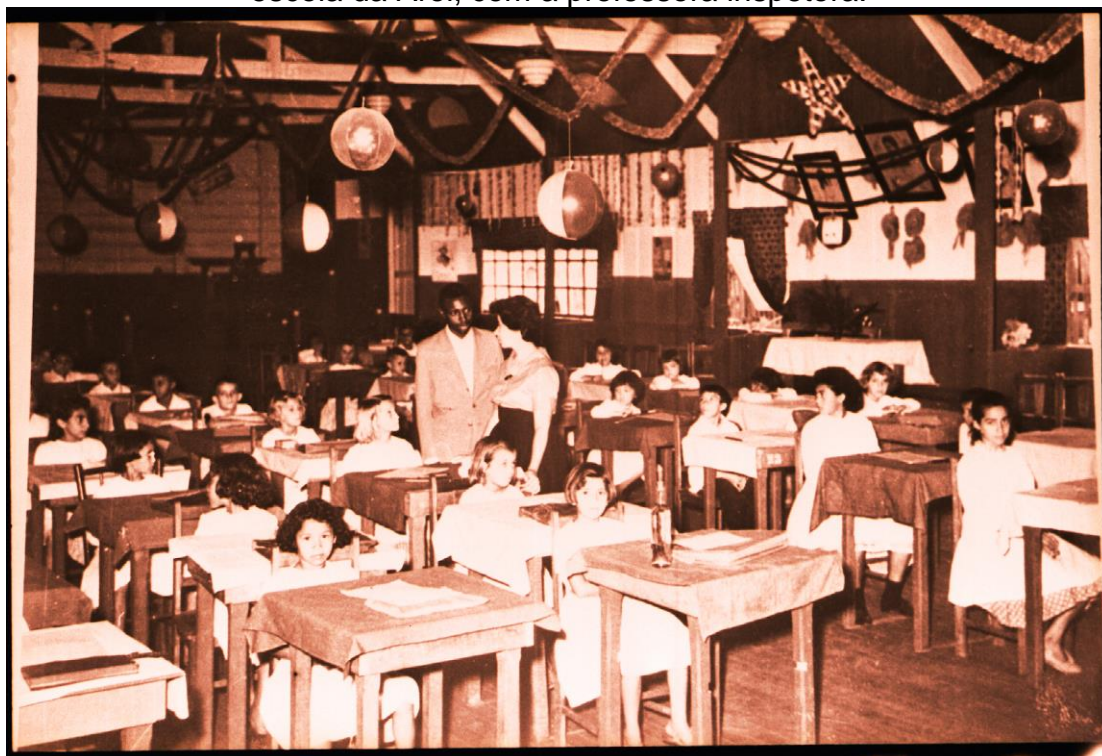
**Figura 7** – *Coleção Oscar Nascimento: Crianças no Baile, 1959.*



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Em outras imagens referentes à escola, notamos bem como o espaço da AROL servia tanto para ser uma sede escolar quanto, em outros momentos, abrigava bailes e outras festividades. Na figura 8, vemos os globos e demais enfeites que eram usados nos dias de bailes e em outras comemorações.

**Figura 8** – *Coleção Oscar Nascimento* num dia de prova na escola da Arol, com a professora inspetora.



Fonte: Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

**Figura 9** – *Coleção Oscar Nascimento*: Festa do dia das crianças.



Fonte: Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Outro momento importante para a escola e para a comunidade eram as festas em datas comemorativas. Na figura 9, o ambiente interno da AROL está

cheio de mães. Em primeiro plano, duas mesas com comidas, representando a fartura e a celebração daquele momento; as mães na frente com as crianças menores e, ao fundo, várias crianças, todas vestidas de branco, possivelmente, o uniforme escolar, posto que as crianças das fotos até aqui apresentadas estão com essas peças<sup>34</sup>. O espaço está todo enfeitado de bandeirinhas e com a tradicional decoração do ambiente, que era utilizada nos bailes. Na fotografia, todas as mulheres estão usando vestidos ou saias, seguindo as tendências de moda do final da década de 1950.

Outro ponto que se destaca na foto é o cartaz pregado na parede, ao fundo: *Bloco Unidos Da Vila Nova*. A AROL foi o primeiro clube a criar uma escola de samba na cidade. O carnaval dentro dos clubes já era tradição em Londrina, mas com a criação da primeira escola de samba, o carnaval de rua ganhou mais fôlego e “caiu nas graças” do povo” (ALMEIDA, 2004).

Além da escola, a AROL conseguiu promover desfiles na cidade, expondo seus posicionamentos e enfrentamentos. Em 1960, a AROL, pela primeira vez, organizava um desfile na cidade; as crianças e demais membros da Associação tiveram sua representatividade valorizada. Muitos foram às ruas prestigiar o movimento que a instituição organizava, e foi esse um momento marcante para a AROL: a demonstração efetiva sobre a luta contra o racismo. “No dia 13 de maio de 1960, os londrinenses saíram às ruas para assistir a uma atração inédita: um desfile organizado pela AROL [...] na qual o tema central era o racismo e a necessidade de extirpá-lo da convivência entre os homens” (ALMEIDA, 2004, p. 73).

Na figura 10, vemos quatro crianças segurando uma faixa que indicava a “escola da AROL”. Ao lado direito da foto, o Senhor Oscar Nascimento e, ao lado esquerdo, de costas, a professora da escola. As demais crianças que participavam do movimento estavam segurando bandeiras do Brasil. Na foto, vemos várias pessoas prestigiando o evento; isso foi possível graças ao decreto de feriado realizado pelo prefeito Antonio Fernandes<sup>35</sup>. Outro ponto que favoreceu o prestígio do público foi o local escolhido – bem no centro da cidade,

---

<sup>34</sup> Acreditamos que, possivelmente o uniforme era todo branco ao compararmos as crianças nas fotografias e, também, comparando com os uniformes de outras instituições escolares da época.

<sup>35</sup> Antonio Fernandes Sobrinho foi prefeito de Londrina durante os anos de 1955 – 1959. No ano do desfile, quem estava na gestão era o Prefeito Milton Ribeiro de Menezes (1959 – 1963).

aos arredores da Catedral Católica (ALMEIDA, 2004). Nas imagens, vemos que atrás do Senhor Oscar Nascimento está a *Drogaria Maria Isabel*. No catálogo do MHL, da exposição *Cuidar, Curar e Lembrar: memória da saúde de Londrina* (2014), afirmava que existiam várias farmácias em Londrina, identificando assim vários nomes de drogarias desse período; uma delas era a *Drogaria Maria Isabel*, que aparece nas fotografias. “Outras farmácias se estabeleceram na cidade, no final dos anos 1930 e 1940, como as *Farmácias Paranaense*”, na rua Minas Gerais (prédio da Associação Comercial); *Maria Izabel*, na Avenida Paraná, n.431” (ALEGRO, 2014, p. 57).

**Figura 10** – *Coleção Oscar Nascimento*: Crianças desfilando com faixa escrita “Escola AROL”, em 13 mai. 1960.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Seguindo o desfile, atrás da faixa indicando a escola da AROL e das crianças, duas moças negras levavam um cartaz com os dizeres *AROL pelos povos livres e sem preconceitos*. O cartaz afirmava bem o posicionamento tomado pela associação. “Foi uma das primeiras manifestações públicas feitas na cidade contra a segregação racial” (ALMEIDA, 2004, p. 73). No cartaz vemos

um esteriótipo de um homem negro com as correntes nos punhos arrebandadas. E no fundo, temos em segundo plano, a representação da Princesa Isabel assinando a Lei Áurea. A frase AROL, pelos povos livres, sem preconceito, demonstra que os negros agora não estão mais na condição de escravos, são livres. Porém as amarras do preconceito e da discriminação é muito latente.

**Figura 11** – Coleção Oscar Nascimento – sem legenda



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Para Larissa Diniz (2015):

Observando-se as ilustrações do cartaz, é possível identificar, em primeiro plano, um homem negro quebrando as algemas, que pode ser interpretado como a contradição de ser livre das ocupações degradadas da escravidão, ou seja, um pseudo sentimento de liberdade, como se pudesse, nesse momento, ter direito de dispor do tempo ou da pessoa de acordo com a própria vontade, no entanto, ainda preso às amarras do preconceito, que vão minando, cotidianamente, qualquer aspiração individual. É necessário, porém, elencar o caráter pedagógico do cartaz levantado pela AROL, que serve de incentivo a um compromisso coletivo de tornar visível, obviamente de maneira comportada e regulada, o descontentamento com esse elemento ainda não resolvido em Londrina (DINIZ, 2015, p. 64).

Na figura 11, verificamos o público presente e, atrás desse cartaz, vemos os carros que traziam, em cima de um deles, a rainha da AROL. Ao apresentar a rainha em carro aberto em um desfile que afirmava a negritude, notamos a importância de se mostrar a todos os presentes a beleza da rainha escolhida para representar a AROL nos concursos da cidade<sup>36</sup>, principalmente para problematizar o binômio branco bonito x preto feio.

**Figura 12** – *Coleção Oscar Nascimento*: Desfile da Escola de Samba da AROL vendo-se Senhorita Santina Pereira dentro de um carro em frente à Drograria Farmácia Maria Isabel.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

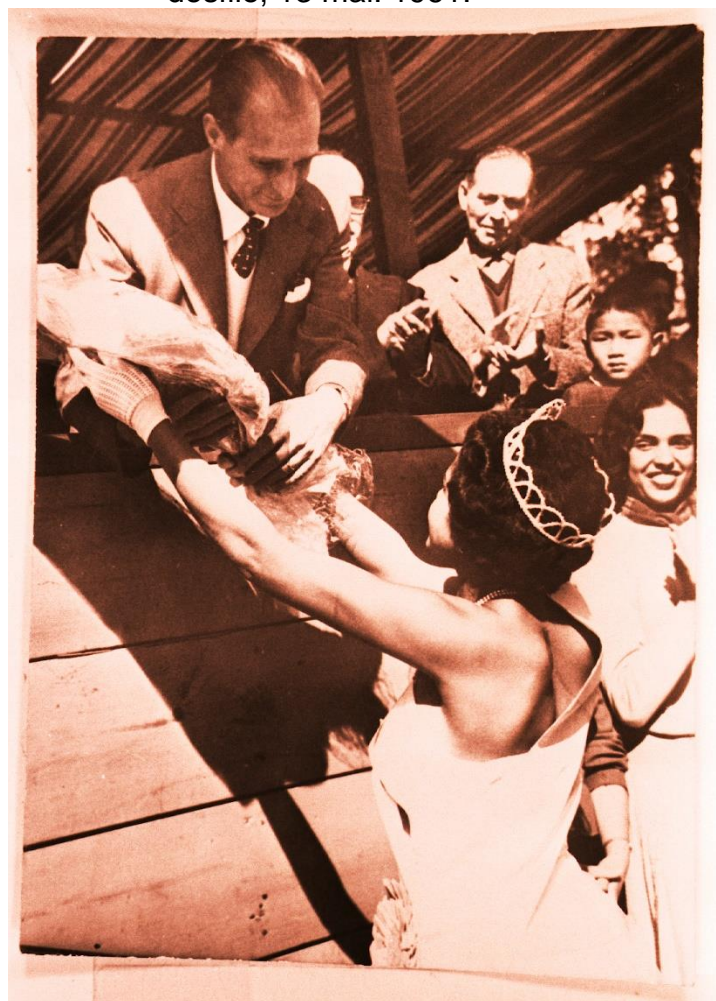
Após o desfile passar pela Avenida Paraná, finalizava próximo à

---

<sup>36</sup> Dr. Oscar Nascimento era secretário da AROL e costumava contar um fato inusitado: uma vez, foi organizado um baile para a escolha da rainha da entidade, com presença do prefeito Antonio Fernandes Sobrinho. Coincidentemente, na mesma época, o *Country* também escolheu a sua, surgindo o embate inevitável. Por sugestão do *Grêmio*, os clubes resolveram fazer um concurso para escolher a mais bonita entre as duas. “A nossa rainha era uma negra linda e tinha de tudo para sair vencedora. Como isso parecia inevitável, foi preciso um acordo de cavalheiros para que houvesse empate”, recorda Dr. Oscar. Mas o acordo previa, também, uma cláusula: no caso de empate, a rainha do *Country* iria representar Londrina no concurso de *Miss Paraná*, o que acabou ocorrendo (ALMEIDA, 2004, p. 71).

Catedral<sup>37</sup>. Havia um palco montado no final, onde estava o prefeito e outras personalidades públicas. A rainha da AROL desceu do carro e recebeu das mãos do prefeito Milton Menezes um buquê de flores. Esse ato representava a valorização da mulher negra e sua beleza, bem como reforçava a importância de afirmações e empoderamento dos negros possíveis naquele momento da sociedade londrinense. “A valorização da beleza negra está num lugar de contraposição da ordem, em que o padrão de beleza referencial é o branco” (DINIZ, 2015, p. 42).

**Figura 13** – *Coleção Oscar Nascimento*: Pref. M. R. Menezes; desfile, 13 mai. 1961.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

O desfile afirmava a negritude, a luta contra o preconceito e colocava os negros em papel de destaque: agentes de suas próprias histórias. Foi por meio

---

<sup>37</sup> Nas fotos pertencentes ao acervo do NEAB, existem outras tomadas do palco, como a da Catedral, ao fundo.

do desfile que a AROL pôde colocar em cena as suas várias ações de sociabilidade. Os cartazes produzidos para o evento ficavam expostos dentro da sede da Associação, possibilitando às crianças e aos sócios sempre lembrarem da luta e das posições de enfrentamento. Assim como as imagens de personalidades negras importantes para a História, o convívio com esses símbolos possibilitava apurar um olhar com respeito às diferenças (DINIZ, 2015).

[...] a AROL, a seu modo e com as ferramentas de que dispunha, buscou resgatar e valorizar a dignidade e a autoestima de seus associados, especialmente os pertencentes à população negra, assim como buscar formas de proporcionar e impulsionar a ascensão do negro pela educação (DINIZ, 2015, p. 41).

**Figura 14 – Coleção Oscar Nascimento: Memebros da AROL**



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Na figura 14, vemos, ao fundo, o cartaz utilizado no desfile *AROL pelos povos livres e sem preconceitos*. Ao centro, de terno escuro e charuto na boca, o Senhor Cypriano Manoel; em seu entorno, membros da associação. A foto, provavelmente, foi retirada em uma festa de comemoração de Natal, demonstrando a importância da associação sempre promover encontros para a

comunidade a fim de que se sentissem parte de uma grande família<sup>38</sup>.

Na sequência de fotos a seguir, temos várias tomadas dos bailes realizados pela AROL, em que será possível notar a presença marcante da comunidade negra. As mulheres estão todas muito bem vestidas, com penteados nos cabelos e trajes a rigor, uma exigência do presidente. Essa obrigatoriedade era justificada por Cypriano na tentativa de evitar que os negros fossem ainda mais discriminados. “O Sr. Cypriano, (...) exigia que os membros do Clube estivessem sempre de trajes formais. Esse elemento também entra em um campo simbólico importante, pois traz consigo uma ruptura com o que se espera do negro” (DINIZ, 2015, p. 54). Para Giane Vargas Escobar (2010) pautando-se no trabalho de Alcione Flores Amaral (2001), a *Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio RS*<sup>39</sup>, assim como a AROL “privilegiava princípios morais muito rígidos” durante os bailes que naquela associação ocorreram majoritariamente na década de 60 e 70 “moça não entrava sozinha no 13 de Maio e deveria sempre estar acompanhada por um responsável, dançar de rosto colado era uma afronta aos bons costumes das famílias negras<sup>40</sup>” (ESCOBAR, 2010, p. 112).

---

<sup>38</sup> Durante a conversa com a irmã do Senhor Oscar Nascimento, ela contou que a associação tinha o objetivo de sempre fazer reuniões para os associados sentirem-se pertencentes a um clube.

<sup>39</sup> Giane Vargas Escobar disserta em seu mestrado sobre os *Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial*, e tem como objeto de estudo a “trajetória e transformações pelas quais passou a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, Clube Social Negro criado pelos ferroviários da extinta Viação Férrea de Santa Maria/RS, em especial no período de seu nascimento, de 1903 a 1914, e sua posterior revitalização como um museu comunitário que surge em pleno século XXI.” (ESCOBAR, 2010, p. 8).

<sup>40</sup> Em conversas com as irmã do Senhor Oscar – Aparecida, ocorreu em uma de suas memórias essa lembrança sobre o rigor que era para frequentar os bailes da AROL.

**Figura 15** – *Coleção Oscar Nascimento*: Oscar Nascimento dançando com uma mulher. Fotógrafo Francisco Hostert.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Vemos, na figura 15, o Senhor Oscar Nascimento dançando com uma moça<sup>41</sup>. No entanto, nos dias de bailes, vários não membros da associação podiam participar dessa festividade.

---

<sup>41</sup> Nas fotos presentes no acervo do NEAB, há várias tomadas desse momento; em uma delas, no verso, está escrito que o Senhor Oscar Nascimento está dançando com a filha do prefeito, que não era sócio do Clube, mas poderia frequentar sempre que desejasse.

**Figura 16** – *Coleção Oscar Nascimento*: Baile na AROL. Juiz de Direito Dr. Aldo Fernandes.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

O Senhor Oscar Nascimento, na figura 16, aparece de terno branco ao lado direito, e, mais ao meio, olhando de frente, o juiz de Direito Aldo Fernandes. Nessa foto, vemos o espaço e, aparentemente, não se refere à sede da AROL. O chão lembra taca, diferindo-se das outras fotos que aparecem o ambiente da Associação. Optamos pela permanência da foto nessa pesquisa, pois podemos fazer várias leituras a partir da doação desta foto. A primeira, é que ao doar essa foto, o Senhor Oscar Nascimento acreditava ser um dos tantos bailes promovidos pela instituição, pois a legenda feita pelo próprio Oscar, revela este fato. Outra análise possível, é a escolha desta foto, a partir da presença do Juiz Aldo Fernandes, uma tentativa de demonstrar a importância dos bailes, com presença de autoridades da época. Possibilita-nos imaginar ainda que, ao doá-las, o Senhor Oscar intentava mostrar o negro em papel de destaque na sociedade.

**Figura 17** – *Coleção Oscar Nascimento*: Moças e um homem reunidos em uma mesa, talvez de um restaurante, fazendo pose para a foto.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

**Figura 18** – *Coleção Oscar Nascimento*: Elga Coneia, Manoel Jacinto da AROL e grupo de associação com Cypriano Manoel.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Nas figuras 17 e 18, vemos as moças com seus penteados bem elaborados e suas roupas de festas. No entanto, o que nos chamou atenção foi a legenda: apesar do Senhor Oscar Nascimento elencar, no descritor, que as moças estavam em algum restaurante, conjecturamos que as fotos foram tiradas na sede da AROL, principalmente quando comparamos o fundo do espaço com a foto da figura 7.

**Figura 19** – *Coleção Oscar Nascimento*: Apresentação de banda, provavelmente, em baile da AROL. Fotógrafo Cruzeiro.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Na figura 19, vemos ao lado esquerdo, e de terno escuro, o Senhor Cypriano Manoel, e, ao lado direito, o Senhor Oscar Nascimento. Ao centro, temos a banda, que se apresentava em dia de bailes. E “bailes era o que não faltavam, alguns deles animados pelo negro Henricão<sup>42</sup>” (ALMEIDA, 2004, p. 70).

---

<sup>42</sup> Henricão, Ator, Cantor E Compositor E Rei Momo (1908-1984) – Disponível em: <<http://negrosgeniais.blogspot.com/2014/07/henrique-felipe-da-costa-o-henricao.html>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

**Figura 20** – *Coleção Oscar Nascimento*: Várias pessoas da AROL reunidas vendo-se que, da esquerda para a direita, o segundo homem é o Oscar Nascimento.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Temos, na figura 20, vários sócios da AROL, sendo, a maioria, negros. O Senhor Oscar Nascimento é o segundo, da esquerda para a direita, e vestindo terno claro; ao seu lado, o Senhor Cypriano Manoel, com seu inconfundível charuto; ao seu lado, o negro Henricão.

Os bailes, além de proporcionarem momentos de lazer, tinham o objetivo de contribuir para o “aperfeiçoamento e a elevação cultural dos seus associados assíduos nesses eventos” (DINIZ, 2015, p. 42); isso ocorria tanto pelas atrações convidadas quanto pelos discursos e ações pedagógicas que a escola proporcionava ao confeccionar materiais e deixar expostos nas paredes. Para Larissa Diniz (2015), os bailes

[...] procuravam manter vivo o significado da criação da AROL e seus personagens envolvidos no cenário de luta no combate ao racismo e à discriminação racial, discussões que ainda hoje se fazem necessárias a fim de garantir a diminuição das desigualdades raciais, [...] os compromissos do movimento negro em preservar a memória do Clube negro de Londrina acabaram por proporcionar maior visibilidade à comunidade negra da cidade e, evidentemente, contribuir com a formação de uma sociedade que valorize a cultura negra e, principalmente, não negue seus movimentos de luta e resistência (DINIZ, 2015, p. 13).

**Figura 21** – *Coleção Oscar Nascimento*: Raul zanoni, Rádio Difusora, 1956.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Assim como os bailes tradicionais, era um grande evento, para a AROL, as festividades temáticas, obtendo importante destaque. Uma dessas eram os bailes de carnaval que, mais tarde, resultou na primeira escola de samba de Londrina. Os primeiros carnavais na cidade eram realizados nos clubes fechados; cada associação reunia os seus membros para participarem da folia que, na década de 1960, ganhou as ruas com os seus carros alegóricos e os blocos de foliões, todos vestidos com o mesmo tema e figurinos parecidos.

**Figura 22** – *Coleção Oscar Nascimento*: Primeira escola de samba da AROL.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

**Figura 23** – *Coleção Oscar Nascimento*: Desfile da escola de samba da AROL [...] Princesa Neusa. Avenida Higienópolis.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

**Figura 24** – *Coleção Oscar Nascimento*: Escola de samba da AROL vendo-se várias pessoas reunidas.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Nas fotos 22, 23 e 24, temos três momentos distintos dos bailes de carnaval: a figura 22 representa o momento em que os bailes ocorriam apenas nos clubes; apesar de a legenda da foto indicar *Primeira Escola de Samba*, as vestimentas remetem ao tempo em que os bailes eram, ainda, nos clubes, permitindo aos participantes vestirem-se 'livremente'. No entanto, apesar dos sócios fantasiarem-s como gostariam, deveriam respeitar as regras impostas pela presidência.

A conduta do negro membro da AROL nos espaços públicos era pauta da maioria dos discursos do presidente, sobretudo nas festividades carnavalescas [...] A disciplina cobrada advinha do próprio Sr. Cypriano, com a pretensão de que uma das formas de o negro evitar ser discriminado era estar sempre com uma postura incontestável (DINIZ, 2015, p. 42-43).

Nas figuras 23 e 24, podemos observar uma estruturação e uma organização na vestimenta, no conjunto das roupas. Enquanto na figura 22, as duas mulheres de destaque estão vestidas de formas diferentes, ao fundo, as mulheres estão vestidas com a mesma fantasia. Na foto, o Senhor Cypriano aparece usando terno escuro e óculos, além do chapéu que, como o charuto, caracterizava-o.

Na figura 24, vemos a escola de samba posando para a foto. Do lado direito, um estandarte indicando a *Escola de Samba da AROL*. Ao lado, o Senhor Oscar Nascimento, junto com outros membros da escola.

Assim como em todas as ações praticadas pela AROL, o carnaval não poderia ser diferente: era mais um momento de se posicionar para os enfrentamentos contra a discriminação e o preconceito. “As escolas de samba, associações culturais com grande importância nos anos 60 [...], eram, visivelmente, núcleos de negros e mulatos que, pela via artística, demarcavam espaços para o que se convencionava chamar de cultura negra” (FARIA, 2014, p. 31). Nesse espaço, os negros e negras poderiam afirmar sua negritude; era uma festa, apesar de ser considerada folclórica, que envolvia militância, principalmente, quando tratamos dos sambas-enredos.

A respeito da militância, outro momento importantíssimo para a AROL, e que ficava claro a marca da presença negra, era o baile para a escolha da *Rainha da AROL*. A decisão do presidente da AROL era contundente: todas as candidatas deveriam ser associadas ao clube e serem negras (DINIZ, 2015). Além de promover a beleza negra, em contraponto ao padrão de beleza ‘branca’, os bailes sempre ocorriam no dia 13 de maio, data importante para a comunidade, naquele período.

No dia da escolha da rainha, reuniam-se, além dos sócios, os membros da diretoria e as autoridades políticas. Na ocasião do primeiro baile e da foto aqui apresentada, o prefeito era o Antonio Fernandes Sobrinho. Acreditamos que a foto faz referência ao primeiro ano de escolha da rainha, que ocorreu em 1959, apesar de a legenda descrita por Oscar Nascimento marcar o ano de 1958.

**Figura 25** – *Coleção Oscar Nascimento*: Comemoração vendo-se placa ao fundo escrita em branco “Ao Prefeito Fernandes Sobrinho a gratidão dos Operários de Londrina.” AROL. 20-XII-1958.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Vemos em pé, na figura 25, de terno preto, bem ao centro da foto, o Senhor Oscar Nascimento. Sentado, da direita para a esquerda, está o prefeito Fernandes Sobrinho e, ao seu lado, de roupas claras, a sua esposa. As demais pessoas não foram identificadas.

**Figura 26** – *Coleção Oscar Nascimento*: Rainha e Princesa - AROL



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Na figura 26, vemos o prefeito, possivelmente, entregando a faixa e a

coroa à rainha. A impotência do prefeito nessa solenidade, implica em pensar o reconhecimento da beleza negra, por parte da elite da sociedade.

**Figura 27** – *Coleção Oscar Nascimento*: Coroação de Santina Pereira, a primeira radinha do clube AROL, em 13 de maio de 1959.



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina. Autor Desconhecido.

Na última sequência de fotos sobre a escolha da rainha, vemos a primeira dama ao lado da rainha e princesas da AROL. É importante notar os quadros pregados ao fundo da premiação, lembrando a todos os convidados as lutas que a AROL se propunha.

Para Larissa Mattos Diniz (2015), a coroação e a premiação com autoridades convidadas eram muito importantes para a comunidade, ainda mais que os bailes promovidos pela associação eram alvo de muitas críticas e reclamações, algumas chegando até a saírem em jornais e livros de abaixo-assinados.

Em relação às manifestações da sociedade civil de Londrina na época de funcionamento dos bailes promovidos pela AROL, há um documento destinado ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina e outro ao Delegado de Polícia de Londrina, mostrando a angústia dos moradores vizinhos de um dos locais onde eram realizados os bailes promovidos pela AROL. Nesses documentos, é deixado evidente que os moradores consideravam as reuniões festivas como “*famigeradas reuniões dançantes do baixo meretrício*” em que predominava a

imoralidade e que promoviam a reunião de “elementos de conduta pouca recomendável”.<sup>43</sup> (DINIZ, 2015, p. 57).

Essas reclamações estampam o preconceito vivenciado pelos negros e negras. Para a comunidade esses bailes eram reuniões em que a moral não estavam persentes, associando esses eventos a zonas de meretrício. Assim, a presença do prefeito dava notoriedade ao evento; era um momento de orgulho, no qual a comunidade poderia prestigiar a sua beleza negra; era um momento de empoderamento no qual os jovens poderiam se espelhar.

A inclusão dessa coroação nos bailes do Clube se caracterizava como uma tentativa de enaltecer e de valorizar a beleza da mulher negra. As negras e os negros vestiam roupas que, muitas vezes, eram feitas para aquela ocasião, valorizavam seus cabelos crespos, e isso consistiu em instrumento bem-sucedido dentro da comunidade, especialmente, entre os jovens, que passaram a afirmar a sua negritude através do reconhecimento de seu corpo e cabelo negro. Era um momento de orgulho (DINIZ, 2015, p. 57).

Dessa forma, mesmo a AROL não sendo uma associação exclusivamente de negros, foi pensada para os negros, no olhar para a valorização da beleza, na luta contra o racismo e discriminações; em todas as ações, a sua essência estava lá. “É nesses espaços que se constroem a autoestima, a autoimagem e as ‘identidades negras’, é aí que as relações se estabelecem. “(ESCOBAR, 2010, p. 20). Para Giane Vargas Escobar (2010), ao estudar o *Clube Recreativo Treze de Máio RS*, entende que os clubes sociais negros são lugares de resistência, lugares de memória e identidade negra.

---

<sup>43</sup> As informações referente ao abaixo-assinado e demais documentos foram retirados da *Carta de Introdução* do abaixo-assinado dos moradores da *Rua Benjamim Constant* e da *Rua Mato Grosso*, de 08 de junho de 1967, Londrina- PR, endereçada ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina, assinada pelo presidente da *Associação de Moradores João Schiavinatto*; informação retirada dos documentos concedidos pelo ex-presidente e ex-secretário geral da AROL, Dr. Oscar do Nascimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos essa pesquisa de mestrado refletindo sobre os pontos iniciais de que partimos: a representação do negro em Londrina. Como vimos, o negro foi considerado, durante toda a história londrinense apenas coadjuvante, não tendo sua representação marcada na memória da população. E isso se deu, tanto pelos discursos circulantes empregados pela CTNP, quanto pelos espaços de memória que reforçavam o estereótipo do pioneiro.

No capítulo *AROL e a Formação da Cidade*, discutimos aspectos relacionados aos primeiros anos de (re) ocupação das terras ao norte do Paraná, bem como ocorreu esse processo, abordando desde a compra dos lotes até a maneira como foram vendidos, uma vez que o discurso de venda propiciou a formação do imaginário londrino sobre a cidade. Para essa análise, utilizamos como base metodológica trabalhos desenvolvidos na academia universitária principalmente após a década de 2000. Outro ponto abordado foi como o caráter do pioneirismo ganhou forma e corpo, negando outras personagens na história. É importante que o negro ganha visibilidade, que crianças, jovens, mulheres e demais pessoas da sociedade se sintam pertencentes à ela. Pois como elenca Giane Vargas Escobar (2010), não adianta criar-se uma lei – Lei-10639/03 que obriga a todas as escolas a inclusão do ensino e estudo da História da África e da cultura afro-brasileira, se essas ações não são de fato implementadas.

Para muitos basta chamar um grupo de capoeira ou de dança afro para se apresentar e passar o resto do ano sem ter mais que falar em negros, muito menos lembrar dos alunos negros, que não se veem representados nos livros didáticos, das crianças negras, que não conhecem heróis e personalidades negras e que evadem da escola por não se sentirem incluídas. (ESCOBAR, 2010, p. 19).

E, infelizmente, ainda presenciamos atos como o exemplificado no excerto anterior em nossa sociedade, não apenas nas escolas, que deveriam ser o local acolhedor para crianças e jovens, mas em demais instâncias, onde vemos o negro inrepresentável. Sendo assim, enxergamos, na possibilidade de estudo da coleção de fotos do Senhor Oscar Nascimento, o vislumbrar da problematização do negro como agente de sua História, reconhecido e

valorizado em suas ações quando a instituição AROL promovia festas e desfiles que enalteciam a negritude.

No capítulo *A Coleção, o Museu Histórico de Londrina e a AROL*, abordamos, como eixo central, a concepção de Museu empreendida por Dominique Poulot (2013), contemplando essa instituição como espaço não só de fruição, mas de pesquisa e divulgação do conhecimento produzido pela sociedade. Assim, pautando-se nessa visão, analisamos o contexto do surgimento do MHL, tendo como eixo norteador as gestões da instituição, uma vez que, influenciaram diretamente o rumo e visão que o Museu deveria seguir. Passando desde o período intitulado por Edson Holtz Leme (2013) de gabinete de curiosidade, quando quem estava na gestão era o Pe. Carlos Wass, o momento em que a visão do MHL apreciou o discurso do pioneiro, até a reestruturação, após os diretores da instituição ficarem diretamente ligados à Universidade Estadual de Londrina, mais especificamente ao DH, na qual novos olhares foram apresentados.

Nessas últimas gestões, exposições itinerantes possibilitaram que outras histórias pudessem ser contadas, sendo uma delas, sobre os *Povos Indígenas no Norte do Paraná (2011)*. Segundo os acadêmicos que estudam o MHL, essa era uma das grandes lacunas observadas, havendo urgência em problematizar crenças, saberes e outras tradições dos povos indígenas, que foram esquecidas com o avanço da cidade de Londrina.

A exposição *Curar, Cuidar e Lembrar - memória da saúde de Londrina (2012)*, apresentou médicos, enfermeiras e outros profissionais ligados à área da saúde, na qual relataram sobre a história da assistência médica em Londrina. Entre os homenageados, estava o Senhor Justiniano Clímaco (1908 – 2000), médico negro que atendia a população mais carente da cidade. Outro destaque que nos chamou atenção nessa exposição foi a valorização dos tratamentos de saúde referentes ao saberes e crenças populares, como as benzendeiras – por exemplo.

Outra exposição itinerante que esteve no MHL foi a exposição: *Fazer, Morar: As Casas De Madeira do Centro de Londrina (2015)*, apresentando, além de fotos e outros objetos tridimensionais sobre as casas de madeiras do centro de Londrina, depoimentos de moradores que viveram, assim como os que ainda moram nesses locais, empregando uma conotação afetiva ao recordar a

memória do centro da cidade. A exposição *Nordestinos em Londrina* (2016), abordou a memória dessa população que, por muito tempo, esteve ausente do imaginário local. Foram coletados fotografias, relatos, notícias em jornais e outros documentos que englobavam os nordestinos como presença na História de Londrina. Houve outras exposições; apresentamos estas como exemplos. Ainda no segundo capítulo, abordamos como chegamos ao estudo da *Coleção Oscar Nascimento*, uma vez que nos deparamos com a inexistência de representatividade negra na Exposição Permanente do MHL, apesar de haver um acervo riquíssimo para estudo sobre os negros na reserva técnica da instituição.

No último capítulo - *A Coleção e a Representação do Negro da AROL ao MHL* – refletimos, primeiramente a respeito da grande importância do ato do Senhor Oscar Nascimento em doar suas fotos ao Museu. Se no começo da pesquisa ficamos angustiados em saber que as fotos eram apenas negativos digitais, o que não invalida a materialidade do aqui apresentado, durante o estudo essas angústias foram sendo deixadas de lado, para compreendermos o homem genial com seus anseios, pois, ao doar as fotografias, entregava parte de suas lembranças de luta e resistência. Era desejo do Senhor Oscar, além de recriar a Associação, construir um museu do negro em Londrina.

A história da AROL está atrelada à vida do Senhor Cypriano Manoel:

Como a trajetória da AROL se confundia com a própria vida de Manoel Cypriano, o baque foi grande quando ele morreu, em 14 de agosto de 1964. A partir daí muita coisa mudou, as promoções foram escasseando, ao mesmo tempo que a Prefeitura, agora na gestão de Hosken de Novaes, passou a retirar gradualmente todo apoio que dava à Associação com o argumento que a sede estava condenada. (ALMEIDA, 2004, p. 75).

Para Idalton José de Almeida (2004), com a morte do líder na AROL, faltou alguém que estivesse sempre à disposição, assim como era o Senhor Cypriano. Outro aspecto que agravou a crise da AROL foi Ditadura Militar (1964 – 1985), regime perseguia quem apoiasse ideias comunistas, e um dos quadros que ficava exposto sempre nas paredes da instituição era de “Manoel Jacinto, idealista e comunista convicto da época.” (ALMEIDA, 2004, p. 76). O ponto final aconteceu no ano de 1980, pois a *Câmara de Vereadores* da cidade revogou a

cessão de posse do terreno, e doou o mesmo à *Igreja Quadrangular*. É importante lembrar que na década de 1980 a sede já não era usada pela AROL há tempos.

Na época, fui pessoalmente conhecer a sede da AROL. Lá encontrei um barracão ainda em pé, em situação muito precária. Dentro havia uma família negra em condições sub-humanas de vida, provavelmente andarilhos. Ironicamente o imóvel histórico da comunidade negra, abrigava naquele momento uma família negra em situação miserável. Talvez restasse ali o último suspiro daquele patrimônio histórico que fora um verdadeiro Quilombo dos dias de hoje em pleno centro de Londrina. (ALMEIDA, 2004, p. 77).

O relato de Idalto José Almeida (2004), mostou como a AROL foi importante espaço de luta e enfrentamento para a comunidade negra durante os seus anos de funcionamento. Quando os vereadores aprovaram a transferência de posse do terreno, o “Movimento de União e Cosciência Negra de Londrina mobilizou-se para ter de volta aquele espaço, propondo [...] o tombamento como patrimônio histórico da cidade”. (ALMEIDA, 2004, p. 76). A partir da mobilização da comunidade négra, à época a Prefeitura determinou aos novos donos que fosse construído no local uma creche; se as exigências não fossem cumpridas, o terreno seria, novamente, doado. Porém, de alguma forma, a Igreja ficou sabendo da mobilização da comunidade, e, rapidamente, providenciou a derrubada do barracão, colocando, no lugar, alguns tijolos que simulavam a construção de uma creche. As lembranças de Idalto José de Almeida sobre o fim da AROL, sintetizam um sentimento presente em nós durante a realização da pesquisa.

As lembranças daquela manhã de segunda-feira continuam vivas em minha memória. O sol brilhava suave em um clima bem tropical. Estava eu caminhando tranquilamente pela rua Araguaia com destino ao velho barracão. Quando percebi já havia passado do local. Voltei e ainda não vi o saudoso barracão. Era uma sensação estranha. Parecia não existir mais nenhum barracão. Concentrei a atenção e logo vi, ou melhor não o vi. Era impossível acreditar. Realmente não havia mais nenhum barracão. O velho prédio havia sido derrubado e no local havia um punhado de tijolos novos. A igreja Quadrangular fora avisada pela Prefeitura de nossa pretensão e, rapidamente, na calada da noite, rerrubaram o patrimônio histórico e os tijolos no local serviram de justificativa de que ali estavam começando a construção da creche. A família de negros? Sabe-se lá onde estão? Talvez perambulando, por aí, mais números estatísticos

à pobreza nesse país. A creche? Até hoje eu nunca vi. Uma sensação de impotência se aponderou do meu ser. Caminhando solitariamente no trajeto de volta para casa, desiludido, sentia uma decepção. Os olhos se encheram de lágrimas sem saber se era choro de tristeza ou de raiva, mas, com certeza, ali, naquele exato momento, um pedaço da História de Londrina era vergonhosamente destruído. (ALMEIDA, 2004, p. 78).

A luta na década de 1980 não surtiu o efeito esperado, mas possibilitou vislumbrar uma aliança entre as várias instâncias de movimentos negros na cidade, na qual resultou em bailes promovidos atualmente em que a “memória do Clube Negro e de seu líder, Manoel Cypriano” permaneçam vivas no “cenário de lutas de combate ao racismo, das discriminação racial e, especialmente, da afirmação da negritude.” (DINIZ, 2015, p. 58),

Por fim, acreditamos que esse trabalho de pesquisa não esgotou nossos questionamentos sobre a representação do negro em Londrina, mas possibilitou tecermos um olhar para o acervo fotográfico do MHL e levantarmos questionamentos de estudo; refletindo nas palavras de Poulot (2013) comunicarmos com as narrativas museais.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **Missão Montagu**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MISS%C3%83O%20MONTAGU.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2019.
- ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. **A Fabricação do Imortal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996. v. 1000. 200p.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. **O Paraíso Entre Luzes E Sombras: representações de natureza em fontes fotográficas (Londrina, 1934-1944)**. 1. ed. Londrina: EDUEL, 2014.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975**. Londrina: EDUEL, 2008. v. 1. 234p.
- BASCHET, Jérôme. Introdução: a imagem-objeto. In: SCHMITT, Jean-Claude et BASCHET, Jérôme. **L'image. Fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval**. Paris: Le Léopard d'Or, 1996. p. 7-26 (tradução: Maria Cristina C. L. Pereira)
- BITTENCOURT, José Neves. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. **Anais Do Museu Paulista**, v. 8/9, p. 151-174, 2003.
- BONI, Paulo César; UNFRIED, Rosana Reineri; BENATTO, Omeletino. **Memórias Fotográficas: a fotografia e fragmentos da história de Londrina**. 1. ed. Londrina: Midiograf, 2013. v. 1.
- BONI, Paulo César. **Fincando Estacas! A História de Londrina (década de 30) em textos e imagens**. 1ª. ed. Londrina: Ed. do Autor, 2004. v. 1200.
- BONI, Paulo César. **Retratos da Cidade: o uso da fotografia para a recuperação de fragmentos históricos de Londrina**. 1. ed. Londrina (Paraná): Midiograf, 2014. v. 1.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Bauru: Edusc, 2004.
- DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (Eds.). **Conceitos Chave de Museologia**. Tradução e comentários Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- DINIZ, Larissa Mattos; BORGHI, E. B. A População Negra em Londrina: Uma Luta por Reconhecimento. In: **XIV Encontro Regional da ANPUH - RIO de Memória e Patrimônio, 2010**, Rio de Janeiro. XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 2010.
- DINIZ, Larissa Mattos. A Associação de Recreação Operária de Londrina? Arol no contexto de combate do racismo e e discriminação racial. In: **I Congresso**

**Internacional de História UNICENTRO/UEPG – História e Cultura:** identidades e regiões, 2013, Irati. I Congresso Internacional de História UNICENTRO/UEPG? História e Cultura: identidades e regiões. v. 1.

DINIZ, Larissa Mattos. **O Clube Negro de Londrina:** Uma experiência contraditória. 2015. 69 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ESCOBAR, Giane Vargas. Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação defendida na Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Santa Maria/RS, 2010.

FARIA, Guilherme José Motta. **As escolas de samba e os movimentos negros nos anos 1960:** uma página em branco na historiografia brasileira. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 29-46, nov. 2014.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. Prefácio. In: LODY, Raul. **O Negro no Museu Brasileiro:** Construindo Identidades. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 09 - 13.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural: sobre roubos e furtos de bens culturais na atualidade. In: CARVALHO, Claudia S.R. de; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Z.; BENCHETRIT, S. (Org.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material.** 1ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, v., p. 304-314

LEME, Edson José Holtz. **O Teatro da Memória:** O Museu Histórico de Londrina. 278f. 2013. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. 2013.

LIMA, Thiago. Memória e Esquecimento da Trajetória Negra em Londrina. In: **Território e segregação urbana:** o “lugar” da população negra na cidade/ Maria Nilza da Silva, Mariana Panta (orgs.). – Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.166.

LONDRINA, Museu Histórico. **Expressão Visual de um Autodidata José Juliani O Colono:** Fotógrafo. Disponível em <<http://www.uel.br/museu/uploads/itinerante/arquivos/Jose-Juliani.pdf>> Acesso em: 05 de Jun. de 2020.

LONDRINA, Museu Histórico. **Povos Indígenas no Norte do Paraná.** Disponível em <<http://www.uel.br/museu/uploads/itinerante/arquivos/Povos-Indigenas.pdf>> Acesso em: 05 de Jun. de 2020.

LONDRINA, Museu Histórico. **Cuidar, Curar, Lembrar:** Memórias da Saúde em Londrina. Disponível em <<http://www.uel.br/museu/uploads/itinerante/arquivos/Cuidar,-Curar,-Lembrar.pdf>> Acesso em 05 de Jun. de 2020.

MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques; VISALLI, Angelita. M. **Entre a sala de aula e o gabinete do museu:** As primeiras coleções do Museu Histórico de Londrina/PR na gestão do Padre e Professor Carlos Weiss (1970-1976). ANOS 90 (ONLINE) (PORTO ALEGRE), v. 25, p. 241-273, 2018.

MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. Entre palavras e imagens: famílias negras no Museu Histórico de Londrina/PR (1970-2016). **Revista de História Regional**, v. 23, p. 321-343, 2018.

MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. **Nos Trilhos do Museu de Artes e Ofícios:** Exposição e público em Belo Horizonte/MG. Antíteses (Londrina), v. 7, p. 121-145, 2014.

MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. O Padre Carlos Weiss e a Formação das primeiras coleções no Museu Histórico De Londrina (Pr) - 1970-1976. In: Carmem G. Burgert Schiavon; Sandra de Cássia A. Pelegrini. (Org.). **Patrimônios Plurais:** iniciativas e desafios. 1ed.Rio Grande: EDITORA DA FURG, 2016, v. 1, p. 19-39.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, n.115, p. 103-117, 1985.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e Imagem: iconografia/iconologia e além. In: Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas. (Org.). **Novos Domínios da História**. 1ed.Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos Índios Kaingang:** a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2009. v. 500. 301p.

OLIVEIRA, José Donizetti Brandino. **O mito da democracia racial:** um olhar sobre os movimentos negros em Londrina, 1940-1990; 2002; 121 f; Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Londrina. 2002.

PANTA, Mariana. O negro em Londrina: Processos Migratórios, Deslocamentos Espaciais Intra-Urbanos e Segregação. In: **XXIV Semana de Ciências Sociais - UEL - Ciências Sociais:** Desafios Contemporâneos, 2013, Londrina. Anais da XXIV Semana de Ciências Sociais da UEL, 2013. p. 1-10.

PANTA, Mariana; PALLISSER, Nikolas. **Estudos e Cultura Afro-Brasileira** - Curso de Formação Continuada: O Negro em Londrina. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

PEREIRA, Junia, Sales. Aprendizagem do Ensino de História em Museus. In: **X Jornadas Nacionales y I Internacional de Enseñanza de La Historia**. (APEHUN), 2008. Universidade Nacional de Río Cuarto, 2008 p. 1-12.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. v. 1. Memória e História, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1984.

POULOT, Dominique. **Museus e Museologia**. Tradução Guilherme João de

Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção Ensaio Geral).

RAMOS, Márcia Elisa Teté. Representações de alunos do Ensino Médio sobre a narrativa histórica presente na cidade de Londrina - PR. In: Cláudia Pinto Ribeiro; Helena Vieira; Isabel Barca; Luís Alberto Marques Alves; Maria Helena Pinto; Marília Gago. (Org.). E-BOOK: **Epistemologias e ensino de História**. 1ed.Porto - Portugal: CITCEM, 2017, v. p. 281-305.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Canibalismo da Memória: o Negro nos Museus Brasileiros. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 37-57, 2005.

SARIS, Simoni. Heimtal – Mais antiga que Londrina, escola comemora 86 anos. **Folha de Londrina**. Londrina, 29 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/heimtal---mais-antiga-que-londrina-escola-comemora-86-anos-981353.html>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

SILVA, Maria Nilza da. O Lugar da População Negra numa cidade brasileira: Londrina, espaço de segregação e resistência. In: **VI Congresso Português de Sociologia: - Mundos sociais: saberes e práticas**, 2008, Lisboa. Texto integral no site do Congresso - [www.aps.pt](http://www.aps.pt). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2008. p. 1-14.

SILVA, Maria Nilza da. O Negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL. **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), v. 82, p. nº82, 2008.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. A. S; SOUZA, Alexsandro E. P. de. **Negro em Movimento: a trajetória de Doutor Oscar do Nascimento**. 1. ed. Londrina: UEL, 2014. v. 1. 72 p. TOMAZI, Nelson Dacio. **"Norte do Paraná": Histórias e fantasmagorias**. 1ª. ed. Curitiba: Aos4ventos, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

*Handwritten signature*

**REGISTRO DE EMPREGADOS**



N.º de ordem 63

N.º da Carteira Profissional 57618

Série 3<sup>ª</sup>

Nome Eyrriano Manoel

Filiação Gato Manoel e Maria Joazeira Idade 41

anos. Data do nascimento 26/9/1900 Nacionalidade Brasileira

Lugar do nascimento Campinos - Est. de S. Paulo

Residência Polanovia - Paraná

Data da admissão ao serviço 18/6/1936 Categoria e ocupação habitual

Chauffeur - Mecânico Salário 3000,000

Fórmula de Pagamento Mensal

Nomes dos beneficiários Maria - Beneficiária (mãe)

(Adella - Oracy e Odette (filhos))

Assinatura do empregado

*Eyrriano Manoel*

Data 10/4/1939

Data da dispensa de de de

Acidentes do trabalho ou doenças profissionais:

Férias gozadas: (19-8-38 até 6-9-38) (27-9-39 até 13-10-39);  
9-7-41 até 25-7-41; 6-8-42 até 25-8-42. De 17-2-48  
até 7-3-48. De 10-2-1947 até 2-3-1947.  
de 1/3/46 até 20/3/46 - de 14/4/47 até 5/3/47 - de 31-1-48 a 19-2-  
48 - de 24/2/49 a 14/3/49 - de 4 a 20-4-50 - de 22-3 a 12-4-57.

Observações:

ANEXO 2

DEPARTAMENTO AÇUCAR - CREA OCEANO LITORAL - S. PAULO  
Mod. CBB-5 em 118 'D'

**CIA. DE TERRAS NOROESTE DO PARANA**

Nome do Empregado: **CYRILANO MANOEL**

Residência: **Rua Maranhão, Londrina.**

Localidade: **Brasileira.**

Idade: **34** Estado Civil: **casado**

Sexo: **Masculino**

Local de nascimento: **Campinas Estado de São Paulo.**

Tem filhos brasileiros? **Quantos? 3**

Carteira de estrangeiro, n.º **34**

Série: **3a** Emitida em: **28/4/41**

Certificado Militar n.º **286848 (S.R.M.)** Série: **3a**

Registro n.º **3a** Data: **30/11/41**

Pai: **Tito Manoel**

Mãe: **Maria Joaquina**

do Registro de Empregados: **63.6.1 - F. 12 63** Remuneração: tipo **Mensal** Base: **Cr\$ 300,00** Final: **3.000,00**

Beneficiários: **Meu casamento esposa, e filhos.**

Profissão: **Motorista Londrina.**

Data de Admissão: **18/6/1.936** Data de Casamento: **26.9.1927**

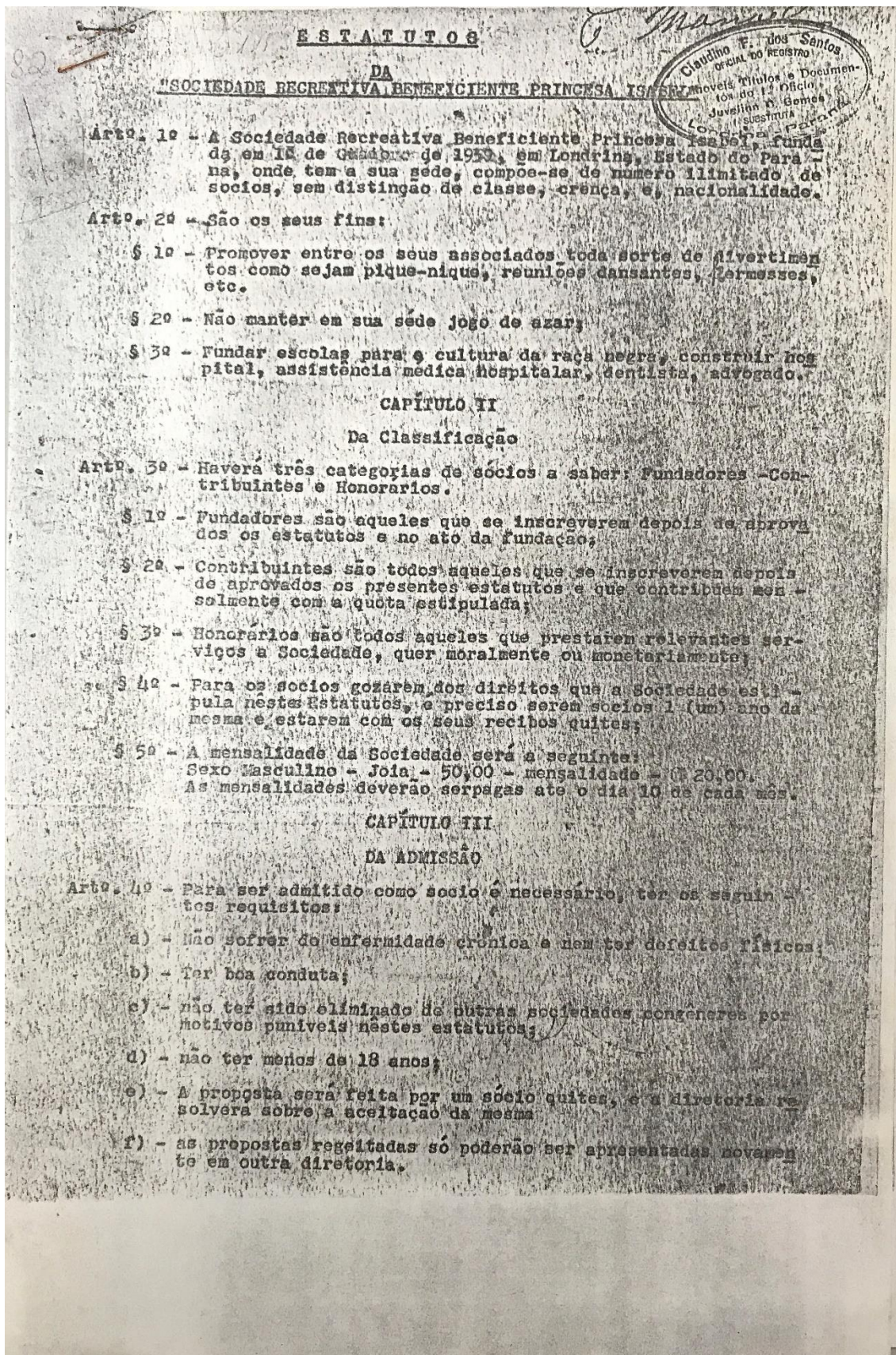
Tempo de serviço: **18/6/1.936** Data de Demissão:

Assinatura: *Cyrilano Manoel*

Fotografia de frente com cabeça descoberta

FÉRIAS		IMPOSTO SINDICAL PAGO	ACIDENTES	FALTAS	OBSERVAÇÕES.
DAS	PERIODO				
6-9-38	1938 a 1939	1943-648 1330			1. 1. 43 64
13-10-39	1939 a 1940	1944 648 1800			1. 1. 44 64
	1940 a 1941	1945 648 3000			1. 1. 45 752 00
31-1-41	1941 a 1942	1946 648 3400			1. 1. 46 64 852 00
31-8-42	1942 a 1943	1947 648 4300			1. 1. 47 64 1.000,00
1-1-43	1943 a 1944	1948 - 4600			1. 1. 48 64 1.200,00
1-2-3-44	1944 a 1945	1949, 6000			1. 1. 49 64 1.500,00
1-1-45	1945 a 1946	1950 6600			1. 1. 45 64 1.650,00
1-1-46	1946 a 1947	1951 6350			1. 1. 46 64 2.200,00
1-1-47	1947 a 1948	1952 8000			1. 1. 47 64 2.200,00
1-1-48	1948 a 1949				1. 1. 48 64 2.400,00
1-1-49	1949 a 1950				1. 1. 49 64 2.600,00
1-1-51	1950 a 1951				1-1-51 64 2.600,00

## ANEXO 3



#### CAPÍTULO IV

##### DOS DIREITOS

- Artº. 5º - Todos os sócios quites têm direito:
- § 1º - Tomar parte nas Assembleias Gerais, propor, discutir, votar, e ser votado.
  - § 2º - Requerer a Diretoria, com petição assinada por um terço dos sócios quites a convocação da Assembleia Geral com a indicação clara de seu objetivo.
  - § 3º - Defender-se perante a Assembleia Geral e Diretoria.
  - § 4º - Ao sócio iliminado cabe o direito de recorrer a Assembleia Geral.
  - § 5º - Os que forem iliminados por falta de pagamento poderão re-entrar novamente pagando as mensalidades atrasadas.

#### CAPÍTULO V

##### DOS DEVERES

- Artº. 6º - É dever de todos os socios:
- § 1º - Concorrer com o auxilio que lhe fôr possível em favor dos cofres sociais.
  - § 2º - Denunciar à Assembleia Geral qualquer membro da Diretoria ou a esta mesmo, sendo que o denunciante devesse fundamentar a denuncia.
  - § 3º - Todos os socios deverão pagar as suas mensalidades até o dia 10 (dez) de cada mês.

#### CAPÍTULO VI

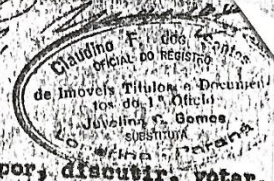
##### DAS PENALIDADES

- Artº. 7º - Haverá duas penalidades a saber:
- § 1º - Suspensão
  - § 2º - Iliminação.
  - § 3º - As penalidades serão impostas pela Diretoria, quem para isso agirá com toda imparcialidade.
  - § 4º - A privação dos direitos sociais isenta os socios de suas mensalidades e estes têm o recurso da Assembleia Geral.
  - § 5º - Os diretores não estão isentos das penalidades e serão destituídos dos seus cargos quando: Não comparecerem a posse de seus cargos, deixarem de comparecer em tres sessões consecutivas e abusando dos poderes de seus cargos, praticarem atos prejudiciais a Sociedade.

#### CAPÍTULO VII

##### DA ASSEMBLÉIA GERAL

- Artº. 8º - A Assembleia Geral é a reunião de todos os socios em gozo de seus direitos, previamente avisados e considerar-se-a legalmente constituída com um terço de seus associados, contando nesse numero os diretores.



*E. Manoel*  
F. das  
Assimiladas  
do Brasil  
Associação de  
Membros Titulares e Docentes  
do Colégio de Engenharia  
de São Carlos

- § 1º - Si por falta de numero legal não tiver comparecido a Assembleia será feita uma segunda convocação dentro do prazo de 7 dias e esta funcionara com qualquer numero de membros presentes.
- § 2º - Os sócios que não tomarem parte nas Assembleias não poderão reclamar ou protestar sobre as resoluções tomadas.
- § 3º - Os socios para tomarem parte nas Assembleias é necessário que estejam quites com os cofres sociais.
- § 4º - Durante o ano haverá uma Assembleia Geral para eleição da diretoria, que se realizara na primeira quinzena do mes de Dezembro e o seu mandato sera de um ano.
- § 5º - Além das Assembleias Gerais Ordinárias, haverá as Extraordinárias que o bem social exigir.

Artº. 9º - Compete a Assembleia Geral:

- § 1º - Aclamar o Presidente da respectiva Assembleia.
- § 2º - Eleger na epoca competente a diretoria da Sociedade.
- § 3º - Os poderes da Assembleia são ilimitados dentro dos presentes estatutos.
- § 4º - Nas Assembleias quando um socio estiver com a palavra podera receber apertes, desde que estes sejam moderados, podendo o presidente a bem dos trabalhos interromper a discussao.
- § 5º - Qualquer membro da diretoria podera presidir a Assembleia Geral desde que seja nomeado.
- § 6º - Ao presidente da assembleia compete:
  - a) - convidar dois socios para secretariar os trabalhos.
  - b) - manter a ordem, chamando a ela o socio que se tornar inconveniente, notendo, quando não atendido, convidar o socio a se retirar.
  - c) - assinar a ata conjuntamente com os secretarios e desempatar as votações, dando o seu voto de qualidade a chapa da opposição.

CAPÍTULO VIII  
DA DIRETORIA .

Artº. 10º - A Sociedade Recreativa Beneficente Placasa Isabel, será administrada por uma diretoria composta de um Presidente, Vice - Presidente, 1º Secretario, 2º Secretario, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

- § 1º - Ao presidente compete, deofiar-se a observancia dos presentes estatutos e tudo o que se diga a respeito ao desenvolvimento da Sociedade. Presidir todas as reuniões de Diretoria. Resolver so ou junto com os demais membros da Diretoria casos não previstos nos presentes estatutos e que sejam urgentes. Representar a Sociedade ativa e passivamente, em geral, nas suas relações para com terceiros.
- § 2º - Ao Vice - Presidente compete em substituir o Presidente em seu impedimento bem como auxiliar em que for necessário ao Presidente.
- § 3º - Compete ao Secretario-1º, ter em boa ordem todos os livros da secretaria, ter em boa ordem a escrituração da tesouraria de comum acordo com o tesoureiro, redigir as atas das sessões e tudo quanto diga a respeito da secretaria. Fazer entrega de toda correspondencia.

- § 4º - Compete ao 2º Secretario substituir o 1º dito em seus impedimentos bem como auxiliá-lo em que for necessário.
- § 5º - Ao tesoureiro-1º, compete mensalmente apresentar a Diretoria um balancete da receita e despesas e uma lista de sócios em atraso. Ter em boa ordem a escrituração da tesouraria e arrecadar os pertencentes a sociedade. Assumir a responsabilidade de todos os valores que lhes forem confiados e si defraudar os cofres sociais seráacionado judicialmente.
- § 6º - Compete ao 2º Tesoureiro, auxiliar o 1º dito em tudo o que for necessário, bem como substituí-lo.

#### CAPÍTULO IX

#### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

- Artº. 11º - A Sociedade Recreativa Beneficente Princesa Isabel, durará por tempo indeterminado, e se poderá ser dissolvida quando tiver menos de 15 sócios, e no caso de dissolução o patrimônio da Sociedade reverterá em benefício da Irmandade da Santa Casa de Londrina, que os aplicara conforme entender, dentro dos Estatutos da mesma Irmandade.
- Artº. 12º - O fim da Sociedade Recreativa Beneficente Princesa Isabel, será o de beneficiar os seus associados de conformidade com o Cap. 1º - § 3º, e o de proporcionar aos mesmos divertimentos de conformidade com o Cap. 1º - § 1º.
- Artº. 13º - Os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- Artº. 14º - O 1º tesoureiro não poderá ter em seu poder quantia superior a R\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), e havendo quantia superior será depositada em uma Caixa Econômica, conforme determinação do sr. Presidente.
- Artº. 15º - Os socios fundadores não estão isentos das mensalidades.
- Artº. 16º - A diretoria não poderá contrahir empréstimos em nome da Sociedade, e quando necessário dependendo do consentimento da Assembleia Geral.
- Artº. 17º - A Sociedade terá a sua diretoria composta por elementos do sexo masculino.
- Artº. 18º - Os estatutos são reformáveis de tres em tres anos da data de sua aprovação, mediante a Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Londrina, 12 de outubro de 1951

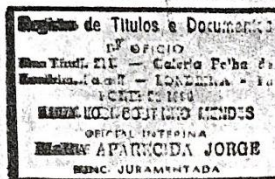
Cyriano Manoel	<u>Cyriano Manoel</u>	1/
Jose Augustos Teixeira	<u>Jose Augustos Teixeira</u>	2/
Evandro Machado Santiago	<u>Evandro Machado Santiago</u>	3/
Jose Soares da Silva	<u>Jose Soares da Silva</u>	4/
Alfredo Batini	<u>Alfredo Batini</u>	5/
João Teixeira	<u>João Teixeira</u>	6/

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
1.º OFÍCIO

Certifico que a presente fotocópia é  
é autêntica ao original do registro e  
do arquivo neste Cartório.

Londrina, 19/7 JUL 1990

*[Handwritten Signature]*  
OFÍCIO



## ANEXO 4

### ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA DE LONDRINA - A R O L



1.ª - Sob a denominação da ASSOCIAÇÃO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA DE LONDRINA, constituída nesta data, 15 de novembro de 1.957, com sede / nesta cidade de Londrina Estado de Paraná, uma sociedade de / natureza recreativa, com fins beneficente sem fins lucrativos destinada a proporcionar aos seus associados toda a espécie de beneficência e recreação, reuniões cívicas, culturais, esportivas, estudos, bem como, manter intercâmbio com outras entidades congêneres, enfim tudo que venha engrandecer a Associação para o bem estar de seus afiliados, solidarizando com os interesses nacionais.

Art. 1.º - Para realização dos seus objetivos, a Associação promoverá entre outras, as seguintes atividades:

- a) proporcionar recreação de toda a natureza, tais como, jogos de toda a espécie não proibidos por Lei, baile reuniões cívicas e culturais, palestras, conferências;
- b) todas as diversas atividades visam ao bem estar dos operários e o seu desenvolvimento físico / e intelectual;
- c) organizar biblioteca, discoteca, sala de leitura e de jogos, para sócios e sua família;
- d) intercâmbio cultural e recreativo com entidades da mesma natureza ou semelhante existente no / País ou no exterior;
- e) receber visitas de outras entidades ou pessoas gradas;
- f) empregar todos os recursos para manter a união da classe operária;
- g) organizar o Departamento de Beneficência aos / sócios.

Art. 2.º - A associação se regerá pelo presente estatuto e por um regimento interno.

Art. 3.º - A duração da associação será por tempo indeterminado e sua dissolução só se verificará nos termos do art. 9 e seus itens.

Art. 4.º - O número de associados será indeterminado e de âmbito geral, podendo pertencer ao seu quadro social qualquer pessoa independente de sexo e nacionalidade sem distinção de cor política ou religiosa e sem preconceito de cor ou raça.

#### CAPÍTULO II

#### DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 5.º - A Assembleia Geral é o órgão soberano em suas resoluções e será composta por sócios quites. Reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, em todos os dias 15 de novembro.



§ único as demais assembleias eventualmente convocadas serão sempre extraordinárias.

Art. 6º. - As assembleias gerais se instalarão com a presença mínima de 1/3 dos associados.

§ único Não havendo número na primeira convocação far-se-á outra, uma hora depois com qualquer número de sócios presentes.

Art. 7º. - Compete a Assembleia Geral:

- a) efetuar eleições da diretoria;
- b) apreciar, discutir, aprovando ou não, quaisquer atos inclusive as contas da diretoria;
- c) resolver outros assuntos de relevante importância não previstos por este estatuto;
- d) resolver sobre a dissolução da associação nos termos de art 9º e seus itens;

§ único Nas assembleias gerais extraordinárias serão tratados / assuntos exclusivamente das matérias que motivaram sua convocação.

Art. 8º. - As convocações para a realização de assembleias, tanto ordinária como extraordinárias, deverão ser feitas por editais através de imprensa falada ou escrita com 8 dias de antecedência, mencionando dia, local e hora da reunião bem como a ordem de dia.

Art. 9º. - A dissolução desta associação só se dará nas condições seguintes:

- a) quando a entidade deixar de preencher as suas / verdadeiras finalidades;
- b) essa dissolução só se efetuará com a reunião de 3/4 dos associados quites, reunidos em assembleia geral conforme a prefixão dos itens acima.

Art. 10º. - A vaga de qualquer membro da diretoria será preenchida com / o substituto legal pela diretoria.

- a) a vaga de qualquer membro da diretoria será preenchida pelo seu substituto legal, devendo ser convocada uma reunião extraordinária para preenchimento da vaga existente;
- b) havendo renúncia coletiva de toda a diretoria e o conselho fiscal, o suplente mesmo que resignatário poderá convocar uma assembleia geral afim de eleger uma junta governativa provisória, que providenciará dentro de 90 dias novas eleições.
- c) se ocorrer ou não ocorrer abandono de cargo por qualquer membro da diretoria, a vaga será preenchida de acordo com o art. 10º, não podendo entretanto o diretor excluído concorrer a qualquer mandato de administração durante quatro anos;
- d) a ausência por três sessões sucessivas sem justificacão é considerada como abandono;
- e) o presidente presidirá as sessões exceto em caso



em caso que diga respeito ou indiretamente a sua pessoa.  
§ único em caso de dissolução da entidade e seu patrimônio será distribuído às entidades beneficiárias de município.

### CAPITULO III DA DIRETORIA

Art. 11º. - A diretoria é órgão administrativo da associação e será eleita pela assembleia geral, que se realizará no mínimo 30 dias antes de expirar o seu mandato a qual deverá ser eleita por um período de 2 anos, só podendo fazer parte dela sócio em pleno gozo de seus direitos.

§ único Os associados para pertencerem a diretoria, devem ser filiados a associações ou sindicatos.

Art. 12º. - A diretoria será composta por um Presidente; Vice-Presidente; 2º Vice Presidente; Secretário; 1º Secretário; 2º Secretário; Tesoureiro; 1º Tesoureiro; 2º Tesoureiro; Diretor de Patrimônio; Diretor de Curso; Diretor de Propaganda; Orador; Bibliotecário; Conselho Fiscal e Suplentes.

Art. 13º. - A diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, no dia que o presidente deliberar ou extraordinariamente conforme necessitar.

Art. 14º. - Compete a diretoria:

- a) cumprir e fazer cumprir os estatutos, bem como o regimento interno;
- b) designar os dias de bailes, festejos, recreios sociais, conferências e palestras da associação;
- c) designar os dias em que as entidades interessadas deverão ocupar a sede social;
- d) resolver caso omissis no estatuto;
- e) nomear comissões que julgar necessárias;
- f) admitir-se, demitir, excluir, censurar, suspender / eliminar e expulsar os associados conforme as / penalidades previstas pelo presente estatuto;
- g) prestar contas de sua gestão quando for solicitada;
- h) elaborar o seu regimento interno e submeter a apreciação do Conselho Fiscal;
- i) resolver sobre a penalidade dos sócios que não / cumprirem o presente estatuto e seu regimento interno, levando ao conhecimento da assembleia geral

Art. 15º - De Presidente, compete ao presidente representar a associação / em qualquer circunstância, dentro ou fora do recinto social, judicial ou extrajudicial.

- a) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e assembleias gerais;
- b) presidir, abrir, encerrar as reuniões da Diretoria e Assembleias Gerais;



- e) assinar em conjute todas as correspondências da associação, juntamente com o secretário ou com o tesoureiro e ainda quaisquer documentos da entidade, principalmente de índole financeira que envolva responsabilidade associativa; tais como: cheques duplicatas etc.;
- d) depositar e sacar dinheiro conjuntamente com o tesoureiro;
- e) delegar poderes, nomear funcionários, fixar-lhes vencimentos, com aprovação da diretoria;
- f) desempatar votação com o voto de "minerva";
- g) rubricar todas as livros da sociedade.

**Art. 16º. - Vice Presidente. Compete ao Vice Presidente:**

- a) substituir o Presidente, quando impedido ou quando este apresentar os motivos de ausência;
- b) auxiliá-lo quando for possível, solicitação pelo presidente.

**Art. 17º. - 2º Vice Presidente; auxiliar o Vice Presidente e substituí-lo: Diretor de Curso. Diretor de Propaganda. Orador: falar quando for necessário.**

**Art. 18º. - Secretária Geral. Compete ao Secretária Geral:**

- a) substituir o Vice Presidente nos seus impedimentos;
- b) supervisionar e coordenar os trabalhos da Secretaria;
- c) lavrar atas das sessões e efetuar toda correspondência e execução da associação com exceção da tesouraria;
- d) ser responsável pelos livros de secretaria e arquivos;
- e) assinar com o presidente todas as papeis da secretaria.



**Art. 19º. - Compete ao Primeiro Secretário:**

- a) substituir o Secretária Geral na sua ausência e impedimentos.
- b) auxiliá-lo nos trabalhos quando for necessário.

**Art. 20º. - Compete ao 2º Secretário:**

- a) substituir o primeiro Secretário na sua ausência e impedimento;
- b) auxiliá-lo de conformidade com as necessidades ou solicitação

**Art. 21º. - Tesoureiro Geral. Compete ao primeiro Tesoureiro:**

- a) auxiliar o Tesoureiro Geral;
- b) arrecadar ou fazer arrecadar as contribuições e demais rendas da associação;
- c) apresentar das reuniões da diretoria, assembleia ou quando for necessário, exposição da situação

- da situação financeira da associação;
- d) efetuar os pagamentos autorizados pela diretoria ou pelo presidente;
  - e) apresentar anualmente balanço geral das contas;
  - f) manter em sua responsabilidade os valores da associação em documentos ou dinheiro;
  - g) supervisionar as contas;
  - h) não poderá o tesoureiro conservar dinheiro em seu poder, devendo importância superior a Cr. - 500 serem depositadas em Banco.

Art. 22º. - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- a) auxiliar o primeiro tesoureiro nas suas atribuições;
- b) assinar recibos de mensalidades, cobrar ou fazer cobrar as contas da associação;
- c) substituir o primeiro tesoureiro no seu impedimento e ausência.

Art. 23º. - Diretor de Patrimônio - Compete ao Diretor de Patrimônio, cuidar e zelar do patrimônio, diga de todos os bens materiais existentes na associação;

- b) fazer um levantamento semestralmente destes bens e apresentá-lo a diretoria.

#### CAPITULO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 24º. - O Conselho Fiscal compor-se-á de três membros efetivos e suplentes eleitos pela assembleia geral na mesma época em que se processar a eleição da diretoria e sua gestão pela mesma período dige será pelo mesmo período.

§ único O Conselho Fiscal na sua primeira reunião elegerá entre seus membros o presidente.

Art. 25º. - O Conselho Fiscal poderá se reunir independentemente da diretoria.

Art. 26º. - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) dar parecer, tomar conhecimento da gestão financeira e social da assembleia;
- b) convocar assembleia geral, quando houver necessidade em caso especial;
- c) sindicat as pessoas propesta para sócios, dando o seu parecer favorável ou contra;
- d) dar parecer nas administrações da diretoria;
- e) verificar anualmente o balanço

geral, apresentando pela diretoria dige tesoraria, dar ciências a presidência quando constatar irregularidade;

- f) reunir ordinariamente uma vez por mês. Quando



- Quando fôr aprovada pela diretoria.
- Art. 27º. - O Conselho Fiscal só poderá opinar.
- Art. 28º. - Funcionará na comissão de inquérito nos processos disciplinares.
- Art.

#### CAPITULO V DAS ELEIÇÕES

- Art. 29º. - As eleições se realizam per escrutínio secreto, tendo cada sócio um voto, não se admitindo voto per procuração.
- Art. 30º. - Para a eleição deve o presidente da assembléia nomear cinco / sócios, afim de constituir a comissão escrutinadora e fiscalizadora de pleito.
- Art. 31º. - Para a eleição, o presidente deverá providenciar uma urna em lugar apropriado (secreto) a qual deverá ser aberta no plenário, para a devida apuração.
- § único e presidente fornecerá um envelope para a votação.
- Art. 32º. - Precedida a votação far-se-á a apuração abrindo a urna contendo de votos.
- Art. 33º. - Condição para votar:
- O departamento dá determinação de tempo per / ordem de presidente
  - o sócio deve estar quites e para isso o tesoureiro deverá exigir de eleitor o último recibo e apresentação da carteira social.
  - para votar o sócio precisa ser maior de 18 anos;
  - não poderá votar quem tenha lesado o patrimônio social.
- Art. 34º. - Verificado empate na votação em qualquer eleição considera-se viterioso o candidato mais idoso.
- Art. 35º. - A diretoria pode ser reeleita integral ou parcialmente.
- Art. 36º. - Até a véspera das eleições compete ao presidente da associação
- organizar ou verificar a relação dos candidatos quites em gozo dos seus direitos;
  - preparar os livros e atas eleitorais.

#### CAPITULO VI DA ADMISSÃO DE SOCIOS

- Art. 37º. - Admitem-se três categorias de sócios:
- fundadores
  - efetivos;
  - beneméritos.
- Art. 38º. - São sócios fundadores todos os participantes da assembléia geral da fundação ou seja da aprovação dos estatutos.
- Art. 39º. - São sócios efetivos os que se inscreverem após a assembléia / constituinte, admitidos pela Diretoria.
- Art. 40º. - São sócios beneméritos, todos aqueles que prestarem importantes serviços ou contribuições financeiras.
- §.1º A investidura destes sócios será feita per indicação da diretoria e aprovação em assembléia geral.



§ 2º Estas sócias não tem direito de veto podendo gozar de todas as demais regalias.

#### CAPITULO VII REGISTRO DE CANDIDATOS

Art. 41º. - Para registro de candidatas é necessário:

- a) que o sócio esteja quite com a tesouraria, em pleno gozo de seus direitos;
- b) que nenhuma penalidade esteja vigorando contra o mesmo;
- c) apresentar sua chapa 24 horas antes das eleições;
- d) provar que é membro de algum sindicato ou associação de empregados em gozo dos direitos sociais;
- e) pertencer aos quadros da associação há mais de dez anos digo seis meses, salvo para eleições da diretoria provisória.

Art. 42º. - A Chapa após registrada será fixada em lugar bem visível para que chegue ao conhecimento dos associados.

#### CAPITULO VIII PERDA DO MANDATO

Art. 43º. - A diretoria perderá o mandato bem como o Conselho Fiscal, quando ocorrerem as seguintes faltas:

- a) greve violação dos estatutos presentes;
- b) abandono de cargo conforme art. 10 (letra e);

§ único A perda do mandato será declarada por assembleia geral.

#### CAPITULO IX DIREITO DOS SOCIOS

Art. 44º. - Todas as sócias terão direito de frequentar a sociedade e gozar de todas as regalias, distrações e recreações que a associação lhes proporcionar:

- a) assistir reuniões, tomar parte nos trabalhos;
- b) discutir, aprovar e reprovar a matéria sujeita a discussão em assembleia geral;
- c) apresentar em assembleia proposições que venha melhorar o bem estar social;
- d) propor qualquer pessoa para sócio, sujeito a aprovação da diretoria e comissão de sindicância;
- e) solicitar informações a respeito do andamento da associação;
- f) votar e ser votado;

§ único Poderão fazer parte do quadro social qualquer pessoa bem intencionada, sem credo político ou religioso de conformidade com o art. 4º.



450. - Qualquer sócio poderá solicitar assembleia geral, estado em pleno gozo dos seus direitos, conseguindo mais 10 assinaturas de sócios em idênticas condições.

§ unico Esta solicitação deverá ser feita a diretoria.

#### CAPITULO X

##### DEVERES

Art. 460. - Os sócios admitidos depois da aprovação deste estatuto pagarão seja a mensalidade a carteira social.

Art. 470. - O recibo de cada mês só terá valor até o dia 10 de mês seguinte.

Art. 480. - Todo o sócio tem o dever de zelar pela sede social, bem como pelo patrimônio da associação, respondendo por qualquer dano nela causado.

Art. 490. - Quem atrasar durante três meses o pagamento da mensalidade, será considerado desligado da associação até saldar os débitos.

#### CAPITULO XI

##### DAS PENALIDADES

Art. 500. - Estão sujeitos as penalidades:

- a) os que caracterizarem o dano da sociedade por ato ou ações escritas e verbais;
- b) os que deixarem de pagar durante três meses suas mensalidades;
- c) os que provocarem escândalo dentro ou fora da sociedade que venha afetar seu patrimônio moral;
- d) os que desmentarem os membros da diretoria investidos de suas funções;
- e) os que não se comportarem devidamente em seu recinto;

§ unico Todas aquelas que deixarem de cumprir o presente estatuto.

Art. 510. - A diretoria decidirá sobre a punição dos sócios, após julgamento em relatório apresentado pela comissão de sindicância conforme / art. 140 da letra f).

Art. 520. - Pode ser aplicada ao sócio as seguintes penalidades:

- a) advertência b) censura c) suspensão d) exclusão e) eliminação f) expulsão.

Art. 530. - Advertência e censura são consideradas faltas disciplinares, podendo ser aplicada pelo presidente independente de deliberação da diretoria.

Art. 540. - A suspensão não poderá ser aplicada por prazo superior a 30 dias, não ficando o sócio suspenso isento de pagamento de mensalidades.

Art. 550. - Estão sujeitas a exclusão os que atrasarem com a mensalidade mais de três meses.



Art. 56º. - Estão sujeitos a eliminação:

- a) os que muniram de falsos requisitos para ser sócios;
- b) os que menosprezarem publicamente a associação;
- c) os que desprestigiarem a classe operária;
- d) os que desviarem receitas, valores, ou qualquer objetos pertencente a associação;

Art. 57º. - Está sujeito a expulsão, aqueles para os quais o juízo da diretoria em decisão unânime não seja suficiente a pena de eliminação.

Art. 58º. -

#### CAPITULO XII DA REFORMA DOS ESTATUTOS

Art. 58º. - A reforma dos estatutos só poderá ser efetuada em assembléa / geral ordinária submetida a votação.

Art. 59º. - A reforma dos estatutos cabe:

- a) assembléa geral ordinária;
- b) conselho fiscal
- c) diretoria;
- d) os sócios.

Art. 60º. - só por decisão unânime pode a diretoria resolver para efetuar a reforma dos estatutos;

Art. 61º. - Quando a deliberação é iniciativa dos associados precisa contar com a assinatura de 2/3 dos associados quites.

#### CAPITULO XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62º. - Compete a diretoria resolver sobre aluguel da sede, revertendo a importância aos cofres da associação ou sobre a concessão da / mesma, as entidades interessadas.

§ único a diretoria poderá conceder o prédio da associação somente as sociedades registradas e sindicatos quando essa concessão for gratuita.

Art. 63º. - A associação reserva preferência da ocupação da sede.

Art. 64º. - Não podendo as entidades que solicitaram o uso da sede, alugar a

Art. 65º. - terceiro.

Art. 65º. - A solicitação deve ser feita por requerimento a diretoria.

Art. 66º. - Os bailões oficiais serão efetuados quando a diretoria determinar.

Art. 67º. - A associação emite carteira social, cada sócio e sua família têm pertencer dessas ter o direito conjuntamente com sua família gozar dos benefícios sociais.

Art. 78º. - É considerado componente da família os que vivem sob independência de mesma

Art. 79º. - Cabe a associação dizer ao associado e diretor de levar um convidado, levando ao conhecimento do presidente.

§ único Havendo mais de um convidado cabe ao presidente resolver.

Art. 70º. - O associado deve se portar devidamente constituído e constituindo ordem dentro de um princípio de fraternidade mútua união e respeito.

- Art. 71<sup>a</sup>. - A Associação possui um emblema caracterizado por um distintivo.
- Art. 72<sup>a</sup>. - A Associação de Recreação Operaria de Londrina, poderá ser / designada / simplesmente pelas iniciais AROL constituindo seu sâmblo.
- Art. 73<sup>a</sup>. - A associação possui um escudo formado pelo emblema.
- Art. 74<sup>a</sup>. - A associação possui uma bandeira com as cores características.
- Art. 75<sup>a</sup>. - As cores da associação será (branco e azul).
- Art. 76<sup>a</sup>. - O ano social será de janeiro a dezembro.
- Art. 77<sup>a</sup>. - A diretoria delibera pela maioria de votos, as reuniões se / realizarão pelo menos com 1/3 dos membros.
- Art. 78<sup>a</sup>. - a associação se reunirá ordinariamente todos os dias 15 de novembro .
- Art. 79<sup>a</sup>. - A data 1<sup>a</sup> de maio será amplamente festajada pela presente entidade, conjuntamente com as demais.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIS

- a) o presente estatuto será discutido na sessão discutida na assembléia geral preparatoria marcado para o dia 14-11- 1.957;
- b) as jôias e mensalidades serão discutidas nessa assembléia;
- c) a AROL poderá ter características de Federação que congregue suas congêneres
- d) demais itens poderão ser acrescentados para a aprovação final.

Londrina, 15 de novembro de 1.957



REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS  
E DOCUMENTOS - 1.º OFÍCIO  
COMARCA DE LONDRINA

CERTIFICO E DOU-FE QUE O  
PRESENTE ESTATUTO DA Associação de Recreio Operário  
de Londrina  
É COPIA FIEL DO ORIGINAL AQUI  
ARQUIVADO, INSCRITO SOB N.º 121  
EM 29.11.1957 AS  
FLS. 153 DO LIVRO A  
DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, O REFERIDO É VERDADE E  
DOU-FE.  
LOND. 24/ Junho 1966

